

MILITIA

ANO VI — N.º 38

JULHO - 1953



SUMÁRIO

NOSSA CAPA	98
EDITORIAL	5
DIVERSOS	
A Psicologia da Disciplina - Cap. Sérgio R. Caldas	6
A lei Penal no Espaço. Princípios. Lugar do Crime - Agnello C. Penteado	10
Coisas da Força Pública - Cel. Anchieta Torres	14
Binário Caval-Motor - Cap. Frederico R. Gimenez	16
Comentando - Hildebrando Chagas	19
Sociedade Democrática - Cleusa F. Velloso	20
Servidão e Grandeza Militares - Mavorte	22
Um Patrimônio Nacional - Ten. cel. Alves Mata	24
Da História às Leis - Ten. Afro B. Camargo	26
Parce Piada - Cap. Plínio D. Monteiro	28
Presídio Militar "Romão Gomes" - Rep. do cap. Monte Serrat F.º	31
IV Centenário da Cidade	36
Formação de Reservistas pela Brigada Militar do R. G. do Sul	37
Secção Feminina - Rita de Cássia	39
A Festa de São Pedro	45
Caixa Beneficente da Força Pública	66
Equivalência entre postos da Força Pública e cargos da Polícia Civil ..	67
As atividades da Caixa Beneficente em 1952	84
NOTICIÁRIO	
Visita a Campinas	48
Páscoa dos Militares	50
Conferência no Clube Militar e na A.O.R. R.F.F.	52
Homenagem ao cel. João de Quadros	54
Encerramento do Curso de Bombeiros Auxiliares	64
NOTÍCIAS DAS CO-IRMÃS	
Ceará e Distrito Federal (Polícia Militar)	71
Distrito Federal (Corpo de Bombeiros)	73
Espírito Santo e Minas Gerais	74
Paraíba	75
Rio de Janeiro	76
Rio Grande do Norte	77
Rio Grande do Sul	78
Santa Catarina	82
EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS	
Carabineiros da Força Pública	85
Corrida da Fogueira	88
Hipismo	92
RECREAÇÃO	
Secção de Édipo	96



**DISTINGUIDO EM TODAS AS
FARMÁCIAS DO BRASIL**

*Peça o vidro gigante que
oferece estas vantagens:*

- Economia no preço, por igual número de doses.
- A história do "Jeca Tatuzinho", de Monteiro Lobato.
- Tratamento mais prolongado, sem interrupção, com o mesmo vidro.



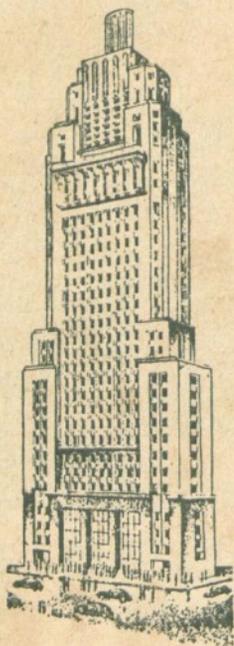
A Farmácia é uma "Casa do Bem" onde se encontram os melhores recursos para a defesa da saúde. Cumprindo as determinações do médico, ela entrega ao público medicamentos de comprovada eficácia, de absoluta confiança. É o caso do Biotônico Fontoura. Quando o organismo exige poderoso reconstituente -- Biotônico Fontoura é sempre indicado. É o mais ativo medicamento contra anemia, raquitismo, fraqueza geral e neurastenia. Em todas as farmácias e drogarias.

BIOTONICO

o mais completo fortificante!

FONTOURA

Banco do Estado de S. Paulo S. A.



oferece aos dignos membros das nossas gloriosas forças policiais e militares brasileiras um

SERVIÇO BANCÁRIO

RÁPIDO

EFICIENTE

SEGURO.

O nosso

DEPARTAMENTO DE DEPÓSITOS,

possuidor de perfeita organização, e dotado das mais modernas máquinas existentes, está habilitado a

RECEBER DEPÓSITOS

ou

PAGAR CHEQUES

dentro de poucos minutos e sem a menor espera !

M A T R I Z :

PRAÇA ANTONIO PRADO N.º 6 — SÃO PAULO

CAIXA POSTAL, 789

Enderêço telegráfico: BANESPA

72 agências no interior do Estado de São Paulo, bem como nas cidades de: Rio de Janeiro (D. F.), Goiânia (Goiás), Campo Grande (Mato Grosso) e Uberlândia (Minas Gerais).

Está em foco e vem prendendo a atenção dos meios policiais de São Paulo o projeto de lei n.º 838, de 1953, recentemente apresentado à Assembléia Estadual.

Através dele intenta o legislador estabelecer correspondência entre classes, e postos da polícia civil e militar, exclusivamente para o exercício de funções policiais.

"Militia", cuja finalidade precípua é o estudo e divulgação de temas policiais-militares, não pode furtar-se à análise do momentoso assunto. Destarte, sobre o citado projeto, reproduz o pensamento dos presidentes da Associação dos Delegados de Polícia e do Clube Militar da Fôrça Pública, ao mesmo tempo que, em tese, atentando para os superiores interesses da coletividade paulista, se pronuncia pela adoção da providência.

Com efeito, é inadmissível que a máquina policial do Estado, a despeito de tantos esforços, continue a constituir um organismo heterogêneo, sobretudo oneroso aos cofres públicos e cujas atividades, em grande parte, são consumidas na solução de questões internas, surgidas do amontoado de corporações, departamentos e órgãos isolados existentes, tudo por falta de definição racional de funções e de responsabilidades.

Assim, à falta de mais profunda reforma na estrutura da organização policial de São Paulo, a sugestão oferecida tem, pelo menos, o mérito de equacionar as ações e relações funcionais dos policiais civis e militares.

O que se estranha é a celeuma levantada em consequência da proposta, à guisa de defesa dos interesses de classe. Em assunto de tal magnitude, antes e acima de tudo, hão de sobrepor-se os interesses do Estado e, em decorrência, os da própria sociedade.

Não podem e não devem perdurar em nosso sistema policial ações antagônicas e, não raro, oriundas de uma situação às avessas, onde o policial amador, improvisado, como é o caso de suplentes, subdelegados e inspetores de quartelão, surge com ascendência, de direito, sobre profissionais selecionados e preparados para o mistér.

O projeto, realmente, atingirá a estrutura da polícia paulista. Mas, em sentido sadio, com o propósito de harmonizar o funcionamento dos órgãos policiais do Estado, em plena consonância, aliás, com as Constituições Federal e Estadual (artigos 183 e 148, respectivamente) e com a Lei Federal n.º 192 de 1936 (artigo 2.º), que, invariavelmente, atribuem às polícias militares os encargos relativos à manutenção da segurança nos Estados, bem como o exercício da vigilância, a garantia da ordem pública, do cumprimento das leis, das instituições e dos poderes constituídos.

Ademais, a medida não acarretará a militarização da polícia civil, como pensam alguns. Não há êsse objetivo e, caso houvesse, a pretensão chocar-se-ia com dispositivo constitucional, pois, segundo o § 1.º do artigo 182, combinado com o artigo 183 da Constituição Federal, a existência de policiais, com postos e graduações militares, só será possível no âmbito das polícias militares.

Dessa forma, genêricamente, não poderão os poderes públicos conceder postos e graduações militares a policiais civis.

A Psicologia da Disciplina

CAPÍTULO II

OS FATORES DA DISCIPLINA

Já dissemos no primeiro capítulo, que disciplina é coisa que se cria mas não se impõe.

Nada mais errado que se levar um grupo de homens ao cumprimento de seus deveres pela força dos regulamentos.

Um elemento faltoso, que jamais assimilou uma perfeita consciência das normas disciplinares, pode e deve ser conduzido às suas obrigações pela força do R.D. Nesses casos, porém, será melhor a sua eliminação do quadro efetivo da Corporação, antes de suas faltas atingirem os níveis, atualmente muito tolerantes do nosso regulamento.

Tratando-se de casos individuais, poderemos estar certos, mas não se dá o mesmo, quando nos deslocamos para o «grupo».

A disciplina de grupo não poderá ser imposta pelo medo. Ela deve nascer das instituições, da vida social, deve transformar imposições regulamentares em verdadeira necessidade psicológica dos seres envergando uniforme.

Muitas vezes ouvimos opiniões contrárias. Não são poucos que jul-

gam disciplinar, manejando o R.D., a tórto e a direito, quando não seria isto aceito, nos dias que correm, nem mesmo nos exércitos coloniais africanos.

Não estamos aqui, porém, pregando o relaxamento da disciplina ou a complacência com faltosos. Desejamos ver uma perfeita harmonia entre o homem e suas obrigações, de tal forma, que possamos considerar o indisciplinado como um desajustado típico, digno de ser não apenas punido, como também sumariamente eliminado da Força Pública.

Consideramos, pois, o R.D., como o último fator de disciplina, quando todos os outros falharem.

No presente capítulo, procuramos analisar o primeiro desses fatores.

Inicialmente, dividimo-los em dois grandes grupos, que chamaremos:

Fatores positivos e Fatores negativos.

Fatores positivos

São tudo aquilo que conduz o homem a uma perfeita integração à vida da Força Pública. Abrangem

todos os aspectos da nossa vida, não sômente no quartel e em serviço, mas também na particular, de cada elemento, nas suas relações com a sociedade civil e na intimidade de sua residência.

Os principais, são:

- a) o voluntário consciente
- b) a seleção objetiva, especializada e rigorosa
- c) a capacidade técnica
- d) os deveres compatíveis com as capacidades individuais
- e) os direitos assegurados
- f) hierarquia e autoridade
- g) ambientação social
- h) ação permanente.

Passaremos então a uma análise rápida do primeiro destes fatores.

O Voluntário Consciente

Chamamo-lo assim, porque a maioria dos nossos soldados não o foi.

Se interrogarmos aqueles que procuram o alistamento na Fôrça Pública sôbre os elementos mínimos de nossa organização, sôbre o que somos e o que os espera no serviço da Corporação, raríssimos saberiam dizer alguma coisa.

Mesmo no correr dos anos, depois de alistados, pouco sabem da Fôrça Pública. Velhos soldados com mais de 20 anos de serviço, graduados e até oficiais, dificilmente responderiam certo, um questionário com dez perguntas sôbre a montagem e funcionamento da nossa Caixa Beneficente ou da Cruz Azul.

Por quê se alistam então ?

Na sua quase totalidade, atraídos pelos vencimentos, pela farda e pelos motivos mais disparatados: Tentam uma aventura no escuro.

Se estudarmos a qualidade dos homens assim obtidos, iremos ver uma verdadeira legião de fracassados em tôdas as profissões liberais, que nada podendo na competição lá fora, tentam a Fôrça Pública como um último recurso.

Eis porque o alistamento empírico que se fazia outrora, era perigosíssimo. Antes da criação do gabinete psicotécnico, diga-se a verdade, tão combatido nos seus primeiros passos, pouca diferença havia entre se alistar um recruta ou comprar um cavalo. Ambos deviam ter boa estatura, bons dentes, ou não sofrer dos pulmões, e o outro não ter ovas nas canelas; não havendo preconceitos de côr, eram ao final incluídos, um no R.E., outro na carga do R.C.

O Gabinete Psicotécnico assegurou-nos a normalidade psíquica do voluntário, mas ainda não é tudo.

O nosso voluntário precisa saber o que está fazendo. Não é possível admitirmos, com tanta facilidade, que sendo o homem maior e alfabetizado tem, portanto, responsabilidade no que faz.

A Fôrça Pública, pode e deve atrair ao seu voluntariado, coisa melhor do que tem aparecido até hoje.

Ela sem dúvida é uma organização extraordinária, mas cujas vantagens e realizações, são ocultas ciosamente, como o tesouro de Breda, das lendas de Malba Tahan.

Não se cuidou até hoje, duma propaganda eficiente para efeitos de voluntariado.

Não adianta, também, colocarmos meia dúzia de cartazes nos bondes ou enviar selecionadores ao interior.

Precisamos interessar no alistamento, a juventude paulista, da classe mais humilde, é verdade, mas onde os jovens não tenham sido ainda contaminados pelas doutrinas alienígenas e subversivas, e que possam encontrar na carreira policial-militar um futuro compensador e digno.

Precisamos orientar sadiamente os nossos comandantes de destacamento, oficiais e graduados da corporação, a fim de que estes procurem incentivar, cada qual em seu âmbito de ação, o voluntariado para a Fôrça Pública. E' necessário que se faça larga difusão de nossas realizações, nas escolas, nas fábricas, no meio rural, enfim onde possamos obter melhor contingente de voluntários.

O trabalho precisa ser metódico, sem dirigido e permanente.

Se observarmos a incidência das deserções verificadas no primeiro ano de alistamento, constatamos o quanto de verdade acima ficou dito.

Inconsciente do que o espera, o voluntário se revolta contra uma vida bem mais áspera do que julgava.

Torna-se de pronto um desajustado.

No último ano em que o recruta ingressava na Corporação sem as cautelas do exame psicotécnico, o índice de deserções foi de 29. No ano seguinte, caía espetacularmente para 3.

Por quê isso ?

Porque a normalidade psíquica, ao lado dum nível mental mais elevado, implicavam em melhor consciência dos seus atos, mais equilíbrio no indivíduo e portanto menor índice de desajustamento.

Se uma propaganda bem orientada, leva aos portões de nossos quartéis melhor massa de voluntários, poderemos afirmar que a seleção rigorosa fará cair este índice a quase zero.

Eis porque afirmamos de início, que o primeiro fator da disciplina é a perfeita consciência do voluntário.

Sòmente assim estará o nosso homem predisposto a aceitar bem, tudo aquilo que a vida policial-militar vai exigir d'ele.

O alistamento na Fôrça não é o mesmo do Exército Brasileiro.

Neste, servir é um dever e um direito que estão assegurados a todo cidadão brasileiro. Na Fôrça, trata-se duma profissão, onde à parte do aspecto militar, o Estado funciona como um empregador.

O nosso alistamento é um contrato entre partes, onde há obrigações e direitos contratuais.

Para termos fôrça moral para exigir um cumprimento fiel de nossas obrigações, é mister previamente cientificar os candidatos de tudo o que constituirá dever e direito do policial-militar.

Sòmente depois disso, sabendo nós que se trata dum indivíduo normal física, intelectual e psicologicamente, poderemos então, com tóda a segurança, providenciar seu alistamento.

Era uma vez

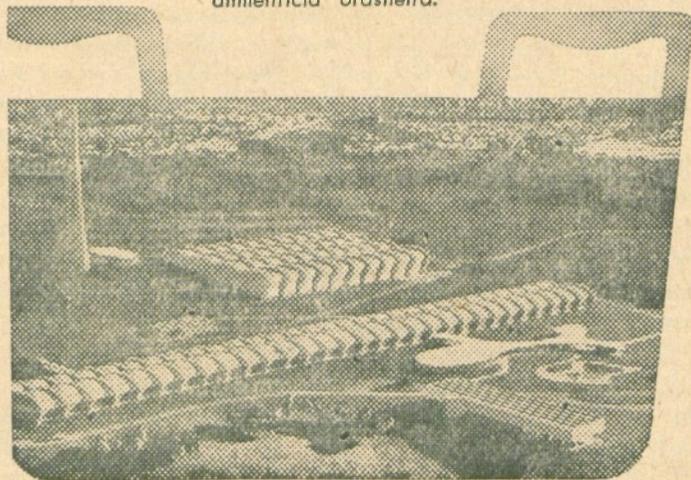
um pequenino tacho...



Foi em 1897... na cidadezinha pernambucana de Pesqueira, que D. Maria da Conceição Cavalcanti de Britto iniciou o fabrico caseiro da goiabada, o doce mais brasileiro... E no entanto, ninguém poderia imaginar que a despretenciosa indústriazinha fosse a célula-mater que daria origem, depois de meio século de at-

- onde
se caldeou
uma grande
organização
industrial

tividades, à maior organização de produtos alimentícios do Brasil. Fruto de um ideal trabalhado com Fé e perseverança, as Fábricas Peixe se espalharam por todo o país, atraindo também para a sua órbita outras firmas já consagradas pela Família Brasileira. E hoje, juntamente com a Fábrica Duchon, onde são feitos os mais saborosos biscoitos, as Fábricas Peixe representam a mais alta expressão da indústria alimentícia brasileira.



INDÚSTRIAS ALIMENTÍCIAS CARLOS DE BRITTO S.A.

Produtos Marca **PEIXE**

A LEI PENAL NO ESPAÇO. PRINCÍPIOS. LUGAR DO CRIME

Atributo da soberania do Estado é a punição do delinqüente. No interesse da sobrevivência da organização estatal, necessário torna-se a punibilidade daquele que se desvia da conduta compatível dentro da sociedade.

A lei penal que deve prever e definir, no sentido de esclarecer, os fatos que, através abstrações de dados concretos, são considerados crimes, com as conseqüentes cominações ou sanções, deve, em princípio, ter eficácia dentro do território do Estado que a promulgou. Mas, como observa Sebastian Soler (Dir. Penal Argentino), esse princípio, ou seja o da territorialidade, não é suficiente para que a lei penal atinja os seus precípuos fins. Se é verdade, acrescenta esse renomado penalista moderno, que o princípio da territorialidade é, hoje, o principal, não menos verdade é a sua insuficiência. Donde deve ele ter sempre a colaboração dos princípios da nacionalidade, da defesa ou real e da universalidade, que são, fundamentalmente, aqueles que procuram no «jus positum» resolver o problema da eficácia da lei penal no espaço.

O princípio da territorialidade é aquele segundo o qual deve a lei penal ter força dentro do território do Estado que a promulgou, não se

atendendo à nacionalidade do agente ou da vítima, ou do bem jurídico protegido.

Deve-se, desde logo, ter em mente que o conceito de território, para eficácia da lei penal, não é o geográfico ou natural, mas, como ensina Hans Kelsen (Teoria Geral do Estado), «o conceito de território é o jurídico». Nele se inclúe, não só o solo delimitado pelas fronteiras reconhecidas, como também os territórios isolados do solo principal, este sem solução de continuidade; os rios, lagos e mares interiores; as partes dos rios, lagos e mares limítrofes que lhe são reconhecidos por tratados, convenções ou pelo Direito Internacional; o chamado mar territorial, ou seja a faixa de mar exterior que acompanha o território propriamente dito; o espaço aéreo respectivo; e, ainda, é de serem considerados os navios e aeronaves, bem como as imunidades diplomáticas.

E' nesse sentido, isto é, no conceito jurídico que o art. 4.º do C.P.M. emprega a expressão «território nacional».

O princípio da nacionalidade é aquêle que entende dever a lei penal seguir o agente onde quer que ele esteja, ou melhor, a lei penal nacional do delinqüente é a que lhe deve ser aplicada. Divide-se esse princí-

pio em ativo e passivo. O primeiro quando se aplica a lei nacional do agente sem que seja atendida a nacionalidade da vítima ou do Estado a que pertença o bem jurídico isolado. Passivo é dito princípio quando somente se aplica a lei nacional do agente se o bem jurídico violado ou a vítima têm a mesma nacionalidade.

O princípio da defesa, ou real, se constitui por aquele em que a competência da lei penal é determinada pela nacionalidade do bem jurídico violado, sem se atender à nacionalidade do agente ou da vítima.

O da universalidade, também chamado da «justiça cosmopolita», entende que a lei penal a ser aplicada deve ser a do Estado ao qual pertence o território que lhe é elemento. Este princípio, se por um lado, amplia a soberania estatal por lhe reconhecer competência para a punibilidade de qualquer crime praticado em seu território, sem considerar a natureza do bem jurídico violado, a nacionalidade do agente ou da vítima, por outro lado, restringe-lhe, e bastante, a mesma soberania, como é óbvio de se verificar.

O Código Penal Comum, de 1940, fixou o princípio da territorialidade como regra geral (art. 4.º); todavia, demonstrando que Sebastian Soler está com a razão, ressaltou-lhe as exceções constantes e enumeradas no art. 5.º.

Relativamente ao Código Penal Militar, observa-se desde logo no seu art. 4.º que, enquanto no Código Penal Comum a extraterritorialidade é exceção, nele, ou seja no Militar de 1944, constitui a regra geral tanto quanto a territorialidade: «a lei pe-

nal militar aplica-se ao crime praticado no território nacional, ou fóra dele, ainda que, neste caso, já tenha o agente sido julgado pela justiça estrangeira».

Conseqüentemente, desde que o crime seja militar, previsto e definido pelo C.P.M. brasileiro, competente é a Justiça Militar brasileira para julgá-lo, pouco importando a nacionalidade do agente ou da vítima ou a natureza do bem jurídico atingido.

Aliás, tal disposição do C.P.Militar tem fundamento, eis que se o interesse em reprimir a criminalidade é de todos os Estados civilizados, todavia, no que diz respeito ao crime militar, nem sempre todos os Estados têm êsse interesse. Pode, mesmo, acontecer que o crime militar praticado contra um Estado determinado venha a beneficiar a outro, onde ele se deu, pelo que este outro nenhum interesse tenha em puni-lo, ou ainda, em sendo militar para um país, o crime, para outro não constitua, a ação, ou omissão, do agente e o resultado, nem mesmo crime comum.

Dá a necessidade e a justeza da regra adotada pelo Código Penal Militar de 1944, em seu art. 4.º.

Não interessa à Justiça Militar brasileira o fato de se saber se, pelo crime praticado no estrangeiro e, pelo nosso Direito Penal Militar, considerado crime militar, tenha ou não sido julgado no lugar onde foi praticado. Porém, tendo o seu agente sido condenado pela Justiça estrangeira, a pena que lhe houver sido imposta, se idêntica à cominada pelo C.P.M., ser-lhe-á computada e, se

diversa, servirá de atenuante, como determina o art. 5.º do mesmo C.P.M.

Das mais controvertidas, em Direito Penal, é a de se saber o lugar do crime, ou seja, onde foi o delito praticado, firmando a competência da respectiva lei penal para a conseqüente punição. E isto porque o crime, em sua unidade embora, comporta a capitulação, os meios preparatórios, a execução e a sua consumação. A cogitação, que constitue a fase interna ou psíquica, é constituída pela idéia do crime e pela deliberação ou resolução de delinquir. Os meios preparatórios para obietivar a intenção criminosa constituem o início da fase exterior do crime, que precede a sua execução, compreendendo esta o início de execução e a execução completa. Entre a cogitação e a consumação do crime desenvolve-se o «iter criminis».

Melhor se poderá apreciar a ação criminosa, no seu desenvolvimento, diz Tobias Barreto, pelas sintéticas fórmulas latinas em que ela se expressa e que éle atribui a Alberto Gardinus, criminalista do sec. XV, enquanto Herzog afirma que o seu autor é Odofrendus, também da Idade Média. Assim é que são as seguintes, as fases da ação criminosa, segundo aquelas fórmulas:

— «qui cogitat, nec agit, nec perficit»

— «qui cogitat, et agit, sed non perficit»

— «aqui agit et perficit, sed non cogitat»

— «qui cogitat, et agit, et perficit».

A primeira fase representa a simples «cogitatio» e sua punibilidade escapa à justiça humana; a segunda, delinea a figura da tentativa; a terceira, o crime culposos e, a quarta, o crime doloso.

José Ingenieros, em sua «Psicologia da Criminalidade», exemplificando com o drama de Shakespeare, mostra tôda a ação criminal em seu desenvolvimento: Iago ao dar conhecimento a Otelo de que vira Cássio conversando com Desdêmona, sabendo do ciúme doentio do mouro e da sua considerada inferioridade de côr, tinha certeza que lhe estava despertando a idéia do homicídio que haveria de se consumir. Otelo, cego pelo ciúme, tão logo teve em mente a advertência do sogro Brabâncio: — «Ela enganou ao próprio pai, é possível que também te engane». Na ocasião em que, não atendendo às súplicas de Desdêmona e não acreditando nas suas juras de fidelidade, ao acordá-la, sufocá-lhe a garganta e os gritos de sua mulher despertam a atenção das pessoas que batem à porta do quarto, inicia a execução de seu crime. Todavia, prossegue, e mais depressa, Otelo, na asfixia da linda Desdêmona, raciocinando, depois de injuriá-la e compará-la a uma meretriz, que, pelo amor que lhe dedicava, não queria fazê-la sofrer, consuma o crime.

Quando o «iter criminis» se desenvolve no mesmo lugar, nenhuma dificuldade apresenta para a aplicação da lei penal, ou, então, quando em lugares diferentes do mesmo país, porquanto, neste caso, é o problema resolvido pelas regras de direito público interno. A dificuldade surge ao

serem considerados os crimes denominados «à distância», isto é, naquelas em que o «iter criminis» atravessa fronteiras. Para solucionar o problema apresentam-se as doutrinas ou teorias: da intenção do agente; da atividade; do efeito; da ubiguidade limitada e da ubiguidade pura, entre outras de menor importância.

E' de se notar, com Clering, que o lugar do crime é tudo o que de mais objetivo existe em direito penal. Objetivamente, pois, deve o problema ser resolvido. E, assim, o resolveu o Código Penal Militar e o Comum.

As teorias mencionadas estudam o problema por prismas diferentes, atendendo à constituição do fato criminoso, como se segue: todo crime é, antes de tudo, um fato, e humano. Donde, sendo humano, resulta de uma vontade expressa, objetivamente, em uma ação ou em uma omissão. A concepção do crime, como fato, tem que ser abrangida pela ação ou omissão e o resultado, o «effectus sceleris» que se concretiza em um «eventus damni» ou um «eventus periculi». Não há crime sem uma ação, ou omissão, e um resultado. Mas, para que o fato seja considerado crime, torna-se necessário a «imputatio facti», ou seja uma relação de causa e efeito entre a ação e a omissão e o resultado, bem como a «tríplicidade» do mesmo fato, teoria dogmático-jurídica

formulada por Ernst Beling, qual seja a de corresponder o fato a um «fato tipo», previsto e definido em lei pelo legislador, que o formulou abstraindo-o de dados concretos. A tipicidade do fato é condição de sua injuricidade. Necessária, ainda, para a punibilidade do agente, é a sua culpabilidade, que pressupõe a sua capacidade de direito penal.

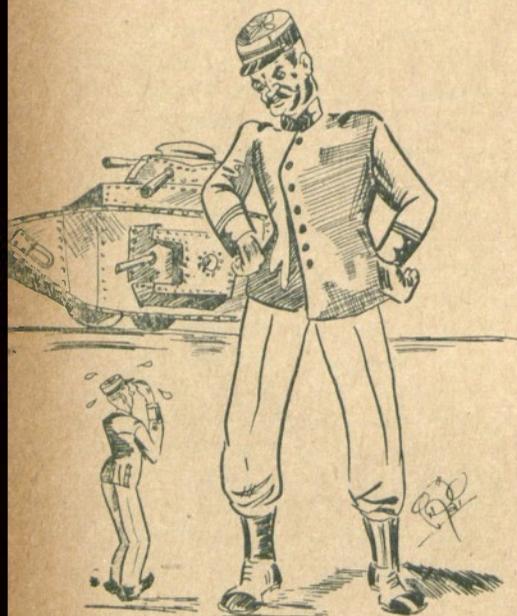
Assim é que vamos encontrar a teoria da intenção do agente, determinando, como lugar do crime, o da sua tentativa. A do efeito que é a que pretende seja o lugar do crime aquele em que ele produziu o seu resultado ou deveria produzi-lo, segundo a intenção do agente. A da atividade, pela qual seria o lugar do crime aquele em que o agente desenvolveu a ação ou a omissão. A teoria da ubiguidade limitada conjuga a da atividade e a do resultado, enquanto que a teoria da ubiguidade pura, que, diga-se de passagem, é a adotada pelo Código Penal Comum, como leciona Nelson Hungria, e, da mesma forma, pelo Código Penal Militar, lugar do crime é o da ação, o do resultado e o do efeito intermédio. Aplica-se a lei brasileira, não só ao crime, no todo ou em parte, cometido no território nacional, como ao que nele, embora parcialmente, produziu ou devia produzir seu resultado, pouco importando que a atividade pessoal do criminoso se tenha exercido no estrangeiro.

NOSSOS CLICHÊS SÃO CONFECCIONADOS
PELA GRAVARTE LTDA.

Coisas da Força Pública

Cel. Anchieta Torres

"NUM VÊ..."



cenas as mais deploráveis, à vista das quais as últimas arruaças da Praça da Sé e adjacências, em abril último, podem ser consideradas "fichinhas".

Os atos de sabotagem, as agressões contra os mantenedores da ordem e mesmo contra os companheiros que não aderiam ao movimento, não se fizeram esperar por parte dos elementos mais exaltados.

E, o pior, as policias civil e militar não estavam preparadas para enfrentar a situação.

À primeira faltavam os elementos para agir preventivamente e a última não possuía, como hoje, o aparelhamento próprio para agir em tais casos.

Disciplinada e armada como estava, a Força Pública poderia, de início, empregando a violência sem restrições, dominar de pronto a situação. Mas, as autoridades do Estado não aceitaram o emprêgo da força. Em consequência, começaram a surgir baixas, não pequenas, entre os nossos soldados, dado que empregavam meios brandos, contra os grupos desordeiros, muito bem organizados, e que reagiam com projectis de revólver e de outras armas curtas, de que dispunham. Terminado o movimento verificou-se que nossas baixas superavam de muito às dos grevistas, transformados, no final da greve, em amotinados.

A revolução russa de 1917, repercutindo em todo o mundo, não podia deixar de fazer sentir seus efeitos em São Paulo, já naquele o maior centro industrial da América Latina.

O operariado entrou em greve, reivindicando direitos, justos uns, outros utópicos e oriundos, como sempre acontece, da insólita exploração de aproveitadores do momento. Elementos perturbadores infiltraram-se entre os operários grevistas e a cidade foi palco de

As autoridades responsáveis pela ordem pública alarmaram-se e trataram de precaver-se para o futuro. Observou-se, desde logo, que veículos blindados para o transporte de tropas de um para outro ponto da cidade eram imprescindíveis, não se considerando o efeito moral que os mesmos poderiam causar.

E' verdade que, durante os dias de greve, foram improvisados caminhões blindados, com fardos de alfafa. Essa blindagem, porém, só oferecia proteção lateral, tanto que, muitos soldados neles transportados, foram feridos e mesmo mortos, por projetis vindo do alto.

Resolveu, então, o Secretário da Justiça e da Segurança Pública mandar construir, nas Oficinas da Fôrça Pública, um câro blindado, que serviria de experiência para possíveis construções futuras.

Desenhou-o e dirigiu sua montagem o então tenente Nataniel Prado, oficial meio enciclopédico, o "pau prá tôda obra", do momento. Foi utilizado um "chassis" de caminhão, com rodas de borracha maciça, sôbre o qual foi colocada uma carroceria blindada, que protegia inclusive o motor.

Na parte superior da carroceria uma torre giratória, com seteira para uma metralhadora pesada. Nos lados, seteiras com portinholas, para fuzis e revólveres. A blindagem, à prova de tiro de fuzil disparado à curta distância, compunha-se de duas chapas de

ação, uma externa de três milímetros e outra interna, de dois milímetros, separadas por um vão de cinco centímetros, cheio de cortiça moída.

Terminada a construção do engenho blindado, talvez o primeiro montado no Brasil, foi êle transferido, em segredo, para o quartel do corpo de bombeiros, onde ficou depositado, isso em abril de 1918.

Para sua guarnição e conservação, foram escalados dois grupos compostos de um sargento, um cabo, um motorista e oito soldados, sob o comando de um aspirante. Cada grupo guarnecia-o durante 24 horas, que eram aproveitadas no seu manêjo.

Como tive a fortuna de comandar um desses grupos, durante perto de três meses convivi com a oficialidade do Corpo de Bombeiros, datando dai minhas relações de amizade com o Tenório de Brito e aquelas que mantive pelos anos em fora com os saudosos companheiros Marcilio Franco, Marcínio Pereira da Costa, Afonso Luis Cianciuli, José Joaquim da Costa, Joaquim Teotônio Cavalcante e outros brilhantes oficiais da Corporação.

Do meu presado amigo e colega cel. Alvaro Martins, então destacado oficial de bombeiros, só mais tarde me aproximei, isso porque "num vê" que o 1.º ten. Álvaro Martins ia dar confianças a um simples aspirante, recém-saído da escola de oficiais e ainda cheio de a sargento...



A primeira escola criada na Fôrça Pública, data de 28 de outubro de 1876. Destinou-se à alfabetização das praças do Corpo de Municipais Permanentes e teve como professor o tenente André Barbosa Corrêa.

BINÁRIO

CAVALO- MOTOR



NAQUELA noite de junho, branca de frio, lá pelas tantas teve início no «botéco do seu Mané», ali na esquina, um «big» sururú. E apareceram lá no início ou no fim da rua dois cavalários encapotados e já sonolentos.

E do «Botéco do seu Mané» lhe faziam sinais. Mas a garoa escondia êsses sinais dos olhos da patrulha, que só os percebeu quando estava prestes a virar a última esquina de lá pra cá.

Então «riscaram» os cavalos e chegaram. E deu-se o fato de já ser tarde visto que o crime se consumara e o cadáver ali estava sem pressa nenhuma, que o criminoso se aposara dela tôda e com a mesma se fôra para Deus sabe onde.

Aconteceu que em 50 ou 60 anos decorridos, as coisas foram mudando inclusive o «Botéco do seu Mané»,

que de casa de taipa passou a ser de cimento armado e alto como quê.

E o próprio «seu Mané» já não era o «seu Mané».

Mas numa noite igualzinha à primeira teve início outro sururu, também igualzinho ao primeiro. Só que não deu tempo para nada. No mesmo instante chegou uma tal de R.P., que fêz uma limpeza em regra.

Quem ficou fulo de raiva foi o «Dois Cortes» por ter perdido a oportunidade de estrear a «pexêra» no «Mão Dupla», seu amigo de longa data.

Isso faz lembrar aquêlo outro caso idêntico. Mas não era briga. Eram dois ladrões. Um estava «trabalhando» e o outro vigiando, pois já conhecia de velho o barulho das patas dos cavalos da patrulha. Sabia muito bem distinguí-los do barulho das patas de outros cavalos.

E acontecia que quando a patrulha passava estava tudo na santa paz de Deus. Mas, um dia êle ouviu, não foi o barulho dos cavalos não. Ouviu o ronco macio de um carro, e carro não tinha importância. Carros haviam muitos passando pra lá e pra cá.

Não teve tempo nem de se surpreender por que já estava seguro

pelo «Cabo Velho» que se apossando da sua preciosa lanterna de mão, exclamava: Bonito não? O pé de cabra, êsse não tinha importância. Era fácil de arranjar outro. Foi mergulhado nesse pensamento que viu seu companheiro entrando no cairo.

O leitor que espera algum superconto de Sherlock, vai ficar decepcionado pois aí acabam os dois casos. Foi mera motivação para uma conversa mais séria sobre:

O emprêgo da Cavalaria no policiamento moderno.

Na evolução geral das coisas não podia deixar de se enquadrar o emprêgo da Cavalaria Policial.

Essa arma outrora muito eficiente no policiamento preventivo, não apresenta bons resultados nos dias de hoje.

Seu valor só em determinadas circunstâncias se faz sentir, principalmente, no policiamento repressivo. E' claro que nos referimos ao policiamento da Capital e das grandes cidades. Na zona rural ainda conserva seu rendimento quase integral.

Não que tenha perdido suas características e possibilidades. E' que elas foram suplantadas por outros meios mais modernos de prevenção e repressão ao crime, meios mais apropriados ao dinamismo da vida atual.

Hoje o policiamento a cavalo, tanto preventivo como repressivo, só é eficiente quando conjugado com o motorizado, seja para transporte, seja para ação conjunta, cavalo-motor. Vejamos alguns detalhes a título de maior clareza.

A patrulha de cavalaria precisa ser transportada para bairros distantes. Uma vez no local fica girando em seu setor.

No silêncio da noite ela é indiscreta, dado seu rumor característico.

No caso de prisões torna-se difícil à própria patrulha conduzir o prêso, precisando recorrer a outro meio, mais apropriado, tornando o serviço demorado.

Já é diferente o policiamento motorizado, que chega, intervém, prende e conduz, com seus próprios meios.

Assim acontece no policiamento preventivo rotineiro.

Vejamos um caso de repressão. Dispersão de um ajuntamento, por exemplo.

O policiamento motorizado chega, intervém, é envolvido, as viaturas são tombadas e até incendiadas. Suas guarnições, a não ser que façam uso de armas de fogo para matar, o que na maioria das vezes é contraindicado, ficam impossibilitadas de agir com eficiência.

A Cavalaria surge então como a arma por excelência para tal caso.

Chega, atravessa a multidão num sentido, em outro, retalha-a, dispersa-a.

Cabe agora aos elementos a pé ou motorizados o término da tarefa, qual seja o de efetuar prisões, conduzir os presos, ocupar o local, manter a vigilância, enfim, fazer o que em linguagem de bombeiro chamaríamos de «rescaldo».

Vê-se, pelo segundo exemplo, que a Cavalaria é mais apropriada ao

policciamento repressivo, rápido, violento, sem matar.

Contudo não dispensa, nem aí, o motorizado para as preliminares da ação e o «rescaldo».

Não é interessante que ela apareça em público antes da ação e nem permaneça depois dela. Deve chegar, agir e desaparecer, a fim de conservar sempre o poderio que lhe dá a surpresa, a tradição, e o temor causado pelo próprio cavalo. Permanecer na rua é perder uma parcela desse poder.

Fica assim patenteada a necessidade do binário cavalo-motor.

Para as ações cujo emprêgo é apropriada a Cavalaria (ações repressivas), bastaria na Capital apenas uma ala, completa e dotada de auto-transporte.

Para serviço preventivo e missões que demandem ações conjunta de cavalo-motor, uma ala motorizada.

A ala motorizada, cuja maioria de veículos poderia ser constituída de jipes, ficaria afeto o serviço de patrulhamento dos bairros distantes,

formando uma rede de policiamento em conjunto com a Rádio-Patrolha.

A guarnição dos jipes, munida de rádio-portátil, «hand-talk», estaria integrada na rede da Rádio-Patrolha e em perfeita ligação entre si, prontos a acorrerem aos mais longínquos recantos da Capital e mesmo dos subúrbios.

Será, por assim dizer, uma extensão da Rádio-Patrolha a todos os pontos distantes, porém de custo mais reduzido, mais apropriado às ruas suburbanas e mais militarizadas.

As cidades mais afastadas da Capital, como tem sido feito, teriam seus destacamentos hipos em forma de Esquadrões Independentes.

Já se falou em motorizar uma ala do R.C. e acredito perdure ainda a intenção de se concretizar a idéia, para maior eficiência dessa nossa querida Força Pública e melhor garantia do progresso de São Paulo.

Propugnemos, pois, por um Régimento Hipo-motorizado pelo binário cavalo-motor.

Se você deseja obter qualquer das fotos insertas nesta revista, procure:

FOTO

"DUQUE DE CAXIAS"

Especialista em reportagens fotográficas militares, policiais e esportivas.

Rua Libero Badaró, 651

— 2.º andar

— São Paulo

Comentando...

por HILDEBRANDO CHAGAS

Não há outro jeito. Quando a gente quer fazer certas coisas deve pensar pouco. E não cogitar muito das conseqüências que, em verdade, por piores que sejam, ferem menos que a vontade insatisfeita. Assim, perdoe-me o sr. Gondim da Fonseca, que vou falar bem de um "cabeça-chata" genuíno. Paciência. Se há quem não os tolera, por que não existir aqueles que os admiram?

"Mestre" Aurélio é o personagem. Cabeleira loura e sempre revolta, porte agigantado, olhos azuis, ninguém dirá que o homem nasceu na pequenina, tropical e tumultuária "Terra dos Marechais". Mas nasceu, sim, e cresceu tanto que foi bater com os costados na encantadora Guanabara... e venceu.

Há muito que não o vejo. Faz dez anos que conversamos no Teatro Municipal, êle como representante das Alagoas num Congresso de Escritores, eu como seu discípulo mediocre e admirador de primeira linha. De lá para cá, tenho-o sentido apenas pelo que faz e pelo que dizem da sua obra. Sei, por exemplo, que é nome respeitável e respeitado no mundo literário desses "brasis"; que é o "mestre" (assim realmente o consideram) de muitos que já se impuseram à admiração de tantos. Catedrático de Português no Colégio Pedro II, é autoridade na matéria que se não contesta por "dá cá aquela palha". Poeta que escreve versos primorosos, prosador da mais alta estirpe, Aurélio Buarque de Holanda (Ferreira Cavalcanti) cada dia se impõe como esteta consumado e incorruptível purista desta nossa "Última flor do Lácio...".

A lista dos seus admiradores é grande. Gilberto Freire, Raquel de Queiroz, José Lins do Rêgo, Alvaro Lins, Valdemar Cavalcanti, os irmãos Condé, Paulo Ronai, Otto Maria Carpeaux, todos não se têm cansado de o proclamar "mestre" Aurélio. E é mesmo. E razões de sobra há para que o tratamento afetuosamente se robusteça pelo tempo em fóra.

Eu também assim o proclamo. Mesmo porque não há esquecer aquelas aulas verdadeiras onde, ao lado de uma inteligência admirável a distribuir ensinamentos, cantava, impassível, a velha palmatória de sola.

As minhas homenagens tardias, "mestre" Aurélio. E até qualquer dia quando, no Pedro II, estarei a ouvir-lhe mais uma aula. Sim, mais uma aula de que tanto andamos necessitados, eu e muita gente por aí, escrevinhadeiros sem eira nem beira, contumazes artífices de garatujas jornalísticas pobres de alma e de corpo claudicante.

SOCIEDADE DEMOCRÁTICA

CLEUSA F. VELLOSO

*Prof. de Sociologia Educacional da
Escola Normal e Ginásio Estadual
de Jacarei - Est. de S. Paulo*

DENTRE as palavras, que podem ser usadas a serviço de fins, os mais contraditórios e diversos, está DEMOCRACIA. De sentido vago, às vezes, ambíguo, outras, nem por isso teve seu prestígio diminuído, nem perdeu a força de seu valor.

Como as palavras, **liberdade, progresso, igualdade**, que assumem diversas interpretações, DEMOCRACIA serve em nossos dias, para justificar regimes sociais dos mais antagônicos.

Dizem-se **democratas**, os beneficiários de um regime capitalista; proclamam-se **democratas**, os comunistas, que se colocam em campo oposto, sob a tutela de um partido único, representando a ditadura e opressão de consciência; trata-se como **democracia**, a monarquia britânica, apesar de sua dinastia secular; de sua Câmara Alta, de que faz parte, a aristocracia, com toda sua tradição e privilégios.

No decorrer do processo histórico, a DEMOCRACIA ganhou uma aplicabilidade ilimitada, prestando-se a regimes de liberdade política e opressão econômica e a regimes de opressão política e igualdade econômica, podendo conter todas as ansiedades do grupo social, suas reivindicações e ressentimentos mal definidos, o que explica o magnetismo que exerce sobre as consciências.

Isto nos leva a afirmar, segundo a lógica de Aristóteles, que as diferenças específicas indispensáveis para definir conceitos, foram anuladas, reduzindo-se, pois, a palavra DEMOCRACIA, a um gênero apenas, que compreende desde as democracias liberais até as democracias socialistas, populares ou autoritárias.

Na situação do mundo presente, em que a mesma palavra é a ordem e o lema da reação e da revolução, prestando-se a gregos e troianos, DEMOCRACIA tornou-se um mito, a serviço de propaganda política, que não mais encerra idéias ou ideais, mas interesses e paixões.

Thomas Jefferson, em 1801, estabeleceu a sociedade democrática, sob os seguintes princípios políticos: «Justiça legal e exata para todos os homens de qualquer estado e convicção política ou religiosa; paz, comércio e amizade honesta com todas as nações, sem aliança comprometedoras com nenhuma; do governo dos Estados, como administração mais competente, deve vir apóio, em todos os direitos, para os problemas internos e segurança contra as tendências subversivas anti-republicanas, a conservação do governo central, em seu pleno vigor constitucional, como meio de salvaguardar a paz interna e a segurança exterior; deve ser rigorosamente observado o

direito de eleição pelo povo e a aceitação absoluta da decisão da maioria, princípio vital das repúblicas; um exército bem disciplinado, será a melhor proteção no tempo de paz e nos primeiros momentos de guerra, até que se possa organizar forças regulares; deverá haver supremacia da autoridade civil sobre a militar, economia dos gastos públicos, pagamento honesto das dividas da nação e manutenção sagrada da fé pública; fomento da agricultura e do comércio, como seu servidor; difusão da cultura e julgamento de todos os abusos, ante o tribunal da razão pública; liberdade religiosa, liberdade de imprensa, liberdade pessoal sob a proteção do Habeas Corpus e processos por jurados escolhidos imparcialmente...».

Não nos prendendo à essência e às formas possíveis de DEMOCRACIA, aceitamos como uma das mais importantes condições, a equivalência de opiniões.

Os regimes de partido único, sacrificam a variedade à unidade, a li-

berdade à uma ordem determinada e só é válida a opinião que estabelecem como verdade; a democracia, põe em relevo a variedade, na liberdade de pensamento e opinião.

Trata-se de liberdade e tolerância, mas de uma liberdade cívica, antes da liberdade política, que se obtém pelo governo diréto do povo.

E' esta liberdade que representa um valor, uma idéia-fôrça, que é o mecanismo mais poderoso de todos os movimentos históricos; não é a liberdade deste ou daquele individuo, dêste ou daquele partido apenas e o sacrificio da liberdade dêste individuo ou daquele partido; é a afirmação simultânea da liberdade de todos.

O destino do mundo acompanhará o destino da liberdade, entendida no campo da ação democrática e ficará dependendo da capacidade que tiverem os homens e as nações de salvar-se do caos em que se encontram, recuperando o equilíbrio e a lucidez de seu espírito, pela compreensão nítida dos conceitos democráticos.

— :: —



PREFIRA O NOVO PACOTE DE 400 GRAMAS

AMIDO DE MILHO

MAIZENA
DURYEA

MARCAS REGISTRADAS

É MAIS PRÁTICO, HIGIENICO E
MAIS BARATO!

MAVORTE escreveu

Servidão

E

GRANDEZA MILITARES

Tudo aqui é um plágio. Conteúdo, título, até as figuras que possuem existência real, mas aparecem revestidas duma nomenclatura cômoda, para quem vive sob o anonimato glorioso da farda. E, foi também anônimo e obscuro, que eu conheci dois personagens famosos no velho 4.º B.C. de Bauru.

Pacífico dos Anjos, tenente reformado há não sei quantos anos, tinha o sabor dum arquivo ambulante, conhecedor metucioso de todos os esquecidos episódios da nossa tropa.

Foi ali, na sombra acolhedora do pavilhão das baias, que êle, mascando a ponta do «de paia», me apresentou ao segundo herói, o Pepino, burro de metralhadoras, herói da campanha de Goiás e outras proesas.

Pacífico era poeta aposentado e além da literatura indispensável ao R.D., sua mente «às musas dada» propiciava-nos, de quando em quan-

do, poemas heróicos, humorísticos inconscientes, de vernáculo reíno.

— Você está vendo aquêle burro ali ?

— Qual dêles Pacífico ?

— Aquêle ruço, velho. E' o Pepino ! Fiz com êle tôda a campanha de Goiás. Até parece que êle entende a gente.

— Escuta Pacífico, êste bicho é uma peste. Não há quem agüente as manhas do Pepino.

— Pois olhe, na véspera da minha reforma eu escrevi um soneto dedicado ao Pepino e apanhei dez dias de galera.

Eu já me acostumara ao Pacífico. Ele e o Pepino tinham de comum o olhar inteligente, ambos eram manhosos. Aguardei calado as confidências do veterano e calejado companheiro.

— Pois é, não ficava bem citar o burro num soneto pela imprensa.

Mas o Pepino era um herói. Foi valente e sempre pronto para tudo. Os recrutas até diziam que o Pepino deu parte do Sebastião, um negro lustroso que embirrou com êle.

— Pois foi assim. O soneto sai num dia e no outro eu estava prêso. Você conheceu o capitão Saviniano ?

— Êle pegou a poesia, leu, leu, tornou a ler e começou a pensar: orelhas grandes ! ruço ! rabudo ! Vá p'ro meio dos inferno, isso é comigo!

— Subiu como um foguete e lavrou a parte. O negócio veio para eu informar, mas qual o quê !

— Fui até as baías, olhei o Pepino, tornei olhar e no fim me convenci de que eu merecia mesmo ficar prêso.

— Para completar a miséria das coisas havia um êrro de imprensa. O miserável jornalzinho da terra, onde eu falava de panegírico do herói, escreveu «pangerico» e o Seviniano andou dizendo que suportava tudo menos ser chamado de «Pangerico».

— E' «seo» tenente, as coisas são sempre assim, isso de se meter com burros, ou a gente leva coice ou sai dali zurrando.

Consumir

E' um dever da patriotismo.

Produtos

E' contribuir para o
desenvolvimento da
nossa produção.

Nacionais

E' ajudar a libertação
econômica do Brasil.

UM PATRIMÔNIO NACIONAL

ALVES MATA

Ten. cel. da P. M. de Alagoas

CERTA vez, no salão nobre da Escola de Polícia, meu ilustre colega Simão Burjakian, na qualidade de Presidente do Centro Acadêmico de Criminologia, elogiou tanto a personalidade de um dos professores ali presentes, que, apesar de muito querê-lo, passei a fugir de sua companhia, pois não suporto «incenso», nem incensadores...

Foi o tempo passando e vim a conhecer de perto o homem que me parecia ter recebido exagerados encômios.

Escrevendo estas linhas, agora, cumpro o dever de penitenciar-me pela injustiça do meu julgamento inicial.

Esse rebento oriundo da fusão de duas raças — o índio brasileiro e o branco holandês — para mim constitui hoje mais um dos motivos por que me orgulho de ser filho d'este imenso Brasil.

Nós, os policiais brasileiros, que experimentamos constantemente êsses lances de anônimo heroísmo, sempre retribuídos com a indiferença, bem compreendemos o agitado drama íntimo de sua existência.

Fundador de uma nova ciência que se propõe a mostrar êrros fundamentais nos domínios da Biotipologia, da Antropologia Criminal, da

Criminologia, etc.; que não aceita a aplicação das leis mendelianas à espécie humana, tidas universalmente como fato incontestado, tem forçosamente de lutar contra a superioridade de armas e numérica, mas, afirma, sua fôrça é maior que a de todos os seus opositores reunidos, pois é a VERDADE.

No Brasil, após entendimentos com o Presidente Vargas, a quem fêz completa explanação dos seus estudos e dos resultados a que tinha chegado, e por quem foi carinhosamente recebido, ouviu do primeiro magistrado da Nação, em 1931, estas palavras: «O senhor é jovem, mas não confundirei o calor da juventude com o da ciência. A Odontologia Legal será ensinada no Brasil».

Cumprindo a promessa, foi federalizada a disciplina.

Em Santos, onde nasceu, passou privações com sua esposa e colaboradora número UM, cujo nome assinalei com profundo respeito: Azaléa Rosado Silva — dama que foi, em Cuba, chamada Maria Pasteur brasileira e a quem foi conferido, na conferência, o honroso título de membro honorífico.

Precisando de crânios para as pesquisas iniciais e não os podendo conseguir oficialmente, roubava-os

do cemitério, à noite, restituindo-os depois. Movido por sua fé religiosa, acendia sempre uma vela em intenção da alma que na face da terra usou aquela armadura óssea.

É membro das Academias de Odontologia, de Institutos de Criminologia, Estomatologia, no Brasil, em quase todos os Estados; na França, Bélgica, América do Norte, Cuba, Argentina etc.

Para melhor demonstração de sua projeção internacional transcreverei uma resolução do Primeiro Congresso Panamericano de Medicina Legal, Odontologia Legal e Criminologia, realizado em Havana, em 1946, com aprovação unânime: «RESOLUÇÃO... Que a paternidade da expressão ODONTOLOGIA-LEGAL é exclusiva do professor Luiz Lustosa da Silva, de São Paulo, Brasil, criador dessa Ciência tal como hoje se ensina e conhece, sendo a República do Brasil o berço de dita Ciência».

Nações participantes do referido congresso: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colombia, Costa Rica, Cuba, Equador, Estados Unidos da América do Norte, Honduras, Guatemala, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai, Venezuela e França.

Da cultura do prof. Luiz Silva, que falem as 57 obras espalhadas pelas mãos dos estudiosos, produzidas pelo emérito educador.

Em 1928, recebia o título de Membro da Fundação Documentária

de Bruxelas, sociedade fundada há 50 anos e cujo número de sócios não ia além de quarenta.

Trouxe para o Brasil, em 1936, ou melhor, para as Américas do Sul, Central e do Norte, pela primeira e última vez até hoje, o prêmio «ODONTOLOGIA AGUILAR» instituído em Madrid.

Formado em Engenharia e Odontologia, estudou Direito e Medicina apenas para ilustrar mais o espírito.

Fala diversos idiomas.

Em abril deste ano, na Argentina, foi criada a cadeira de Odontologia Legal em suas Universidades, conforme noticiário dos jornais desta capital.

Aí está, pois, o homem que me pareceu medíocre e que possui os mais atraentes e empolgantes motivos para se escrever uma alentada biografia.

Conhecê-lo pessoalmente, é um privilégio. Reconhecer seus méritos, uma virtude, um culto à justiça. Tê-lo como mestre, uma glória. Privar de sua amizade, uma insigne honra.

Nos domínios da ciência ele não tem pátria, porque mais de 20 nações o têm como parte integrante de suas atividades científicas, como membro honorário de suas faculdades.

Como cidadão, porém, é um PATRIMÔNIO NACIONAL.

— :: —

— O homem de gênio pode morrer. O que não pode nem deve morrer é a sua obra.

MENDONÇA TRÉMONT.

DESDE que a vida do homem sôbre a face da terra começou a ser registrada, formando a História, ou seja, o relato fiel dos fatos mais importantes das atividades humanas, foram assim consideradas, como as mais importantes, aquelas que diziam respeito à organização política dos diferentes agrupamentos sociais, sucessivamente, das famílias, das tribos, das cidades, das nações, até a complexa estruturação política dos Estados atuais. (Por política quero aqui entender menos a arte de governar povos

que o conjunto de postulados puramente intelectuais, derivados de conceitos ou preconceitos religiosos, éticos ou morais, utilizados por ela).

Infelizmente, fatos outros, relativos a aspectos materiais da atividade do homem e de sua indagação, conquista e domínio sôbre os fenômenos naturais, foram relegados às entrelinhas e aos rodapés da História política. Entretanto, apesar desse tratamento desigual por parte dos historiadores, alguns povos ou partes deles, politicamente menos brilhantes, e portanto mal estudados, conseguiram acumular apreciável cabedal de conhecimentos, não ainda científicos ou técnicos, que foi sendo transmitido de geração em geração, mais pela prática cotidiana que de ensinamento propriamente dito, fazendo chegar, até nós, através do trabalho realizado, o resultado dessas atividades.

Mesmo modernamente, o conhecimento científico, quer dos homens em si, quer da natureza que os envolve, tem sido pouco cuidado pela História, só chegando ao alcance público por divulgações esparsas e, por-

tanto, sem a necessária ordenação e planificação, de sorte que o conjunto dos conhecimentos parciais de cada ramo especializado da ciência ou da técnica, aparece fragmentário e até mesmo contraditório, quando na realidade forma um todo coerente e perfeitamente ordenado.

Ora, sendo o povo incompletamente instruído, seus dirigentes, dele saídos, também o serão, no que diz respeito à evolução do próprio homem e do seu conhecimento, havendo exceções, é claro. E, como as pessoas que, por qualidades ou dons naturais, têm aptidão para exercer influência política sôbre a coletividade, não trazem, desde os bancos escolares, conhecimentos completos e exatos sôbre tôdas as atividades humanas, são levadas, muitas vezes, pelo estudo quase que exclusivo da História (política), a julgar que os resultados dos estudos científicos e de seu conseqüente conhecimento técnico não são aplicáveis ao homem, como indivíduo, ou ao seu conjunto, como sociedade humana.

Isto equivale a dizer que a Política e em conseqüência dela, as leis, que estabelecem normas gerais de conduta, criam direitos, cominam pe-

DA HISTÓRIA ÀS LEIS

Ten. Airo B. Camargo

nas e portanto impõem os princípios do justo e do não justo, têm como origem conceitos praticamente alheios à natureza mesma do mundo e da vida, a que o homem pertence, como parte integrante de uma única e permanente realidade. E, assim pensando, podemos dizer que desse fato resulta nunca estar a legislação de um povo representando de fato nem suas necessidades, individuais ou sociais, nem seu ideal de vida ou de tipo de relações desejáveis, porque, enquanto constituinte do grupo social deve o indivíduo submeter-se à vontade da maioria do grupo ou de uma minoria mais forte ou mais audaz, e enquanto indivíduo em si, por ser absoluto e naturalmente distinto de todos e de cada um dos

demais, deve ter, por força dessa natureza, ideal de vida ou necessidades em pelo menos algum ponto divergente, quer de qualquer outro indivíduo, quer do conjunto social a que pertence.

Creio que, enquanto durar essa situação de ampla divulgação dos fatos políticos e de restrito conhecimento das ciências, as leis estabelecidas para serem observadas por todos, ao invés de nos conduzir à tão almejada paz social, criam cada vez mais obstáculos e antagonismos entre as diferentes partes de um todo, que deve manter-se harmoniosamente entrosado, para o bem comum.

A História, portanto, deve ser restrita.



TORREFAÇÃO E MOAGEM

— DO —

CAFÉ ROCHA

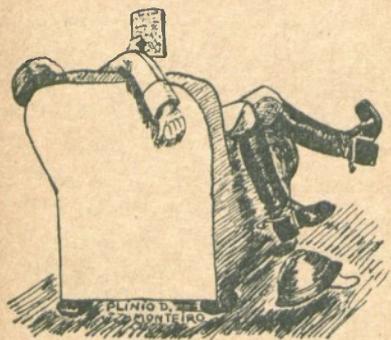
A. ROCHA & IRMÃO

MATRIZ:

Rua da Cantareira, 1179

Fone: 34-4404

SÃO PAULO



PARECE PIADA

(Ilustração do autor)

E talvez seja mesmo.

Se contássemos aquela do comandante que puniu um oficial «por estar imaginando coisas impossíveis no corredor das báias» seria piada. Seria também anedota, evidentemente, aquela do papagaio. Do papagaio não, do cabo dando uma parte: — «as lâmpadas queimadas não são do I, nem do II, nem do III, mas sim do IV Esquadrão»; e o despacho foi: — «fica prêso não por um, nem por dois, nem por três, mas sim por cinco dias, o cabo Fulano, a fim de deixar de ser burro».

Porém, nesta história é ainda mais conveniente que se tome o outro personagem, como simples elucubração de um cérebro imaginoso. Eu acabara de chegar ao Regimento de Cavalaria. Como oficial bisonho, escalaram-me para «tirar» o serviço de dia «ataché» a um tenente experiente, emérito nas subtilidades daquele mister. Todos que usassem fardas com galões me causavam profundo respeito. E eu me preparei para o serviço vestindo o uniforme mais novo, passando um pano nas botas que

já pareciam um espelho (era o orgulho de meu ordenança aquele polimento incrível); li e reli os regulamentos para melhor esclarecer-me, pois não queria embarçar-me frente ao «mestre».

Recebi o serviço sem a presença do preceptor. O tenente antigo chegou um pouco atrasado, sem apressar o passo sempre moroso (êle «puxava» ligeiramente o «posterior esquerdo»); cõfiando o bigode, recostou-se numa poltrona, onde ençetou, atentamente, a leitura de «Seleções», assim numa atitude de quem se achava em estação de veraneio.

Fui desempenhando minhas funções; o tenente só mudou de posição para jantar, e para me perguntar si eu lhe queria emprestar cinco mil cruzeiros. Recusei, envergonhado de não poder prestar um favor àquele ilustre superior. Mas havia uma razão incontestável, estranha à minha vontade — eu não possuía semelhante fortuna.

As 23 horas, êle ainda de olhos pregados lânguidamente na revista, ordenou-me que fôsse deitar. Eu fiquei recostado na cama.

Entrou um soldado afobado:

— «Seu» tenente, um cavalo prendeu o pé na táboa da baía!

Sem modificar um músculo, o tenente respondeu: — Chame o ferrador de dia.

— Já chamei, êle quebrou a táboa da baía, mas o cavalo não se levanta...

— Então, chame o enfermeiro veterinário.

— Êle já veio e disse que o cavalo parece que partiu a perna, e precisa ser sacrificado.

— Então, telefone para o veterinário de dia.

— O seu adjunto está telefonando.

Entreí na conversa, impaciente, dizendo que ia ver o cavalo e anotar o número para dar parte.

A resposta do «mestre» veio instantâneamente: — P'ra que, «velho»? Isso é serviço do adjunto. Você não é cavalariço, nem veterinário. Isto funciona automaticamente, não aborreça. E se encolhendo mais um pouco prosseguiu na leitura.

Assim eu aprendi as «subtilezas» de um serviço de dia, mas pelo processo negativo: — De como não tirar um serviço de dia.

COOPERATIVAS REGIONAIS:

Aguai — Cachoeira Paulista — Guaratinguetá — Jacarei
— Loreña — Paraibuna — Pindamonhangaba — Roseira —
Santa Branca — Santa Izabel — São Bento do Sapucaí — São
José dos Campos — Taubaté.

COOPERATIVA CENTRAL DE LATICÍNIOS

DO

ESTADO DE SÃO PAULO

Regist. M. A. sob n.º 4 e S. A. sob n.º 47

Escritório e sede central: (Diretoria 9-2658
Rua Dr. Almeida Lima, 523 Fones (S. Comercial . . 9-2659
SÃO PAULO (S. Técnica 9-2681

Decálogo preventivo contra incêndios

- 1) — **NÃO** deixe fósforos ao alcance das crianças.
- 2) — **NÃO** saia de casa sem antes verificar se não esqueceu o ferro elétrico ligado ou a torneira de gás aberta.
- 3) — **NÃO** faça ligações elétricas “de emergência”; procure sempre técnicos competentes para fazê-las em definitivo.
- 4) — **NÃO** faça concorrência aos fabricantes de cêra, tentando fabricá-la em sua casa; essa economia não compensa o grande risco de um incêndio.
- 5) — **NÃO** jogue palitos de fósforos e pontas de cigarro usados, sem antes verificar se estão completamente apagados e escolha o lugar onde jogá-los.
- 6) — **NÃO** queira substituir o fuzível queimado por uma moeda ou outro recurso caseiro; use um fuzível novo e de capacidade adequada.
- 7) — **NÃO** trabalhe com material inflamável ou de fácil combustão sem antes certificar-se de que não há fogo por perto.
- 8) — **NÃO** queira dar uma “fumadinha” durante os instantes em que o tanque de seu automóvel está recebendo gasolina.
- 9) — **NÃO** guarde cêra, gasolina para limpeza, solventes ou álcool em lugares próximos de fogo e do alcance de crianças.
- 10) — **NÃO** solte balões nem queime fogos; ambos provocam acidentes dos mais graves, levando a destruição, o desemprego e a miséria a muitas famílias.

A IMPRUDÊNCIA e o DESCUIDO constituem os MAIORES INIMIGOS de sua VIDA, de seu LAR e de seu BOLSO !

Contribuição de «MILITIA».

Presídio Militar “Romão Gomes”



Os nossos sentenciados têm no trabalho, além de uma fonte de subsistência para suas famílias, a escola eficiente de reeducação, que os devolverá como elementos úteis à sociedade.

Até princípios de 1949 os xadrezes dos batalhões viveram cheios de policiais-militares condenados pela Justiça Militar do Estado. A vida inerte ali passada, sem outra finalidade e ocupação do que a de contar os dias a serem cumpridos na prisão, servia para corromper o caráter de muitos elementos ainda aproveitáveis. Em algumas unidades, onde tais presos eram em maior número, campeavam os vícios e as degenera-

ções próprias dos presídios onde os condenados não têm qualquer ocupação.

Foi tendo conhecimento destes fatos que a Administração da Força e a Justiça Militar do Estado pensaram na criação de um presídio militar, onde o sentenciado, cultuando o trabalho, tivesse oportunidade de resgatar a falta cometida ao mesmo tempo que prestasse serviço ao Estado e deste conseguisse proventos

para a manutenção da família, quando casado ou arrimo, ou que viessem a constituir um pecúlio, para início de nova vida, após o cumprimento da pena,

UMA HOMENAGEM

Lembrou-se desde logo o nome do heróico e ilustre coronel Romão Gomes, primeiro juiz militar do Estado e que tanto fez pelo enobrecimento da justiça, na Fôrça Pública. O futuro presídio chamar-se-ia Presídio Militar «Romão Gomes».

A 21 de abril de 1949, foi inaugurado o presídio, então compreendendo um prédio para alojamento dos sentenciados e um para a administração, que tinha à frente o tenente Iolando Prado.

Transcorreram-se quatro anos. Quatro anos de lutas não apenas contra as dificuldades comuns a empreendimentos desta natureza, mas principalmente contra a falta de verbas e de pessoal. No entanto muito foi realizado neste quadriênio pelos esforçados cap. Iolando e ten. Valter e demais auxiliares da administração do presídio. A fotografia que ilustra esta reportagem, e alguns dados colhidos por nós. dizem bem do estado atual desta instituição de tão elevados objetivos, quais sejam os de reeducar os internados, procurando, por meio do trabalho e de instrução moral e cívica, reencaminhá-los para os serviços da Fôrça, ou reajustá-los na sociedade civil, no caso da pena imposta pela Justiça comportar exclusão das fileiras.

O presídio além da administração e da secção correcional, possui uma secção agro-pecuária, bastante desenvolvida, pois além de produzir

para a manutenção dos internados, vende os seus produtos a terceiros.

Só ao Serviço de Subsistência da Fôrça foram fornecidos durante o ano passado, 8.434 quilos de legumes e hortaliças e 4.015 quilos de mandioca, batata doce e abóbora. Parte da produção agrícola, compreendendo 9.000 quilos de milho. 2.000 quilos de mandioca e 10.000 quilos de batata doce, foi destinada à pocilga da mesma secção. Foram ainda vendidos a terceiros e fornecidos a praças e funcionários do instituto, cerca de 15.000 quilos de hortaliças, legumes e cereais diversos.

Nas pocilgas encontram-se presentemente 180 espécimens de diversas raças, sendo que a produção de toucinho e carne de porco, rendeu cerca de Cr\$ 120.000,00.

Há ainda nos terrenos pertencentes ao presídio, um moderno galinheiro, com cerca de 400 cabeças de galinhas New-Hampshire e Leghorn.

Além dessas atividades, a direção do instituto é encarregada da administração da Vila Militar General Salgado, composta de 26 casas para sargentos e 24 casas para cabos e soldados, Escola Mista Cruz Azul e Parque Infantil «Alferes Gomes de Almeida», bem como de atender a reparos e reformas a serem feitas nos referidos prédios.

Devemos lembrar também, que o desbravamento dos terrenos onde se encontra localizada a Colônia de Férias do Vale Encantado, em Campos do Jordão, bem como os serviços de remoção de terra lá realizados, foram procedidos por elementos internados.

Como se vê, a vida dos sentenciados é plena de atividade, não res-

tando tempo para o ócio que conduz ao vício, às perversões e ao crime.

FAZENDA DO ESTADO

Disse-nos o capitão Iolando Prado: «E' sabido que os poucos alqueires que a Fôrça Pública possui no Barro Branco, estão divididos entre o Centro de Formação e Aperfeiçoamento, Invernada do Regimento de Cavalaria, Serviço de Engenharia, Estandes de Tiro e o Presídio «Romão Gomes». Com o pequeno espaço com que contamos, não foi possível fazer mais.

Já opinamos, em relatório endereçado ao Comando Geral da Fôrça, no sentido dêste instituto penal ser transferido para alguma fazenda do Estado, onde se poderia desenvolver eficiente regime penitenciário agrícola. Sonho mesmo com a possibilidade de mantermos, então, uma agricultura mecanizada e cada um dos homens que devolvêssemos à sociedade, seria um agricultor especializado, de que tanto necessitam as nossas lavouras, e um cidadão habilitado, pelo seu trabalho, a proporcionar melhor padrão de vida à sua família».

Lembrou ainda o cap. Prado que já enviou à Administração da Fôrça e ao Juiz Auditor e Corregedor do Tribunal de Justiça Militar, um anteprojecto de regulamento para o Presídio Militar de que é diretor, e espera que o mesmo depois de receber as emendas e correções que houver por bem fazer a Auditoria, seja brevemente baixado.

CONTRASTE

As quinze horas, preparávamos-nos para sair, quando chegaram as

primeiras turmas de internados, após deixarem os serviços do campo. Aquela quase centena de homens suarentos, queimados pelo sol e de aspecto sadio formavam um contraste com os quadros a que estávamos acostumados a ver nos pátios dos quartéis, quando os presos, pálidos, e com aquêlê semblante mórbido que o ócio imprime na face dos que o cultivam, saíam dos xadrezes, escoltados, para o banho de col.

SENSAÇÃO DE LIBERDADE

Os internados experimentam durante o dia plena sensação de liberdade, pois cada um dêles é responsável por determinada tarefa e dela se desincumbe, fora da vigilância dos guardas. Talvez por isso mesmo, são raros os casos de fuga. Nos últimos doze meses apenas um internado ausentou-se do presídio, porém voltou no dia seguinte, voluntariamente.

O que concorre também para evitar as evações, é a assistência prestada não só ao internado como à sua família.

Como não podia deixar de ser, procuramos ouvir, também, o dr. Agnello Camargo Penteado, Juiz Corregedor e das Execuções Criminaes da Justiça Militar, que prontamente nos prestou as seguintes declarações:

— Que nos diz a respeito do trabalho penitenciário adotado pelo P.M.R.G. ?

— «Quanto ao trabalho penitenciário, é êle sem dúvida, um dos factores preponderantes na regeneração dos criminosos, como, aliás, tive oportunidade de salientar em um estudo de divulgação da moderna ciên-

cia penitenciária, a pedido de **Militia**. A ociosidade sempre foi má conselheira, e muito mais em um presídio. O trabalho útil dos internados previne-lhes, até certo ponto, o efeito depressivamente da prisão. E', hodiernamente, aconselhado mesmo para re-frear o sexualismo, como um dos meios mais higiênicos, pois, além de educar a atenção e enrijar os músculos, o trabalho obrigatório e sistemático é um sedativo poderoso para o auto-erotismo e para as preocupações de natureza sexual. Em suma, o trabalho do internado constitui hoje, em um presídio, como o nosso, uma necessidade de efeitos salutares».

— **Interpelado sôbre se é aconselhável a relativa liberdade em que vivem os presidiários do P.M.R.G., declarou s.s.:**

— «A revista «Seleções» do mês de abril último publicou um artigo sôbre o estabelecimento penal masculino de Chino, na Califórnia, Estados Unidos, dito «penitenciária sem muros de pedra, sem metralhadoras e sem grades». O seu Superintendente, com surpresa geral, tem obtido os maiores êxitos no setor da recuperação de criminosos e uma de suas inovações foi o instituir um campo para que, semanalmente, aos domingos, recebam os internados membros de suas famílias, em verdadeiros «weekends», o que, principalmente, muito tem contribuído para o seu êxito. Acontece, que no P.M.R.G., de há muito que tal prática vem sendo adotada, embora sem alardes, demonstrando que no mesmo são empregados os mais avançados princípios da ciência penitenciária. O P.M.R.G. também não possui mu-

ros de pedra, nem metralhadoras e nem grades e, como o estabelecimento de Chino, uma regra fundamental é deixar sempre aberto o caminho da fuga, sem que a ela tenha intenções o internado. Para tanto, é convencido de que a fuga é uma covardia enquanto que êle não é um covarde. Igualmente, em um recanto do P.M.R.G., arborizado e florido, recebem os presidiários, aos domingos, a visita de seus familiares, com os quais almoçam e ficam durante todo o dia em relativa liberdade. E é essa confiança depositada nos internados pela direção, como em Chino, que lhes obriga a considerar um dever social, familiar e, no caso, militar, o cumprimento da pena que lhe foi imposta pela Justiça».

Finalizando as suas oportunas declarações, disse-nos o dr. Agnelo Camargo Penteado:

— «O que podemos afirmar é que o P.M.R.G., embora materialmente muito deixe a desejar, pela falta absoluta de qualquer instalação adequada a seus fins, metódicamente é perfeito, empregando, na prática, as maiores conquistas da moderna ciência penitenciária. Podemos dizer, da mesma forma que Roberto Pettinato, Diretor dos Estabelecimentos Penais da Argentina disse a mim quando visitei a Penitenciária Nacional de Buenos Aires: também no P.M.R.G., não há lugar para o verso de Dante, inscrito no frontespício do Inferno — «lasciate ogni speranza o voi ch'entrate» — pois, se no seu pórtico se devesse inserir uma frase que materializasse o espírito da organização, esta seria — «Aqui se ensina a cultivar uma esperança».

Miliciano,

a

SEC. REEMBOLSÁVEL DO S. I.

(Quartel do S. I. — Rua Alfredo Maia, 194)

defende os seus interêsses
porque oferece o que Você
necessita, a preços inferiores
aos da praça.

Faça-lhe uma visita ———
————— logo que puder

IV Centenário da Cidade

A Fôrça Pública do Estado constituiu uma comissão encarregada de, especialmente, preparar a sua colaboração às comemorações do IV Centenário da Cidade, de forma a assegurar o maior concurso possível da corporação ao programa que se desenvolverá no próximo ano.

Dentro das linhas gerais estabelecidas pela referida comissão, terá a Fôrça Pública participação de destaque nas solenidades cívicas, comemorações esportivas e demonstrações de educação física que se realizarem em 1954, bem como no policiamento, na recepção e orientação dos visitantes que, em grande número, demandarão a capital paulista para as festas do IV Centenário.

Ao Batalhão «Tobias de Aguiar» competirá o policiamento geral dos festejos; ao Batalhão de Guardas, a formatura nas recepções às altas autoridades e visitantes ilustres; ao Regimento de Cavalaria e apresentação, em demonstrações públicas, de números de carrossel e hipismo, destinados a constituir um motivo de grande atração. A Escola de Educação Física, por sua vez, oferecerá demonstrações de ginástica, bailado e esgrima, para os quais se prepara com grande entusiasmo. A sub-chefia do Estado Maior foi confiada missão

de grande importância para o êxito dos festejos, qual seja a de treinar um corpo escolhido de intérpretes, que, nos pontos de desembarque, logradouros centrais, junto às delegações visitantes, lhes proporcione todas as informações sobre a cidade e os programas dos festejos, orientando em tudo o que se fizer necessário.

Grande será também a participação da Fôrça Pública nas várias competições esportivas, em que seus vários conjuntos se apresentarão em diferentes campeonatos de natureza civil e militar, defendendo as cores da tradicional corporação.

Parte significativa nos festejos terá a Banda de Música que, além de promover concertos especiais, em prestará grande brilho aos atos principais do programa e às várias solenidades correlatas.

Dessa forma prepara-se a Fôrça Pública do Estado, tão intimamente ligada à vida da cidade, para, no ano do IV Centenário, assinalar de maneira indelével a sua presença no grande acontecimento cívico que fará convergir para São Paulo as atenções do Brasil e do mundo.

A comissão de oficiais acima referida, é a seguinte: maj. Hugo Brandaschia, maj. José Gladiador e 1.º ten. Hildebrando Chagas.

Formação de reservistas — pela Brigada Militar —

O Comando da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, dirigindo-se por carta à Diretoria Geral do Serviço Militar, solicitou a esta os seus bons officios no sentido de ser facultada àquela milícia a formação de reservistas e que lhe fôsse destinado anualmente um contingente de 800 a 1.000 homens. O titular daquela Diretoria, gen. Olímpio Falconieri da Cunha, respondendo à solicitação em apreço, enviou a resposta cujo texto damos abaixo:

"1 — Acuso o recebimento de vossa carta n.º 52 de março último, relativa à autorização à Brigada Militar do Rio Grande do Sul para formar reservistas. 2 — As considerações que fundamentam e justificam a autorização solicitada são por demais conhecidas pois, quando no Comando da 3.a R. M., foi-me dada a oportunidade de examinar o assunto e solucioná-lo, atendendo às reais necessidades da Brigada, sem prejuizo dos encargos inerentes à Região; a solução definitiva, porém, importa em providências outras, que ultrapassam as atribuições da Diretoria Geral do Serviço Militar, forçada a se restringir, como é óbvio, ao cumprimento da Lei do Serviço Militar, que contraria o anseio, muito natural, dessa Brigada. 3 — No entanto, cumpre assinalar que a restrição feita pelo § único do art. 78 da referida Lei abrange, apenas, os reservistas de 1.ª e 2.a categorias, nada impedindo a aceitação, como voluntário, dos reservistas de 3.a categoria. 4 — Sendo 19 anos

a idade normal de incorporação ao Exército e de 10 meses a duração média do serviço, é comum, dado o processo de incorporação atual, ser o convocado licenciado com mais de 20 anos, pouco menos que o exigido para que possa ser incluído nas Forças Auxiliares, entre as quais se encontra a Brigada Militar do Rio Grande do Sul. 5 — Há que considerar, ainda, a situação particular do Rio Grande do Sul, face à Segurança Nacional; o elevado número de unidades, estabelecimentos e repartições militares que nele têm sede, absorve a quase totalidade dos convocados anuais, ocorrendo, não raro, serem as disponibilidades inferiores às necessidades. Nessas condições, destinar à Brigada Militar, anualmente, um contingente de 800 a 1.000 homens, será criar, para o Exército, problema análogo ao que, presentemente, aflige aquela Corporação. 6 — Estas considerações, a que poderiam ser aduzidas outras de não menor valia, justificam o motivo porque,

como Comandante da 3.a Região, julguei oportuno, atendendo aos reclamos dessa Brigada, sobremodo desfalcada em seus efetivos, autorizar a aceitação, como voluntários, de reservistas de 2.a e 1.a categorias do Exército; êsse ato visou, portanto, atender a uma contingência momentânea e poderá, ou não, ser mantido, se assim julgar conveniente o meu substituto, dependendo, como é óbvio, de expediente a ser feito por essa Brigada àquele Comando. 7 — Pessoalmente, por observação própria, reconheço que a Brigada Militar do Rio Grande do Sul se encontra perfeitamente aparelhada para formar reservistas de 2.a categoria; parece-me, contudo, que a solução sugerida não solucionará o problema, pois o prazo relativamente curto em que deverão permanecer nas fileiras, não permitirá à Brigada explorar convenientemente o produto do seu esforço. E' que, tão pronto seja licenciada determinada classe incorporada ao Exército e à qual pertençam os convocados servindo na Brigada Militar, procurarão estes ser também licenciados, voltando assim a Brigada à situação anterior, em busca de um objetivo jamais alcançado, qual seja. o preenchimento dos seus claros em

caráter permanente. 8 — Cumpre, ainda, acentuar que o percalço apontado, se generalizado às demais Polícias Militares em idêntica situação, de muito agravará o problema, dificultando sobremodo a formação das reservas das Forças Armadas. 9 — Contudo, tomando na devida conta as razões expostas e, principalmente, o relevante papel que, na segurança nacional, está confiado à Brigada Militar do Rio Grande do Sul, cuja tradição militar, disciplina, grau de instrução e eficiência profissional tive oportunidade de apreciar de perto, esta Diretoria examinará com o cuidado que merece a sugestão apresentada, submetendo-a ao crivo da Comissão que elabora o anteprojeto da Lei do Serviço Militar, ora em estudos neste órgão; a fim de que, sobre o assunto, se tome a decisão mais consentânea com os altos interesses da Defesa Nacional, sem esquecer os dessa nobre Corporação. 10 — Acreditando ter, com esta, dado à vossa carta a única resposta possível no momento, aqui fica sempre pronto a atender aos justos reclamos dessa Brigada e dos seus em particular, o seu muito afetuoso amigo e admirador. (Ass.) Gal. Olímpio Falconieri da Cunha — D. G. M. S."

No tempo da guerra, um jovem para fugir ao alistamento escondese num jardim zoológico, vestindo a pele de um macaco. Tudo ia muito bem; a mãe do rapaz, diariamente, levava-lhe comida que lhe dava através das grades da gaiola, como uma qualquer visitante. Ninguém suspeitava nada, até que um dia a noiva insiste em fazer uma visita ao jovem Antônio; logo que viu a noiva, Antônio se pôs a saltar com tal entusiasmo que perdeu o equilíbrio e caiu na jaula dos leões, que ficava ao lado da sua gaiola. A mãe, agarrada às barras da jaula dos leões, perde a calma e grita:

— Antônio; Antônio, vais ser devorado!

Um dos leões sacudiu lentamente a juba, levantou a cabeça e sussurrou assustado:

.... — Cuidado, minha senhora. Dêsse jeito seremos todos descobertos...



SECCÃO *feminina*

UM POUCO DE TUDO PARA AS FILHAS DE EVA

CONSULTAS

Se vocês tiverem algum problema a resolver, ou desejarem a receita de algum prato preferido, escrevam para:

RITA DE CASSIA
Redação de "Militia"
Rua Alfredo Maia, 106
São Paulo

pois teremos muito prazer em lhes sermos úteis.



ORIENTAÇÃO DE

RITA DE CASSIA

(Bacharelada da Escola de Jornalismo "Casper Líbero" da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)

FATO EM FOCO:

Enquanto Faruk sofre, no exílio, a maior desilusão de sua vida; quando, na Coréia, milhares de soldados de diferentes nações arriscam diariamente a sorte, os ingleses rejubilam-se com a ascensão ao trono de sua jovem rainha Elizabeth II.

Entre pompas jamais vistas, tem lugar a mais faustosa festa, em 1100 anos de monarquia britânica.

E nós, que desde pequeninas nos acostumamos a observar, quer em fotografias, quer em filmes, a graça e simpatia das duas princesinhas, filhas de George VI, não podemos deixar, agora, de acompanhar com alegria e misto de tristeza, a coroação desta soberana de apenas 28 anos, que se chama Elizabeth.

Grandes são as responsabilidades que pesam sobre os seus ombros — se bem que, na Inglaterra, a rainha reina mas não governa. Necessita, para levar o seu país à prosperidade e segurança, de todos os seus súditos e, dentre eles, mais do que nunca de Winston Churchill que, infelizmente, está no limiar da vida.

Jovem, segura, educada para a difícil posição que veio a ocupar, a rainha inglesa não pode prescindir deste seu primeiro ministro que, pela bravura e arrôjo com que enfrentou os inimigos de seu país, na guerra passada, ficou sendo conhecido como o "Buldog-ingles".

E' porisso que, quando fazemos votos por um feliz reinado, não podemos deixar de pensar no "Cão de guarda da Inglaterra".

Que Deus salve a rainha e conserve sempre, ao seu lado, homens leais e da tẽpera de "sir" Winston Churchill.

RITA DE CASSIA

SER OU NÃO SER

Originário da Itália, dia a dia vem o "ballet" tomando impulso no Brasil. Trazido há 25 anos atrás, por Maria Olenewa, este gênero de divertimento con-

ta hoje com inúmeros adeptos, tanto assim que para os festejos que aqui terão lugar, por ocasião do IV Centenário de São Paulo, organizou-se um corpo de

baile especial, contando 50 figuras das mais representativas, nesse gênero. A frente do "Corpo de Ballet do IV Centenário" encontra-se Edith Pudelko, comisionada para ser a 1.ª bailarina de 1954.

O rei da Macedônia gostava imensamente que seus súditos e, principalmente, seus amigos, lhe dissessem sempre a verdade nua e crua. Felipe consentia até que o filósofo Aristóteles lhe desse lições sobre a difícil arte de reinar. Esse amor pela verdade, essa simplicidade, esse espírito de justiça terrestre, chegaram ao ponto de fazer com que o lendário rei Felipe tivesse, ao seu serviço, um humilde homem, cuja função era apenas a de lhe dizer, tôdas as manhãs: "Lembra-te de que és mortal".

Na batalha de Almanza, travada em 1707, entre ingleses e franceses, os britânicos tinham por comandante um francês - o marquês de Revigny - e os gauleses, por sua vez, eram comandados por um inglês - o duque de Berwick.

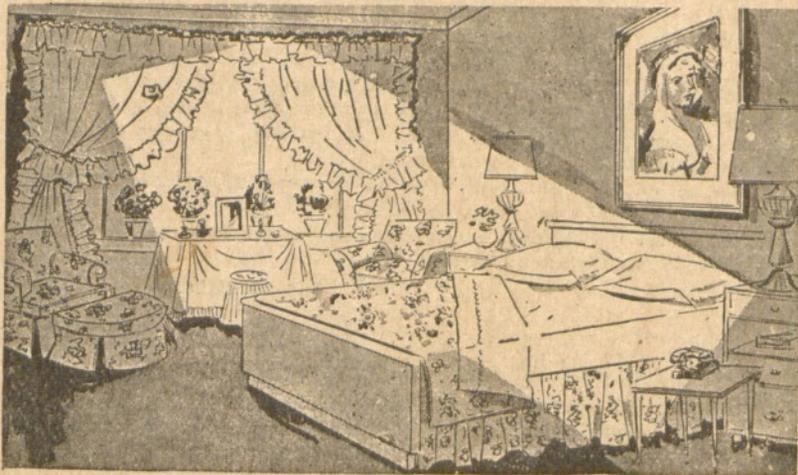
As hipóteses do astrônomo Hansen, sobre a possibilidade de ser a Lua habitada, fundam-se no fato, segundo o autor, de que o centro de gravidade lunar é cinquenta quilômetros mais além do que o verdadeiro centro do satélite, do que resulta ser a lua entumescida para o lado da Terra. Assim sendo, do lado oposto haveria uma depressão onde se concentraria uma atmosfera apreciável, na qual os selenistas respirariam e viveriam satisfatoriamente.

ELEGANCIA E PERSONALIDADE

Não há mulher que despreze um quarto bem arrumado. Por isso, estamos sempre modificando o nosso; dando-lhe um aspecto diferente; enfim, procurando sempre torná-lo o mais agradável possível.

Sabedores disso, os decoradores não perderam tempo e lançaram este modelo, que é em tudo um mimo, um primor de arte. Todavia, é preciso não esquecer que — caso possam — devem reservar um quatinho também agradável, mas muito mais simples, para o seu cara-metade descansar durante os intervalos do trabalho.

Se suas posses não der para tanto, então faça no mínimo esse sacrifício: "Desarrume ao menos a cama, na hora do seu esposo descansar"; afinal é ele quem paga por tudo de bonito e agradável que você possui, em sua casa, e assim sendo deve merecer esta consideração da sua parte.



FÉRIAS

Você, que gosta de aproveitar ao máximo as suas férias de julho, e portanto vai para o campo, para a praia ou para alguma estação de águas, eis aqui dois conjuntos ideais. As calças de "peixeira" são excelentes para quem gosta de andar de bicicletas, e o colete, o bonê e o lenço, dão o toque final e alegre a esta tualete esportiva.



Deus salve a Rainha!

Na coroação da rainha Elizabeth, fato que foi considerado pela "United Press" como um dos 10 maiores acontecimentos do primeiro semestre de 1953, o Brasil esteve presente nas pessoas do marechal Mascarenhas de Moraes e do sr. Assis Chateaubriand.

No clichê ao lado temos representado o valioso jôgo de colar e brincos, ofertado à rainha, em nome do nosso país. Trata-se de uma jóia caracteristicamente nossa, pois compõe-se de 12 grandes e belas águas-marinhas e 607 brilhantes de Minas Gerais.



RECEITUÁRIO AMOROSO

Moreninha - (Rio de Janeiro) - Para não sentir tanto calor, use roupas leves, amplas e de cores claras. Coma menos, porque, no verão, os pulmões e a pele absorvem ar em grande quantidade, o que tem grande valor nutritivo. Evite as gorduras; procure legumes, verduras e frutas. Por fim, não se deite sem tomar um bom banho morno, o mais prolongado possível, enxaguando-se e empoando-se depois. Torne a nos escrever, se esses conselhos não forem satisfató-

rios, pois aqui estamos à sua disposição.

Preocupada - (Pernambuco) - Não basta amaciar e pintar as mãos, faça uma limpeza própria com sabão ou pasta de amêndoas, que amacia a pele. Evite detergentes e seque bem a epiderme. Faça depois uma massagem com lanolina, desde as pontas dos dedos até o punho e enxague. Estando a mão preparada faça as unhas, tendo o cuidado de combinar o esmalte com a cor usada nas faces e nos lábios. Boa sorte.

ENRIQUEÇA SEU MENI!

Não há nada que nos aborreça mais do que vemos um "bibelot" ou uma peça, de nosso aparelho de louças, quebrado. Quando isso acontece, fitamos com raiva a autora de tais crimes, que, na certa, tudo tenta para nos fazer acreditar que o objeto escapou-lhe das mãos.

Muitas vèzes a falta foi de propósito, mas na maioria dos casos trata-se de fato de um acidente inoportuno. E assim, não adianta ficarmos aborrecidas e chorosas. O remédio é pôr outro no lugar e dar a coisa por acabada.

Como muito bem o diz Lásinha de Caldas Brito, quem usa louças e porcelanas não tem o direito de exigir que elas sejam perenes.

Além do mais, nós mesmas vivemos tôdas partidas por dentro, cheias de rachaduras e pedaços colados, num permanente trabalho de "faz tudo", e no entanto não continuamos, com coragem, para a frente?

Dêsse modo, o melhor é mesmo não esperar que durem eternamente os pratos de porcelana e as ilusões da vida, vocês não concordam?

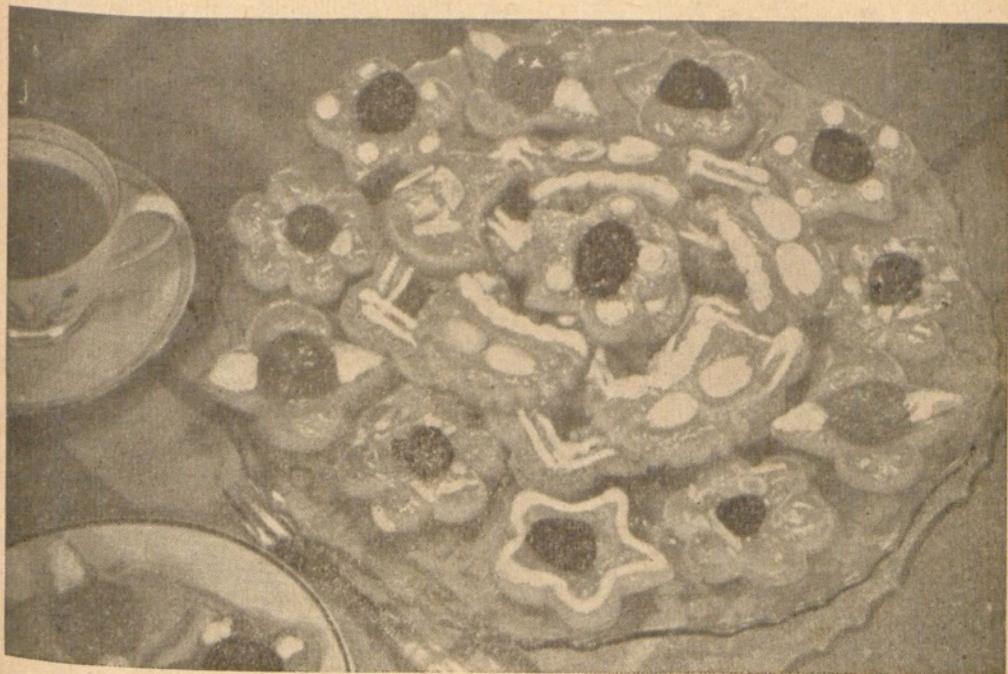
::

OLHOS DE FESTA

Ingredientes — 1 1/4 xics. de açúcar (250 g.); 2 xics. de farinha de trigo (360 g.); 1 pitada de sal; 1 xic. de manteiga (230 g.); 3 ovos; 1 colh. de chá de baunilha outra de fermento Roial.

Modo de fazer: — Peneire juntos os quatro ingredientes sêcos. Adicione de-

pois a manteiga, mexendo com um garfo, os ovos não batidos e a baunilha. Depois de bem misturada, estenda a massa fina sobre uma tábua polvilhada corte-a em rodela, com a boca de um copo, polvilhada com açúcar. Leve-as para assar em forno regular, durante oito minutos. Esta receita dá seis dúzias.





ROSBIFE DE FILÉ

Ingredientes: - 3 quilos de filé sem aba, mas com o osso em todo o comprimento. (Não é filé mignon, é outro, também chamado lombo); 1/4 de xícara de farinha de trigo; 3 colheres de sopa de gordura derretida; sal, salsa e pimenta do reino a gosto; 1 xícara de água - 5 batatas de tamanho médio cortada em quartos - 5 cenouras inteiras e 6 cebolas brancas, inteiras.

Modo de fazer: - Depois de ter certeza de que o açougueiro lhe vendeu o filé com osso, em toda a extensão - o que deixa o rosbife mais bonito - limpe bem a carne com um pano

úmido. Fure-a com um garfo e tempere com sal, pimenta do reino, salsa, alho, vinagre etc., enfim como você está acostumada a temperar a carne, deixando-a de molho. Algumas horas depois, passe então a carne toda pela farinha de

trigo, deixando que esta se empregne bem. Quando a gordura estiver bem quente, doure a carne, de todos os lados, até que fique de uma bonita cor marrom claro. Coloque-a então numa panela, ponha água quente por cima e deixe em

fogo brando, não se esquecendo de tampar a panela.

Depois de umas três horas ou mais, de fogo bem lento, junte as cenouras, as batatas e as cebolas e deixe-as cozinhar, juntamente com a carne. Sirva com algumas fatias já cortadas.

COMO EMAGRECER

Um dos problemas que mais afligem as mulheres de hoje é o de como emagrecer. Para isso fazem dietas horrorosas, compram livros caríssimos, freqüentam médicos especialistas, e passam fome durante meses e meses para, depois de algum tempo, sentirem-se livres dos quilos que lhes amarguravam a vida.

O pior, porém, é que nem bem deixam o regime já as banhas voltam a lhes perseguir. Para que isso não lhes aconteça, tente seguir este tratamento, que é fácil, não exige grandes sacrifícios, não prejudica a saúde e dá ótimos resultados.

Durante um dia da semana, experimente passar somente a frutas. Se preferir faça sucos variados e tome-os; caso contrário escolha as frutas que mais gostar, e vá se alimentando à medida que sentir necessidade.

Experimente e diga depois se tenho ou não razão.



Se não faltou a austeridade do "sinhô", por que "havera" de faltar a graça e beleza das "sinhás" ?

NO ESTORIL

A FESTA DE SÃO PEDRO

Realmente bonita, a festa de São Pedro. O Estoril abriu os braços, aconchegou uma multidão de "autênticos" caipiras e assistiu, atônito, a mais uma vitória do Clube Militar. Grande vitória, aliás, porque ainda ecoam os comentários sempre elogiosos, quer à festa em si, pela organização impecável e animação contagiante, quer à natureza que nos prodigalizou uma noite cheia de estrelas, e um lago calmo com reflexos da Lua e de fogos multicolores.

Nada faltou. A fogueira imensa, a quadrilha bem ensaiada, os trajés característicos, a fala da nossa gente do campo, o quentão... tudo comporeceu à festança.

São Pedro gostou, sem dúvida. Deve ter sentido aquele prazer que todos sentimos quando, no dia da nossa festa, há nuanças de luzes que alegrem os olhos, alegria que embevece a alma, espontaneidade de criança que humaniza as gentes.

De parabéns estão os organizadores da festa. Menos, por certo, pelo que de majestoso nos presenteou a natureza, quanto pela dedicação admirável com que lhes foi possível ofertar uma noite tão bonita aos nossos olhos e à nossa alma.



A «caipirada» esteve excelente na sua caracterização. Chitas e lenços multicores, chapéus de palha, flôres a granel, calças remendadas, botinões e muitos sorrisos bonitos. S. Pedro deve ter olhado, gostado, e sorrido também.



Há os que olham, porque sempre há os que dançam. A quadrilha bem dirigida foi um acontecimento. A marcação precisa possibilitou uma execução perfeita. Muito bem, major Pimentel.

VISITA

A CAMPINAS

Esteve em visita a Campinas, a 27 do mês findo, o cel. João de Quadros, comandante geral da Fôrça Pública.

Recebido no quartel do 8.º B.C., pelo major Fausto Quirino Simões, comandante interino, oficialidade e autoridades locais, o cel. Quadros foi saudado pelo ten. Antônio Bruno, o

qual fêz menção à sua origem campineira e à época em que, como major, serviu na unidade. Relembrou depois a carreira brilhante do visitante. Agradecendo, falou o cel. João de Quadros.

Inspecionada a unidade, reuniram-se no quartel o comandante geral da Fôrça Pública, o prefeito de

(Gentileza de "A GAZETA")





Campinas, o deputado René Pena Chaves, o maj. Evaldo Pedreschi, advogados da Prefeitura e o comandante do Corpo de Bombeiros Municipal, a fim de estudarem a incorporação

desta unidade à Fôrça Pública, mediante convênio a ser assinado em futuro próximo.

Os clichês fixam aspectos da visita e reunião.

JOVEM!

Você que pretende ser oficial da Fôrça Pública, inicie desde já os seus estudos. Matricule-se no

CURSO MILITIA

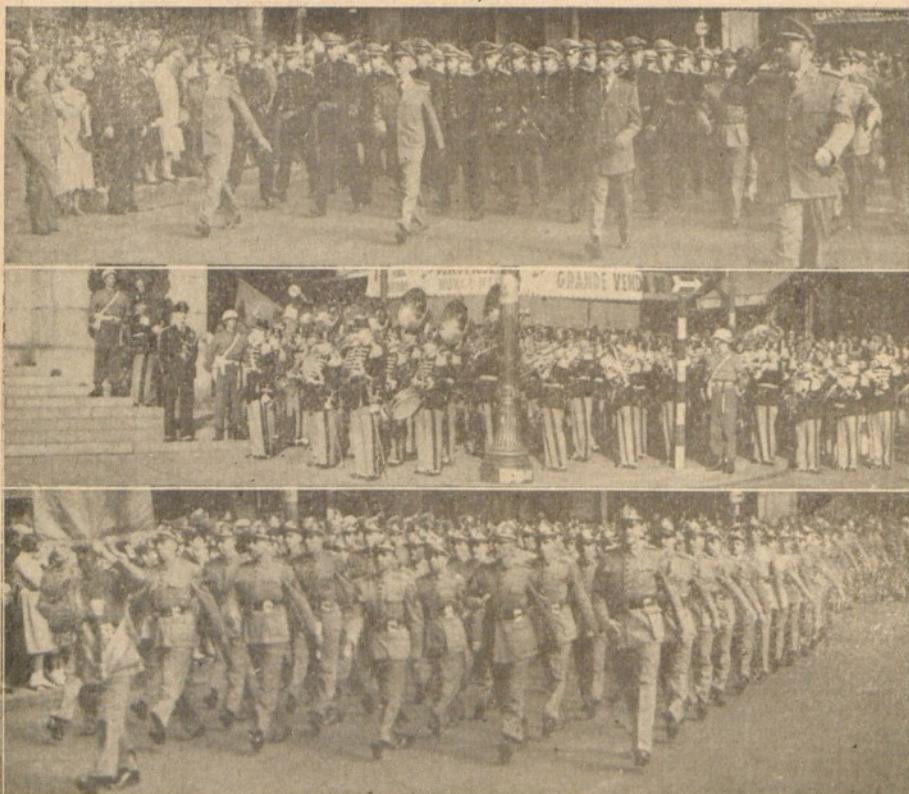
que nos últimos exames de admissão ao Curso Pré-Militar apresentou maior índice de aprovação.

Curso noturno — das 19,30 às 22,00 horas

Curso diurno — das 8,00 às 10,30 horas

Diretor: Cap. Prof. Paulo Monte Serrat F.º

Informações: telefone 7-6698.



No alto, a Escola de Oficiais; no centro, o Conjunto Musical da Fôrça Pública; em baixo, o Corpo de Bombeiros.

PÁSCOA DOS MILITARES

Presentes os srs. prof. Lucas Nogueira Garcez, governador do Estado; sr. Jânio Quadros, prefeito de São Paulo; general Edgard de Oliveira, comandante da 2.a R.M.; brigadeiro Armando Ararigboia, comandante da 4.a Zona Aérea; general Floriano Peixoto Keller, comandante do Esquadrão Territorial; coronel

João de Quadros, comandante geral da Fôrça Pública, e grande número de outras altas autoridades civis, militares e eclesiásticas, teve lugar na Praça da Sé, na manhã do dia 4 de junho último, a Páscoa dos Militares.

A cerimônia, que se revestiu de grande pompa, contou com a parti-

cipação de elementos do Exército, da Aeronáutica, da Marinha, da Fôrça Pública, da Guarda Civil e Guarda Noturna. Foi celebrante o cardeal D. Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota, cabendo ao padre José Benedito Mário Calazans proferir o sermão, quando exaltou o valor de nossos soldados e os seus sentimentos cristãos — garantia da tranqüilidade da Pátria Brasileira e da segurança dos nossos lares.

Conjuntos corais se encarregaram da parte musical, acompanhados por vários conjuntos musicais, inclusive o da Fôrça Pública.

Revestida de grande brilho, a solenidade foi uma afirmação de catolicidade das nossas Fôrças Armadas.



O altar foi armado no pátio da Catedral



Flagrante da concentração que teve lugar no quartel do Corpo de Bombeiros

(Gentileza de "A GAZETA")



Aspecto da mesa diretora, vendo-se, além do conferencista, os srs. cel. Homero da Silveira e major Olímpio Pimentel.

CONFERÊNCIAS

no Clube Militar e
na A. O. R. R. F. P.

A Associação dos Oficiais Reformados e da Reserva da Fôrça Pública, promoveu em sua séde social, à Rua da Liberdade, 47, dia 18 de junho último, interessante conferência descritiva de uma caçada em selva matogrossense, com a projeção de um filme natural em technicolor.

O Club Militar também propiciou a seus associados, no auditório do Batalhão de Guardas, uma dissertação e exibição de filme relativos a uma caçada através dos pantanais de Mato Grosso.

Nas duas reuniões, muito concorridas e aplaudidas, foi conferen-

cista o ilustre dr. Durval Rosa Borges.

No auditório do Batalhão de Guardas os assistentes tiveram a oportunidade de assistir a outros filmes naturais, sôbre a inauguração da Colônia de Férias da Fonte do Encantamento, em Campos do Jordão, e atividades sociais do Clube Militar.

Os clichês apresentam aspectos da reunião na A. O. R. R. F. P.

«Militia», pelos convites que lhe foram formulados, agradece às Diretorias respectivas.





Para que esta marca esteja em

BOAS MÃOS

pagamos o que custa o serviço!

O serviço de nossos aviões é levado ao máximo antes de cada vôo, graças aos recursos de que dispomos e à comprovada experiência do nosso pessoal técnico. Para que a milhares e milhares de nossos passageiros seja proporcionado em tôdas as ocasiões o *Confôrto Aerovias*, mantemos uma equipe de homens e de máquinas rigorosamente selecionados.

Recife? Belém?

Sirva-se dos luxuosos

"Skymaster" da

AEROVIAS BRASIL

R. Libero Badaró, 370
Fones: 32-5133 e 34-6000

Encomendas:

Fones: 36-2960 e 36-4302

AEROVIAS BRASIL

PANAM - Casa de Amigos

Chave dos bons caminhos



HOMENAGEM AO

Cel. JOÃO DE QUADROS

A família policial-militar de São Paulo, em expressivo gesto de elegância, justiça e camaradagem, planejou e levou a efeito significativa homenagem ao cel. João de Quadros, em face de sua recente investidura no elevado cargo de comandante geral da Fôrça Pública.

Dada a profunda e merecida simpatia de que goza o cel. Quadros, a iniciativa contou com a adesão dos mais representativos elementos da polícia civil, dos círculos militares, dos poderes executivo, legislativo e judiciário, do clero, do Tribunal de

Contas, do professorado e de grande número de seus amigos e admiradores.

Destacamos a fidalga adesão da Polícia-Militar de Minas Gerais, que se fez representar nas festividades pelo seu ilustre comandante geral, cel. Nélio Cerqueira Gonçalves, acompanhado de vários oficiais de seu Estado-Maior.

Constituiu-se a homenagem de um banquete, realizado no Club Homs, às 21 horas de 17 de junho último, o qual marcou esplendorosa festa de cordialidade.

Além do homenageado e de sua exma. esposa d. Adelaide de Quadros encontravam-se presentes os srs. dr. Vítor Maida, presidente da Assembléia Legislativa do Estado e sua exma. senhora, d. Margarida Maida; dr. Alcides Ferrari, presidente do Tribunal de Justiça; brigadeiro do ar Armando de Melo Ararigóia, cmt da 4.ª Zona Aérea; representante da Marinha de Guerra em São Paulo; dr. Elpídio Reali, secretário da Segurança Pública; representante do gal. Edgard de Oliveira, comandante da 2.ª Região Militar; cel. Odilon Aquino de Oliveira, presidente, e Juizes do Tribunal de Justiça Militar da Força Pública; cel. Nélío Cerqueira Gonçalves, comandante geral, ten. cel. Manoel Assunção Souza, maj. Manoel Araújo Porto, cap. Jofre Lelis e ten. Elos Pires de Carvalho, todos da Polícia Militar de Minas Gerais; cel. Homero da Silveira, presidente da Associação dos Oficiais Reformados e da Reserva; cel. José de Anchieta Torres, diretor geral de «Mili-



O cel. João de Quadros recebe das mãos de sua exma. esposa, o mimo que lhe ofertou a oficialidade da Força Pública.





O dr. Vitor Maida falou em nome do Poder Legislativo.



Botucatu, a terra natal do homenageado, esteve presente na pessoa do prof. Arnaldo Laurindo.



Em nome da Força Pública discursou o cel. Cândido Bravo.

tia»; grande número de convivas, dezenas de oficiais da reserva e reformados e a quase totalidade dos oficiais do serviço ativo da Força Pública.

No decorrer do banquete, acompanhado de seu ajudante de ordens, ingressou no recinto, sendo recebido com calorosa salva de palmas, o governador do Estado, prof. Lucas Nogueira Garcez. S. excia., não podendo participar da homenagem, em face de compromissos inadiáveis, fôra, pessoalmente, cumprir o cel. João de Quadros.

À sobremesa discursaram, saudando o homenageado, o prof. Arnaldo Laurindo, o dr. Vitor Maida, presidente da Assembléia Legislativa e o cel. Cândido Bravo. O primeiro, como conterrâneo do cel. Quadros, relembrou o tempo dos bancos escolares, em Botucatu, e lhe trouxe o abraço dos companheiros de juventude que não se achavam presentes. Os dois últimos pronunciaram discursos que expressam interessantes conceitos sobre as polícias-militares. razão por que os transcrevemos adiante.



Aspecto da mesa principal, vendo-se o governador Garcez em palestra com o homenageado.

Agradecendo a carinhosa homenagem de que era alvo, o cel. João de Quadros, visivelmente emocionado, usou da palavra, plasmando em seu discurso um programa de ação.

«Militia», registrando o acontecimento, expressa seu júbilo, espe-

cialmente em face da união e cordialidade dos milicianos paulistas, dos estreitos laços que os unem a seu comandante geral e do conceito de que goza a corporação em tôdas as classes sociais de São Paulo, como ficou patente.

(Discurso do dr. Vitor Maida, presidente da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo)

Exmos. Senhores,

Eminente Coronel João de Quadros.

"Aqui estamos, reunidos em tórno a um único pensamento. Congrega-nos o propósito são e elevado de tributar

merecida homenagem ao homem de caráter, ao cidadão honrado, ao soldado exemplar que o preclaro Governador do Estado, em gesto extraordinariamente feliz, escolheu para a alta missão de comandar a Milícia de tão gloriosas

e imarcessíveis tradições, que é a nossa Fôrça Pública.

Compareço na qualidade de Presidente do Poder Legislativo e é nessa condição que tenho a honra de saudar a V. Excia., Cel. João de Quadros.

Faço-o a fim de dizer que a escolha de seu nome para tão complexo posto constitui a prova irrecusável de que o valor ainda continua a ter o seu lugar nesta terra. Porque os motivos determinantes de sua investidura não destoam daqueles que inspiraram os encargos anteriormente recebidos e graduaram as ascensões conquistadas. Demonstra-o o exame da brilhante folha de serviço do miliciano João de Quadros. Desde o dia em que verificou praça, jovem ainda, o seu progresso foi alcançado graças ao seu mérito individual, ao seu esforço, à sua dedicação, à sua incomparável determinação de ser militar e somente militar, vivendo ininterruptamente em função da carreira dignificante abraçada.

Sabemos nós, e sabe São Paulo, que o comando da Fôrça Pública nas mãos de um homem do teor moral e intelectual de V. Excia. é garantia solene de que a Corporação continuará palmilhando a estrada larga, batida e segura, pela qual a conduziram os seus grandes chefes, desde a figura exponencial de Rafael Tobias de Aguiar.

Saudando a V. Excia., illustre Coronel João de Quadros, eu saúdo também à própria Milícia Paulista, como saúdo ao impoluto Governador Lucas Nogueira Garcez.

Porque no ato do Poder Executivo, que o nomeou, se contém, superiormente inspirada, a própria emancipação da Fôrça Pública. E' a restituição dela à posse de si mesma. E' a afirmação inequívoca de que seus homens, melhor que quaisquer outros, estão credenciados para o mistér de se comandarem. Não que os oficiais superiores do glorioso Exército Brasileiro o tivessem feito mal. Longe disso. Mas é que ninguém, senão aqueles cuja vida foi consagrada ao engrandecimento da Fôrça Pública, conhece mais a fundo as suas aspirações, os seus direitos, os seus problemas e os seus deveres específicos.

Na pessoa de V. Excia. concretiza-se a aspiração tão justa e ardentemente desejada pelos homens da Corporação. E São Paulo congratula-se com o seu Governó pela clarividência de seu ato, nomeando um oficial à altura de encargo de tão profunda responsabilidade.

Confio que V. Excia. não desmerecerá dos chefes que o precederam e saberá levar a Fôrça Pública pelos amplos e claros caminhos que lhe asseguraram os seus maiores dias, no cumprimento irrepreensível de suas funções legais e constitucionais, por São Paulo e pelo Brasil!

—//—

Saudando o homenageado, em nome da Fôrça Pública, o cel. Cândido Braux proferiu a seguinte oração:

"A oficialidade da Fôrça Pública, a Polícia Civil, através de representantes plenamente categorizados, altas autoridades civis e militares e muitos de

seus particulares amigos se reúnem hoje para, oferecendo-lhe esta homenagem, patentear de público o seu regosijo pela oportuna decisão do Excelentíssimo Se-

nhor Professor Lucas Nogueira Garcez, digníssimo Governador do Estado, colocando em suas mãos, num ato de expressiva e honrosa confiança, os destinos da Fôrça Pública do Estado de São Paulo.

Com essa deliberação, o Governô do Estado revelou alto critério, pois, como é notório, destinou o Comando da Corporação a um dos seus mais ilustres, integros, firmes e experimentados oficiais superiores. Num momento delicado de transição de um sistema de comando exercido por mais de vinte anos para outro em que a Milícia readquire sua própria direção, há tanto almejada, o tacto e a habilidade do Excelentíssimo Senhor Governador se revelaram na plenitude, buscando, entre todos, o comandante que mais reunia e *polarizava as simpatias de nossos oficiais e praças.

E essa auréola de receptividade e pronto e espontâneo acolhimento, que a todos Vossa Excelência inspira, resultou da invariável conduta, sempre leal, coerente, lhana, branda e singela, características de sua personalidade em mais de trinta anos de convívio com seus camaradas.

A decisão governamental, revelando o reconhecimento expresso de que nossa Corporação apresenta, como dantes, oficiais credenciados para o alto posto, encheu-nos de orgulho e satisfação.

Como tributo dessa confiança, caminho longo e complexo tem de enfrentar a Milícia, no sentido de colocar-se em condições de satisfazer aos reclamos do Estado, no que tange às obrigações inerentes à sua própria existência:— função policial. Salta à evidência, mesmo ao exame mais superficial, que a Fôrça Pública necessita refazer-se de um longo periodo em que suas funções

essenciais, mercê do cumprimento de outras obrigações e impositivas para com a Pátria, foram relegadas a um plano menos importante. A Corporação, como mantenedora da ordem e da segurança, já constituiu, por si só, em outras épocas, antes de 1926, a sentinela leal e onipresente de todo o território do Estado. Lembrar o policiamento de São Paulo desses dias é recordar, com orgulho, a tranqüilidade que a Milícia garantia aos Paulistas.

E hoje, que missões especiais não são mais reclamadas às Policias Militares pela Federação, já que a Pátria se apresenta, de há muito, com as suas Fôrças Armadas de terra, mar e ar, em condições de atender às obrigações impostas pela sua soberania, urge que a Fôrça Pública se reencontre, novamente, em seus mais altos padrões de eficiência como organização policial-militar.

Assim, não podemos furtar-nos à conclusão do que já é imposto pelo artigo 183 da Constituição Federal, em que as policias-militares são consideradas reservas do Exército, na qualidade de "Fôrças Auxiliares". A conceituação precisa e objetiva destes últimos termos é tarefa de alta relevância que não deve mais ser adiada. Ante o progresso acelerado e incoercível a que o Brasil e particularmente São Paulo assistem, não é possível que instituições indispensáveis, como as policias-militares, continuem a carecer de normas que as situem com missões definidas, técnica e racionalmente, visando sempre o interesse social.

Quanto à Fôrça Pública de São Paulo, podemos afirmar, com a sinceridade e o conhecimento de causa que nos conferem mais de três décadas de serviço efetivo, que os seus oficiais e gra-

duados têm capacidade para prestar contribuição muito mais valiosa ao Estado do que atualmente, desde que suas funções sejam colocadas em termos de perfeita definição, colimando os superiores interesses de São Paulo e do Brasil!

O policiamento é tarefa cada vez mais complexa e ao mesmo tempo mais custosa aos cofres públicos. Não poderemos exercer essas funções com eficiência sem os meios materiais necessários e o elemento humano convenientemente selecionado. Isso significa haver imperiosa necessidade de selecionar tanto quanto possível os efetivos objetivando, antes de tudo, a qualidade do homem e do serviço. O que não pode perdurar, sem maiores prejuízos à própria segurança interna, manutenção da ordem e aprimoramento do trabalho, é a condição improvisada, aleatória e dispersiva, no que se refere ao emprego dos milicianos da Força Pública, o que, em última análise, prejudica mesmo, e especialmente, o sentido do esforço dispendido na sua seleção e formação.

Ressaltado esse aspecto, não podemos negar que o Estado obterá vantagens imprevisíveis quanto à segurança interna e manutenção da ordem, mediante melhor racionalização dos serviços e definição de responsabilidades.

Com referência às classes armadas, podemos esperar, sem sombra de dúvida, que no Comando de Vossa Excelência as relações da Força Pública, órgão intrinsecamente legalista, com os Comandos da II Região Militar, da IV Zona Aérea, e a representação da Marinha de Guerra, serão mantidas no alto nível sempre revelado, com o máximo empenho para que elas ainda mais se estreitem, na perfeita harmonia que a mesma e sincera vontade de servir a

São Paulo e ao Brasil nos irmana pelo cumprimento do dever.

Relativamente à Polícia Civil, muito espera a Força Pública de seu comando próprio. Desde 1928, apesar da harmonia existente entre o policial civil e o policial militar — e achamos que essa harmonia e as relações mútuas devem ser aprofundadas até mesmo ao ponto de quaisquer diferenças desaparecerem — não há, na realidade, entendimento funcional profundo, nem racional.

Prova dessa assertiva é o fato de, até hoje, não estarem equacionados, nem empiricamente sequer, o entrosamento funcional e as relações entre as polícias civil e militar, afinal órgãos da mesma Secretaria e obedientes ao mesmo governo! Não há uma escala de valores que faça corresponder as obrigações e responsabilidades de cada policial, quer civil, quer militar, incumbidos de funções idênticas, aos níveis hierárquicos atingidos nos respectivos setores. Daí redundam, muitas vezes, incompreensões e desajustamentos, cuja existência, realmente, não encontra origem alguma a não ser na atual situação confusa e falha de definições.

E' posição inerte e improdutiva que não se coaduna com o grau de responsabilidade e preparo técnico exigido dos oficiais e graduados da Milícia. Esta sempre demonstrou ao Estado, nas circunstâncias mais difíceis e penosas, o grau, de sua lealdade e a elevação de sua honestidade profissional. Nossa consciência de policiais-militares, investidos de pesada responsabilidade no Estado, no que tange à segurança interna e manutenção da ordem, repele vivamente uma situação que pode ser muito cômoda, muito fácil, mas que não corresponde à fibra daqueles que revelam real espírito público!

Foram sempre tradicionais características da Força Pública o fiel cumprimento das leis e regulamentos e a seriedade e o zelo profissionais no exercício de suas funções.

Ainda em nossos dias, em setores nos quais se tornou preciso o sôpro vivificador duma renovação, foi à Milícia que o Poder Público Estadual várias vezes recorreu. No Trânsito, Rádio-Patrolha, Policiamento Rodoviário, Florestal, na Escola Oficial de Trânsito, no Departamento de Policiamento Econômico, é ressaltado esse aspecto de recuperação funcional. E é preciso notar que, nesses setores, as responsabilidades são bem definidas e a oficialidade tem encargos hierarquizados, com império, portanto, sobre os seus homens. Como é benéfica, estimulante, e geradora de ideais, essa definição precisa do dever! Comprovou-se em pouco tempo, com efetivo reduzidíssimo de homens, que, reencontrada a alma, motivo da existência e do trabalho, a própria função se dignificou!

Creemos sejam apropriadas estas considerações, em face da impressionante e objetiva exposição do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Professor Lucas Nogueira Garcez, em que traça novo programa administrativo. Em consonância com tais diretrizes, objetiva o Governo do Estado, acima de tudo, a escrupulosa aplicação do dinheiro público, que, em hipótese alguma e sob qualquer pretexto, poderá servir a interesses privados de indivíduos, grupos ou classes. Impõe-se que a coisa pública seja administrada com o mesmo senso de economia e eficiência que os grandes dirigentes industriais imprimem aos seus empreendimentos: obtenção do máximo rendimento com um mínimo de dispêndio, afastadas tôdas as

causas perturbadoras. Esse senso de economia e eficiência determina seja também racionalizada a máquina administrativa do Estado, particularmente no que diz respeito ao funcionalismo público.

E' justamente essa eficiência que a oficialidade da Força Pública almeja, através de precisa e inexorável definição de responsabilidades, com segura aplicação de princípios racionais e com trabalho objetivo e útil à sociedade, distribuído a cada um dos seus membros.

A vontade do Excelentíssimo Senhor Governador encontra, pois, tôda uma Corporação já psicologicamente preparada e em tôda a amplitude apta para a execução de planos que sejam traçados, visando unicamente e acima de tudo "assegurar, a todos, a liberdade e o bem-estar", o que só pode ser conseguido em ambiente de "perfeita segurança interna e manutenção da ordem".

Vejamos, em traços muito ligeiros, o que de mais urgente se impõe à Milícia Bandeirante:

a) — Conceituação objetiva, mediante lei federal a respeito, da expressão "forças-auxiliares", contida no artigo 183 da Constituição Brasileira;

b) — definição da correspondência dos postos da Milícia com os padrões hierárquicos das autoridades policiais civis do Estado;

c) — determinação de setores a serem entregues à Força Pública, onde ela funcione na plenitude de seus meios e autoridade, na direção e execução, para que possa assumir responsabilidades definidas;

d) — reajustamento de seus regulamentos, objetivando, progressivamente,

te, o pleno exercício das funções policiais.

Como vê Vossa Excelência, a bandeira da Força Pública se desfralda ante o seu Comando com as mais vivas esperanças de que seja iniciada mais uma brilhante etapa onde a Corporação se revele cada vez mais útil ao povo paulista.

O tirocínio e o alto interesse sempre revelados por Vossa Excelência no

que respeita aos destinos da Força Pública constituem o penhor seguro de que a missão, cujo bom êxito todos auguramos, será levada a bom termo com o registro futuro de esplendoroso período de comando.

E' o que de coração desejamos a Vossa Excelência, a par da inteira felicidade pessoal em companhia da Excelentíssima Família".

Agradecendo as homenagens, o cel. João de Quadros pronunciou as seguintes palavras:

"Culminou o encantamento desta festa com a magia da palavra de vossos intérpretes, que em primorosos discursos disseram dos motivos que a ditaram; foi traçado, em síntese, um programa que consubstancia os anseios da Corporação.

E' desnecessário que vos diga, que não foram outros os nossos propósitos ao aceitarmos o convite, sem dúvida honroso, que fez o Exmo. Sr. Professor Dr. Lucas Nogueira Garcez, para comandarmos a tradicional organização.

A sua excelência, um eterno estudioso dos múltiplos problemas estatais, não escapou o fenômeno, imperceptível aos menos avisados, do setor Segurança, que não atende aos mínimos reclamos do Estado, cuja densidade de população e desenvolvimento econômico atingiram cifras que de há muito ultrapassaram os índices normais, resultando daí a atrofia da organização esquemática existente.

Reformas de base serão necessárias, quer no setor da Polícia Civil, quer na Militar, e ainda nas organizações auxiliares. Mas para não incidirmos no

erro do passado, nenhuma reforma poderá prescindir do estudo de conjunto, em perfeita harmonia de vistas, coordenação de esforços, uma estruturação comum, uma definição de ação e de responsabilidades, de maneira que uma organização complete a ação da outra.

Isso conseguiremos, sem atender a vaidades pessoais, sem atender aos que proclamam a impossibilidade do evento, usando para tanto mil artificios, inclusive o da tradição, respeitável, por certo, venerável até; mas, tais alegações não podem servir de antolhos aos que dividam um futuro mais promissor.

Nos dias calamitosos que atravessamos, assistimos estarecidos à derrocada das instituições pelo desamor dos homens, pela facilidade com que se atribue a outrem os erros que são comuns a todos.

E' um Poder a destruir outro Poder.

E' quase como que o esquecimento do comezinho princípio, de que governo é união de Poderes.

E' quase como que o esquecimento de que todo o individuo no exercício de

função pública é igualmente responsável perante a coletividade.

Destarte, o campo é fértil para o demagogo que impera, mais pela complacência dos governantes, do que pela sua dialética de sobejo conhecida como nefasta.

Dêsses desacertos, redundante que ninguém quer enfrentar os problemas e todos ficam resolvendo casos ou criando casos, para que aquêles se não resolvam.

Mercê de Deus, São Paulo conta ainda com homens de boa vontade; mercê de Deus, São Paulo conta ainda com instituições que não se contaminaram pela ação deletéria.

Podem estar afetadas, é certo, mas uma coisa podemos afirmar: restam ainda muitas reservas e é com estas que contam os paulistas.

Refito-me à Polícia Civil e à Fôrça Pública.

Incompreendidas para gáudio de uns, enxovalhadas pelos que vêm, na sua firmeza de propósitos, barreiras intransponíveis para seus sonhos megalomaniacos, ambas vêm arrostando os vendavais contrários, sempre na estacada, enfrentando tôdas as vicissitudes, na certeza de dias melhores, em que os negativistas de todos os tempos hão de ensarilhar armas ante a evidência dos fatos.

É um porta-voz da Fôrça Pública que vem vos dizer dos propósitos da Corporação de continuar a bem servir à causa pública.

Como sempre, a Corporação nada pede; como sempre, tudo oferece.

A Secretaria da Segurança, onde pontifica êsse espírito de escol que é o dr. Elpidio Reali, velho policial, conhe-

cedor dos múltiplos problemas que nos estão afetos, bem pode atestar do nosso esforço em prol da coletividade.

Irmanadas, as Polícias Militar e Civil têm curtido dias amargos, porém satisfeitas do dever cumprido.

Em boa hora, o Exmo. Sr. Governador confiou ao Dr. Elpidio Reali os estudos da reforma do sistema policial do Estado.

Temos a certeza que dêsse cérebro fecundo há de sair obra duradoura para o bem de todos os que servem sob sua égide.

É desnecessário dizer que a Fôrça Pública está à sua disposição para tudo o que se fizer mistér a êsse desideratum.

Meus senhores — minhas senhoras:

Não encontramos palavras que traduzam nossos agradecimentos pela magnificência desta festa.

Ela decorre mais do altruismo dos homenageantes do que dos méritos do homenageado.

Confessamos que a alternativa de aceitá-la ou não deixou-nos deveras indeciso.

Mas percebemos que nos escaninhos a sua finalidade — o gesto do Exmo. Sr. Governador do Estado devolvendo o comando da Corporação a um dos seus mais modestos componentes, foi um ato que tocou de perto aos que acompanham, com simpatia, a trajetória da Corporação do Brigadeiro Tobias de Aguiar.

Em nome da Fôrça Pública, pois, o seu comandante geral vos agradece.

Pela grandeza de São Paulo, pela vossa felicidade pessoal e das exmas. famílias eu levanto a minha taça.

Muito obrigado”.



Um bombeiro auxiliar recebe o seu distintivo das mãos do cel.

João de Quadros

Periódicamente, nosso Corpo de Bombeiros, no louvável intuito de desenvolver os trabalhos de prevenção contra incêndios e acidentes, faz funcionar um curso rápido para bombeiros auxiliares, voluntários.

A crescente concorrência de candidatos, geralmente encaminhados por firmas e companhias particulares que vêm alcançando a alta finalidade da iniciativa, faz-nos prever que, em breve, contará o Corpo de Bom-

Encerramento do Curso de Bombeiros — Auxiliares —

beiros com excelente reserva, disseminada pelo município da Capital.

O último curso teve solene encerramento a 5 de junho, com a presença do cel. João de Quadros, comandante geral da Fôrça Pública, do ten. cel. Augusto Ferreira Machado e da oficialidade do C.B.

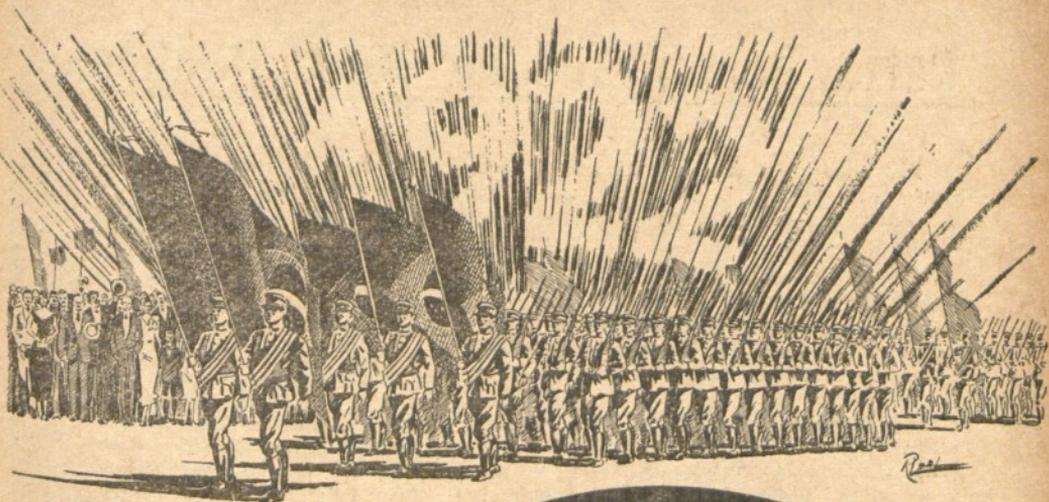
Iniciando o ato, o ten. Armando Soares fez a leitura do boletim especial, sendo procedida, a seguir, a entrega de diplomas e distintivos aos novos bombeiros auxiliares.

O ten. cel. Machado, comandante do C.B., encerrando a solenidade, apresentou-lhes despedidas, declarando esperar que cada bombeiro auxiliar se tornasse um eficiente colaborador da Corporação.

Os clichês, gentileza de «A Gazeta», fixam detalhes da cerimônia.

Flagrante da solenidade, vendo-se no primeiro plano os novos bombeiros auxiliares





O REFRIGERANTE
TRADICIONAL

SODA Simonada ESPECIAL

Nas grandiosas festividades da comemoração do centenário da independência do Brasil, já era o refrigerante mais consumido e...

...hoje, como naquele longínquo tempo, o inconfundível **REFRIGERANTE TRADICIONAL** continua a ser o preferido por todos.

UM PRODUTO **ANTARCTICA**



Caixa Beneficente da Fôrça Pública

Em sessão ordinária da Diretoria, realizada em data de 30 de junho p. findo, foram despachados os seguintes processos:

Pensões concedidas - Aurora de Souza Castro e filhos, 5.950,80; Izaura Pereira de Souza, 5.950,80; Terezinha Roseti, 2.800,80; Gertudes de Paula Ramos, 2.239,20; Joanhina Prisco Cardoso, 2.100,60; Maria Olinda Zeferino da Silva e filhos, 2.100,00; Verônica Nagy, 2.100,00; Elídia Ferreira de Almeida, 1.499,40; Assunta Martucci Fernandes, 1.470,60; Augusta Maria Rocha, 1.330,20; Benedita Maria dos Santos, 1.260,00; Luzia Dantas e Doracilla Dantas, 1.260,00; Eugênia José Joaquim, 633,00.

Restauração de pensão — 300,00 em favor de Arminda Augusta Fidalgo.

Concessão de quôta de pensão — A srta. Maria da Penha Almeida, 639,90.

Restabelecimento de quôta de Pensão — Atala Silva de Paulo.

Empréstimo hipotecário — Aos major médico dr. José Amparo, 320.000,00; 1.º ten. Oduvaldo de Lima, 264.000,00; 1.º sgt. Antônio Crisóstomo, 136.000,00 e 2.º sgt. Luiz Alencar, 50.000,00.

Empréstimo hipotecário (art. 69, do regulamento) — 60.000,00, ao subten. Polidoro José de Mira.

Empréstimo complementar (2.º hipoteca) — Cr\$ 78.000,00 ao 2.º ten. Anísio Soares de Almeida.

Empréstimo sob compromisso — Aos subtns. Benedito Soares, 180.000,00; Pedro de Oliveira Guimarães, 185.300,00; 1.º sgt. Valdomiro Ribeiro, 85.000,00; 2.º sgs. Theodósio Rodrigues dos Santos, 70.000,00; Salvador Dias de Carvalho, 70.000,00 e sd. Domicio Duarte de Oliveira, 65.000,00.

Requerimentos despachados — Do subten. José Costa, solicitando novo empréstimo hipotecário: — "Indeferido. O requerente já foi atendido por esta Caixa Beneficente em pedido de empréstimo para

construção recente de residência e a situação da família não se modificou, segundo sua ficha"; do 1.º sgt. Adauto Batista, solicitando empréstimo hipotecário: — "Baixa ao interessado em diligência para melhores esclarecimentos"; do sr. Jorge Ferreira de Azevedo, solicitando a remessa da pensão dos menores Walter e irmãos, seus tutelados, para a cidade de Aparecida do Norte: — "Deferido"; das pensionistas Augusta Carlos Peres e Marcília Araujo de Souza, pedindo a remessa de suas pensões mensais para as cidades de Salto de Itu e Jacaré, respectivamente: — "Deferido"; do ex-sd. Jonas Pereira de Carvalho, pedindo sua inclusão no quadro dos contribuintes "facultativos" desta Instituição: — "Deferido".

Balancete da "Receita e Despesa" — Tendo em vista parecer da Comissão Fiscal, foram aprovados os balancetes da "RECEITA E DESPESA" referentes aos meses de janeiro, fevereiro e março do corrente ano, cujo resumo é o seguinte:—
Janeiro - Receita: — Contribuições 1.631.449,40; Jóias, 418.067,70; outros recebimentos, 4.076.293,70; Saldo do mês anterior, 467.906,10; Total, 6.593.716,90; Despesa: - Pensões, 1.052.002,80; Empréstimos Simples, 805.610,00; Carteira Imobiliária, 1.940.500,00; Outras despesas, 2.725.982,80; Saldo para o mês seguinte, 69.621,30; TOTAL 6.593.716,90. **FEVEREIRO** — Receita: — Contribuições, 1.647.117,50; Jóias, 502.619,60; Outros recebimentos, 6.673.207,00; Saldo do mês anterior, 69.621,30; TOTAL, 8.892.565,40; Despesas: — Pensões, 1.453.371,80; Empréstimos Simples, 896.150,00; Carteira Imobiliária, 1.764.500,00; Outras despesas, 4.618.054,00; saldo para o mês seguinte, 160.489,60; TOTAL 8.892.565,40; **MARÇO** — Receita: — Contribuições, 2.123.131,90; Jóias, 494.521,60; Outros recebimentos, 5.282.933,90; Saldo do mês anterior, 160.489,60; TOTAL, 8.061.077,00; Despesa: — Pensões, 1.555.068,70; Empréstimos Simples, 896.050,00; Carteira Imobiliária, 2.305.500,00; Outras despesas, 3.128.883,10. Saldo para o mês seguinte, 175.575,20; TOTAL, 8.061.077,00.



CEARÁ

A CAMPANHA CONTRA O JOGO E A FEDERALIZAÇÃO DAS POLÍCIAS ESTADUAIS

O major Vergílio Távora, da P.M. cearense, e deputado à Câmara Federal, falando à imprensa de Fortaleza, fez referências ao requerimento de sua autoria, solicitando a designação de uma Comissão de Inquérito, interpartidária, para apurar a prática do jogo no Brasil. São textuais estas suas palavras:

— “A prática da jogatina às escâncaras tomou conta do Brasil. Não sou ingênuo ao ponto de pensar que a Comissão de Inquérito consiga mudar o modo de agir de muito governante empedernido, na prática da exploração oficial, ofícosa e criminoso do jogo.

A uma conclusão será ela obrigada a chegar, disso não tenho dúvida: — ou a regulamentação do jogo, o que é muito pouco provável, em virtude da opinião predominante em nossas elites dirigentes contra tal, ou a necessidade premente da medida pela qual há 3 anos venho me batendo: — a federalização das polícias estaduais.

Esta última medida de transcendental importância para a vida política da Federação é para o estabelecimento de um padrão condigno de existência das diferentes forças policiais (civis e militares) do país, apesar de todos os óbices levantados, penso será o corolário lógico deste ano de inquérito.

Orgulho-me da iniciativa tomada, certo de que, a par do aspecto absolutamente moralizador de que ela se veste, há esperança de um resultado positivo no tocante a uma remodelação benéfica na organização policial do país”.

QUEREM ELEGER UM DEPUTADO

Os subtenentes e sargentos da P.M. decidiram que, em face da conveniência de possuírem um deputado pronto a defender os seus interesses na Assembléia Estadual, votarão em massa em um só candidato, cujo nome será escolhido, depois dos necessários entendimentos, quando o pleito se aproximar.

Trata-se de um trabalho de classe, sem caráter político, objetivando apenas conseguir uma voz no Legislativo do Estado que se levante, sempre que preciso, em defesa das reivindicações da classe.

DISTRITO FEDERAL

(POLÍCIA MILITAR)

OFICIAIS PARAGUAIOS

VISITAM O RIO

Oficiais do Exército e da Polícia Militar paraguaios estiveram no Rio, em visita de confraternização. No dia 24 de junho último, visitaram o cel. João Ururahy de Magalhães, comandante geral da P.M., a quem agradeceram as atenções que lhes foram dispensadas desde que ali che-

Caixa Beneficente da Fôrça Pública

Em sessão ordinária da Diretoria, realizada em data de 30 de junho p. findo, foram despachados os seguintes processos:

Pensões concedidas - Aurora de Souza Castro e filhos, 5.950,80; Izaura Pereira de Souza, 5.950,80; Terezinha Roseti, 2.800,80; Gertudes de Paula Ramos, 2.239,20; Joanninha Prisco Cardoso, 2.100,60; Maria Olinda Zeferino da Silva e filhos, 2.100,00; Verônica Nagy, 2.100,00; Elídia Ferreira de Almeida, 1.499,40; Assunta Martucci Fernandes, 1.470,60; Augusta Maria Rocha, 1.330,20; Benedita Maria dos Santos, 1.260,00; Luzia Dantas e Doracília Dantas, 1.260,00; Eugênia José Joaquim, 633,00.

Restauração de pensão — 300,00 em favor de Arminda Augusta Fidalgo.

Concessão de quota de pensão — A srta. Maria da Penha Almeida, 639,90.

Restabelecimento de quota de Pensão — Atala Silva de Paulo.

Empréstimo hipotecário — Aos major médico dr. José Amparo, 320.000,00; 1.º ten. Oduvaldo de Lima, 264.000,00; 1.º sgt. Antônio Crisóstomo, 136.000,00 e 2.º sgt. Luiz Alencar, 50.000,00.

Empréstimo hipotecário (art. 69, do regulamento) — 60.000,00, ao subten. Polidoro José de Mira.

Empréstimo complementar (2.ª hipoteca) — Cr\$ 78.000,00 ao 2.º ten. Anísio Soares de Almeida.

Empréstimo sob compromisso — Aos subten. Benedito Soares, 180.000,00; Pedro de Oliveira Guimarães, 185.300,00; 1.º sgt. Valdomiro Ribeiro, 85.000,00; 2.ª sgt. Theodósio Rodrigues dos Santos, 70.000,00; Salvador Dias de Carvalho, 70.000,00 e sd. Domicio Duarte de Oliveira, 65.000,00.

Requerimentos despachados — Do subten. José Costa, solicitando novo empréstimo hipotecário: - "Indeferido. O requerente já foi atendido por esta Caixa Beneficente em pedido de empréstimo para

construção recente de residência e a situação da família não se modificou, segundo sua ficha"; do 1.º sgt. Adauto Batista, solicitando empréstimo hipotecário: - "Baixa ao interessado em diligência para melhores esclarecimentos"; do sr. Jorge Ferreira de Azevedo, solicitando a remessa da pensão dos menores Walter e irmãos, seus tutelados, para a cidade de Aparecida do Norte: - "Deferido"; das pensionistas Augusta Carlos Peres e Marcília Araujo de Souza, pedindo a remessa de suas pensões mensais para as cidades de Salto de Itú e Jacarel, respectivamente: - "Deferido"; do ex-sd. Jonas Pereira de Carvalho, pedindo sua inclusão no quadro dos contribuintes "facultativos" desta Instituição: - "Deferido".

Balancete da "Receita e Despesa" — Tendo em vista parecer da Comissão Fiscal, foram aprovados os balancetes da "RECEITA E DESPESA" referentes aos meses de janeiro, fevereiro e março do corrente ano, cujo resumo é o seguinte:—
Janeiro - Receita: — Contribuições 1.631.449,40; Jóias, 418.067,70; outros recebimentos, 4.076.293,70; Saldo do mês anterior, 467.906,10; Total, 6.593.716,90; Despesa: - Pensões, 1.052.002,80; Empréstimos Simples, 805.610,00; Carteira Imobiliária, 1.940.500,00; Outras despesas, 2.725.982,80; Saldo para o mês seguinte, 69.621,30; TOTAL 6.593.716,90.
FEVREIRO — Receita: — Contribuições, 1.647.117,50; Jóias, 502.619,60; Outros recebimentos, 6.673.207,00; Saldo do mês anterior, 69.621,30; TOTAL, 8.892.565,40; Despesas: — Pensões, 1.453.371,80; Empréstimos Simples, 896.150,00; Carteira Imobiliária, 1.764.500,00; Outras despesas, 4.618.054,00; saldo para o mês seguinte, 160.489,60; TOTAL 8.892.565,40;
MARÇO — Receita: — Contribuições, 2.123.131,90; Jóias, 494.521,60; Outros recebimentos, 5.282.933,90; Saldo do mês anterior, 160.489,60; TOTAL, 8.061.077,00; Despesa: — Pensões, 1.555.068,70; Empréstimos Simples, 896.050,00; Carteira Imobiliária, 2.305.500,00; Outras despesas, 3.128.883,10; Saldo para o mês seguinte, 175.575,20; TOTAL, 8.061.077,00.

EQUIVALÊNCIA ENTRE POSTOS DA FÔRÇA PÚBLICA E CARGOS DA POLÍCIA CIVIL

Projeto de Lei n.º 838, de 1953

Artigo 1.º — Na execução de missões meramente policiais, os postos dos elementos da Fôrça Pública do Estado são equivalentes, para efeito hierárquico, aos cargos da Polícia Civil, da maneira seguinte:

Coronel — Delegado Auxiliar
Tenente-Coronel — Delegado Classe Especial
Major — Delegado Primeira Classe
Capitão — Delegado Segunda Classe
Primeiro Tenente — Delegado Terceira Classe
Segundo Tenente — Delegado Quarta Classe
Aspirante a Oficial — Delegado Quinta Classe
Subtenente — Inspetor
Primeiro Sargento — Investigador Classe Especial
Segundo Sargento — Investigador Primeira Classe
Terceiro Sargento — Investigador Segunda Classe
Cabo — Investigador Terceira Classe
Soldado — Investigador Quarta Classe.

Artigo 2.º — No desempenho da função policial, o elemento da Fôrça Pública não poderá ficar subordinado a policial civil de posição hierárquica inferior à sua dentro da equivalência prevista no artigo anterior.

§ 1.º — No caso de equivalência, entre o posto militar e o cargo policial, a direção técnica caberá à autoridade civil.

§ 2.º — Havendo impossibilidade de comparecimento da autoridade civil, esta pode enviar determinações ao elemento da Fôrça Pública, por meio de ordem de serviço.

Artigo 3.º — Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrárias.

JUSTIFICATIVA

A Fôrça Pública honra o nosso Estado, pela tradição de serviços prestados a São Paulo e à sua gente, e pelo espírito de disciplina, capacidade e abnegação no cumprimento do dever, de que dão provas diariamente os componentes dessa corporação.

Não é apenas, nos momentos difíceis de agitação ou de perturbação da ordem, que a missão da Fôrça Pública é árdua e cheia de riscos e sacrifícios.

Mas o é, especialmente, no serviço diuturno e rotineiro do policiamento de nossa Capital e do Interior, onde a tarefa a cumprir torna-se por demais pesada, para um efetivo que não corresponde às necessidades do crescimento de nossa população, o qual estaria proporcionado ao Estado de S. Paulo de vinte anos atrás.

Materialmente desaparelhada, com efetivos reduzidíssimos, a Fôrça Pública está reclamando uma atenção especial para um reaparelhamento, que venha colocar à sua disposição recurso à altura da importantíssima missão de zelar pela ordem e pelo trabalho do povo paulista; missão essa que hoje está sendo cumprida com o sacrifício silencioso e digno dos seus soldados, graduados e oficiais, que multiplicam as horas de serviço e de policiamento, para compensarem a exiguidade dos elementos de que dispõem.

Cabe ao Poder Executivo, para quem apelamos, e em cuja ação confiamos, a iniciativa da maior parte das medidas visando reaparelhar a Fôrça Pública, sobretudo aquelas que reajustam os vencimentos de seus componentes, principalmente dos soldados, cujo nível atual, abaixo da mais modesta função civil, é a causa principal da existência de grandes claros nos efetivos da tropa.

Entre os desajustes de menor monta, mas que causam reais perturbações nos serviços da Fôrça, está a falta de um dispositivo que regule a situação dos seus membros, em face dos da Polícia Civil, sempre que executar missões em conjunto.

Nas deligências policiais, em que tomam parte elementos da Fôrça Pública e da Polícia Civil, freqüentemente originam-se mal entendidos e mesmo atritos, pela falta de uma equivalência das funções hierárquicas, que determine, em cada caso, a quem cabe a orientação dos trabalhos e o comando do pessoal.

Foi para sanar essa lacuna que apresentamos à consideração desta Assembléia, o projeto de lei acima.

Sala das Sessões, 20 de julho de 1953.

(a.) RUY BATISTA PEREIRA

::

Pronunciamento do presidente da Associação dos Delegados de Polícia, sobre o projeto retro.

«A Associação dos Delegados de Polícia do Estado de São Paulo, órgão representativo da classe ex-vi Lei n.º 816, de 30 de outubro de 1950, surpreendida com a publicação no Diário Oficial desta data do Projeto de Lei n.º 838-1953, de autoria de V. Excia., segundo o qual se pretende estabelecer a equivalência entre os cargos de Delegado de Polícia e patentes da Fôrça Pública do Estado, vem manifestar ao ilustre Parlamentar a sua estranheza pela proposição que convertida em lei viria atingir profundamente a tradicional Polícia de Carreira de São Paulo em sua estrutura básica, não consultando os interesses da nossa classe e,

de forma alguma, se coadunará com a índole do nosso povo que impôs a criação dessa instituição eminentemente civil.

Esta Associação é a primeira a reconhecer os inestimáveis serviços prestados à nossa terra e à nossa gente pela gloriosa Fôrça Pública de São Paulo, cuja brilhante officialidade pelos seus dotes de cultura, dignidade e capacidade funcional de há muito se impôs à nossa consideração; contudo, apesar da alta conta em que temos as patentes militares, que constituem realmente distinções concedidas a quem não pertence às forças armadas, refutamos a pretendida equiparação, que não

solicitamos, dada a disparidade de nossas funções.

Não procedem as razões apresentadas na justificação de seu projeto porquanto é tradicional a boa harmonia nas relações funcionais entre a Polícia Civil e a brilhante Milícia de Marcondes Salgado.

A situação dos membros da Fôrça Pública, em face da Polícia Civil está claramente definida nos regulamentos de ambas as instituições e que se entrosam harmônicamente em

benefício de sua alta finalidade que é assegurar a ordem pública.

Assim sendo dirigimos um apêlo ao ilustre descendente do insigne Ruy Barbosa, o maior civilista de nossa Pátria, que reconsidere as razões que o levaram a apresentar êsse projeto, retirando-o do plenário da ilustre Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo».

(a) Antônio Ribeiro de Andrade, presidente em exercício.

Entrevista concedida à "Folha da Manhã" pelo presidente do Clube Militar da Fôrça Pública, cel. Odilon Aquino de Oliveira.

«Sôbre o assunto, a reportagem da «Fôlha da Manhã» ouviu o coronel Odilon Aquino de Oliveira, atual presidente do Tribunal de Justiça Militar da Fôrça Pública do Estado e do Clube Militar da mesma milícia, ex-chefe do Estado Maior, inspetor administrativo, diretor de Ensino do Centro de Instrução Militar, comandante de batalhões da milícia, nesta capital e no interior do Estado, e um dos oficiais da corporação que mais têm incentivado o aperfeiçoamento e a ampliação do serviço policial executado pela Fôrça Pública, em perfeito entrosamento com as autoridades superiores do Estado.

— «O Clube Militar da Fôrça Pública — disse-nos inicialmente o cel. Odilon Aquino de Oliveira — órgão que congrega a oficialidade da corporação, sempre tem propugnado o aperfeiçoamento e a ampliação dos serviços policiais afetos aos oficiais da milícia bandeirante. Tivemos co-

nhecimento do projeto de lei n.º 838, do nobre deputado Rui Batista Pereira, pela leitura do «Diário Oficial» do dia 22 do corrente. Não o analisamos ainda como o desejamos fazer, motivo por que não estamos em condições. No momento, de nos manifestar quanto às peculiaridades do seu contexto. No entanto, devemos ressaltar que êsse projeto merece nosso maior interêsse e vem sendo acolhido pelos componentes de nossa entidade com incontida simpatia».

RESULTADO DE UMA CAMPANHA

«Como homenagem às FOLHAS, deixo aqui registrada a minha impressão de que a iniciativa do ilustre deputado é, sem dúvida, o primeiro resultado concreto da brilhante campanha iniciada em agosto do ano findo, por êsse matutino, com o objetivo de alcançar maior e melhor integração da Fôrça Pública no organismo policial do Estado.

«Não desejaríamos manifestar-nos antes que sobre o caso, dissessem as autoridades, às quais, por função, cabe máis diretamente a sua apreciação; entretanto, como presidente do Clube Militar da Fôrça Pública, uma vez que, tão vigorosamente o assunto foi trazido a público pela prestigiosa entidade representativa dos delegados de polícia, não nos podemos furtar ao gentil convite da FOLHA DA MANHÃ, com o intuito de bem esclarecer o ponto de vista dos nossos consócios».

DEFINIÇÃO DE RESPONSABILIDADES

«A racionalização dos serviços policiais exige uma definição de valores e essa definição, é óbvio, tem de ser expressa por uma escala, uma hierarquia. Isso tanto acontece na polícia militar quanto na polícia civil. Ora, quando ambas são empregadas em conjunto, num mesmo policiamento, é evidente que deva existir uma definição de responsabilidades, expressa numa escala comparativa de valores. E' isso o que acontece, quando componentes dos diferentes Ministérios das fôrças armadas são empregados em conjunto. Um posto da Aeronáutica ou da Marinha corresponde a um determinado no Exército. Isso não significa que um coronel do Exército vá comandar uma unidade da nossa Marinha de guerra, ou que um oficial de Marinha vá pilotar um avião ou dirigir um tanque de guerra. Da mesma forma, correspondem os postos das fôrças auxiliares, integrantes das fôrças arma-

das, como acontece com a Fôrça Pública. Essa definição é que possibilita, sem atrito, o emprêgo racional de armas diferentes, em proveito de um objetivo único, da execução de um mesmo plano».

VERDADEIRA ABERRAÇÃO

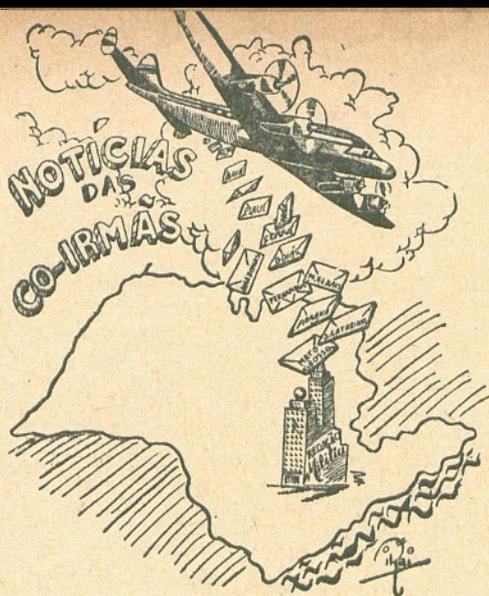
Ao concluir sua entrevista à FOLHA DA MANHÃ, disse ainda o cel. Odilon Aquino de Oliveira:

— «Exemplo tão superior que nos vem das fôrças armadas, não encontrou, até hoje, ressonância no Estado, com relação aos serviços policiais. E isso tem impedido, apesar dos grandes esforços sempre desenvolvidos pela Fôrça Pública, sempre tolerante, em benefício da harmonia policial, em melhor aproveitamento de oficiais e praças, no desenvolvimento do serviço.

«Basta dizer que um oficial da corporação, qualquer que seja a sua patente, está, funcionalmente, em razão de regulamento policial de há muito superado, subordinado a qualquer autoridade policial, de qualquer grau, mesmo não sendo de carreira. Isso, realmente, mesmo à luz do Direito Administrativo, constitui verdadeira aberração.

«Como dissemos de início, não tivemos oportunidade de analisar acuradamente o projeto de lei citado; todavia, de sua simples leitura, parece-nos que é intenção do seu illustre autor fixar a correspondência hierárquica tão somente na execução dos serviços policiais em que tenham que atuar, em conjunto, a polícia civil e a polícia militar».

(Transcrito da «Folha da Manhã», de 20-VII-53).



CEARÁ

A CAMPANHA CONTRA O JOGO E A FEDERALIZAÇÃO DAS POLÍCIAS ESTADUAIS

O major Vergílio Távora, da P.M. cearense, e deputado à Câmara Federal, falando à imprensa de Fortaleza, fez referências ao requerimento de sua autoria, solicitando a designação de uma Comissão de Inquérito, interpartidária, para apurar a prática do jogo no Brasil. São textuais estas suas palavras:

— “A prática da jogatina às escâncaras tomou conta do Brasil. Não sou ingênuo ao ponto de pensar que a Comissão de Inquérito consiga mudar o modo de agir de muito governante empedernido, na prática da exploração oficial, oficiosa e criminoso do jogo.

A uma conclusão será ela obrigada a chegar, disso não tenho dúvida: — ou a regulamentação do jogo, o que é muito pouco provável, em virtude da opinião predominante em nossas elites dirigentes contra tal, ou a necessidade premente da medida pela qual há 3 anos venho me batendo: — a federalização das polícias estaduais.

Esta última medida de transcendental importância para a vida política da Federação é para o estabelecimento de um padrão condigno de existência das diferentes forças policiais (civis e militares) do país, apesar de todos os óbices levantados, penso será o corolário lógico deste ano de inquérito.

Orgulho-me da iniciativa tomada, certo de que, a par do aspecto absolutamente moralizador de que ela se veste, há esperança de um resultado positivo no tocante a uma remodelação benéfica na organização policial do país”.

QUEREM ELEGER UM DEPUTADO

Os subtenentes e sargentos da P.M. decidiram que, em face da conveniência de possuírem um deputado pronto a defender os seus interesses na Assembléia Estadual, votarão em massa em um só candidato, cujo nome será escolhido, depois dos necessários entendimentos, quando o pleito se aproximar.

Trata-se de um trabalho de classe, sem caráter político, objetivando apenas conseguir uma voz no Legislativo do Estado que se levante, sempre que preciso, em defesa das reivindicações da classe.

DISTRITO FEDERAL

(POLÍCIA MILITAR)

OFICIAIS PARAGUAIOIS

VISITAM O RIO

Oficiais do Exército e da Polícia Militar paraguaiois estiveram no Rio, em visita de confraternização. No dia 24 de junho último, visitaram o cel. João Ururahy de Magalhães, comandante geral da P.M., a quem agradeceram as atenções que lhes foram dispensadas desde que ali che-

garam, ficando alojados no quartel do 6.º B.I.

Recebidos no Q.G., após assistirem ao desfile da Cia. de Guardas, recém-formada, presentes todos os comandantes de corpo, diretores de serviço e numerosos oficiais, foram saudados pelo cel. Ururahy, que lhes apresentou as boas vindas e manifestou os melhores votos para que tivessem uma feliz estada em nosso país.

Usando da palavra, o ten. cel. dr. Mario de Ortegas, chefe da delegação visitante, disse da satisfação que ele e seus companheiros se achavam possuídos, em conhecer a mais bela capital sulamericana e pela oportunidade de cada vez mais estreitar os laços de camaradagem da fôrças militares irmãs. Ao terminar, ofertou, em nome da delegação, uma lembrança à espôsa do cel. Ururahy, a quem também expressou os melhores cumprimentos pela passagem de seu aniversário natalício, transcorrido naquele dia.

ANIVERSARIO DA ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DOS SARGENTOS

A 27 de junho último, transcorreu mais um aniversário de fundação da Associação Beneficente dos Sargentos da Polícia Militar.

Como parte das comemorações, foi promovida, na séde daquela benemérita sociedade, uma noite festiva com excelente programa, terminando por um baile, animado pela Orquesta Potiguar.

Compareceu às festividades, prestigiando a entidade, o cel. Ururahy de Magalhães, comandante geral da P.M.

OFICIAIS DA P.M. E DO C.B. VISITAM O MINISTRO DA JUSTIÇA

O ministro Negrão de Lima recebeu em seu gabinete, no dia 22 de junho pp., oficiais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, que foram lhe manifestar, por meio dos respectivos comandantes, ceis. João Ururahy de Magalhães e Sadock de Sá, o apreço daquelas corporações. Estes chefes externaram o agradecimento dos seus camaradas pelas demonstrações de solidariedade, dadas diàriamente pelo ministro aos problemas da tropa, durante o tempo em que aquelas corporações estiveram sob a sua orientação.

Agradecendo a lembrança da visita, falou, por fim, o ministro Negrão de Lima, que recordou iniciativas do seu Ministério que vieram beneficiar àquelas unidades, concluindo por afirmar a certeza de que, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros, continuariam a bem servir a cidade e ao povo, que não lhes regateia o aplauso do seu agradecimento.

A P.M. NA RÁDIO PATRULHA

Consoante nota que publicamos em nosso número anterior, viaturas da Rádio Patrulha carioca estão sendo guarnecidas por elementos da Polícia Militar, em substituição aos da policia civil. Para tanto, 30 oficiais e 60 sargentos foram treinados especialmente para esse mister, iniciando-se o novo serviço com uma seleção de 5 tenentes e 10 sargentos.

Inicialmente foi atribuído aos elementos da P.M. o 1.º Distrito Poli-

cial, desde zero hora do dia 6 de junho. Posteriormente, a partir de zero hora do dia 26, também a zona do 2.º D.P. passou a ficar a cargo da Polícia Militar.

Por ser o serviço na nova zona atribuída mais complexo, para ela foram transferidas as guarnições que policiavam o 1.º D.P., entrando para este as novas guarnições, que serão comandadas pelos tenentes Rubens Ferreira, Alberto Caetano de Almeida, José Tabosa de Almeida, Carlos Guimarães dos Santos e Leonel Leal Messias.

As autoridades competentes do Distrito Federal estão dando todo o apoio ao serviço.

DISTRITO FEDERAL

(CORPO DE BOMBEIROS)

REGRESSO DO CEL. SADOCK

Regressou dos Estados Unidos, pelo vapor «Brasil», no dia 11 de junho último, o cel. Sadock de Sá, comandante do Corpo de Bombeiros. No cais encontrava-se grande número de amigos e oficiais da corporação, que foram apresentar as boas vindas ao ilustre oficial e à sua exma. esposa, que com êle viajou aos «States».

Rumando para o quartel central, à praça da República, foi alvo de verdadeira consagração por parte de toda a corporação, ali postada para saudá-lo. Numa legítima apoteose, centenas de fogos de artifício foram lançados da torre de exercício, enquanto a sua célebre Banda de Música executava números emocionantes. Nas diversas sacadas internas

do quartel a soldadesca toda batia palmas e acenava com simpatia para o comandante que regressava.

O ten. cel. Rufino Coelho Barbosa, ocupando o microfone, para uma saudação ao cel. Sadock, salientou na mesma que o C.B. se achava no mesmo ritmo de trabalho que o comando lhe havia imprimido.

Falando à imprensa, disse aquele oficial que os soldados do fogo americanos estão muitas vezes melhor equipados em quantidade que os brasileiros, mas que em técnica a situação é de igualdade.

222 postos em Nova Iorque

Revelou ainda, o cel. Sadock, que em Nova Iorque, para uma população de 7 milhões de habitantes, há 222 postos de bombeiros, enquanto que no Rio, para 2 milhões de almas, existem apenas 20. A água existe em abundância, o que permite maior eficiência no combate aos incêndios, comportando menor perigo para os «firemen». O líquido jorra com tal generosidade dos hidrantes, que, para incêndios em prédios de 4 ou 5 andares, é praticamente dispensável o uso de bombas, graças à pressão da água. E' de causar inveja. Daí o fato de os americanos se arrisca-rem menos que os brasileiros, nos incêndios de grandes proporções.

Em matéria de comunicações eles também levam a palma, pois dispõem de uma infinidade de estações avisadoras, radiotelegrafia em quase todas as viaturas, etc. Os chamados para pequenos incêndios são, em média, de 20 em 20 minutos.

12 mil cruzeiros por mês

Os bombeiros de Nova Iorque são formados em escolas de recrutas e percebem mensalmente 12 mil cruzeiros.

Informou, por último, o cel. Sadock: «Estamos adquirindo nos Estados Unidos dois carros auto-bombatanque, dois outros para o serviço de salvamento e proteção, dotado de equipamento moderno para remoção de escombros e até de um ressuscitador para as vítimas de intoxicação por gases e ainda três carros rápidos de manobra, para serviço de hidrantes.

ALMOÇO DE CONFRATERNIZAÇÃO

Realizou-se, no dia 28 de junho p.p., na Churrascaria Gaúcha, um almoço de confraternização, que contou com a presença do cel. Sadock de Sá e de toda a oficialidade do Corpo de Bombeiros. O ágape foi oferecido ao cel. Sadock, em sinal de reconhecimento dos seus esforços no sentido de dotar a corporação do moderno material contra incêndio, recentemente adquirido nos Estados Unidos.

CASSINO DOS SARGENTOS

O Casino dos Sargentos do Corpo Bombeiros elegeu sua nova diretoria, que assim ficou constituída: presidente, 1.º sgt. Maximino Pereira Nogueira; vice-pres., 1.º sgt. Lisandro José da Silva; secretário, sgt. Antenor Nogueira; tesoureiro, sgt. Fernando Rodrigues; bibliotecário, 2.º sgt. Generino José Lopes; diretor social, sgt. músico Francisco Mendes Tavares.

ESPÍRITO SANTO

FORMATURA



Também formou-se em Direito pela Faculdade de Direito do Espírito Santo, o ten. Alaor Alves de Calçada, da P.M. capixaba, cuja foto estampamos.

MINAS GERAIS

VACINAÇÃO PELA B.C.G., NA POLÍCIA MILITAR

A Associação de Assistência e Cooperação Educacional da P.M. inaugurou, a 2 de junho último, no Lactário «Odete Valadares», o serviço de vacinação pela B.C.G.

A luta contra a tuberculose, pela prevenção, conta, portanto, com mais um posto de combate, o que atesta o interesse dos responsáveis pela saúde dos elementos da Polícia Militar e das respectivas famílias.

BOMBEIROS TAMBÉM PARA UBERLÂNDIA

Dentro de poucos meses deverá ser instalado nesta cidade do Triângulo Mineiro um núcleo de combate ao fogo e de salvamento, concretizando-se, assim, a promessa do go-

vernador mineiro, por ocasião de sua visita a Uberlândia, em maio último.

Para efetivação de tal medida, esteve naquela cidade o comandante Paulo René de Andrade, do Corpo de Bombeiros de Belo Horizonte, que entrou em contacto com as classes conservadoras do município, tomando as medidas preliminares.

NOVO QUARTEL PARA O 9.^o B.C.M., EM BARBACENA

A Câmara Municipal de Barbacena vem de aprovar projeto de lei dispondo sobre a doação, pela Municipalidade, de um grande terreno nas proximidades do Clube de Tiro, Caça e Pesca, e destinado à construção do quartel do 9.^o Batalhão, ali sediado. Transformado em realidade, o atual edifício do 9.^o B.C.M. será destinado à Escola Normal e a um outro estabelecimento escolar.

HOMENAGEADO O COMANDANTE DO CORPO DE BOMBEIROS

Por motivo do transcurso do 2.^o aniversário da administração do cel. Paulo René de Andrade, do comando do Corpo de Bombeiros de Minas Gerais, a oficialidade, os sargentos e praças daquela unidade, bem como suas respectivas famílias, prestaram-lhe uma homenagem. No decorrer de uma cerimônia realizada na sede da corporação, o comandante René de Andrade foi saudado pelo 1.^o tenente Raimundo Ramalho, em nome dos oficiais; pelo sargento Ademar Russo, que lhe ofereceu um presente dos sargentos; e pelo soldado Celso Sérgio Ferreira. Os oradores frisaram os benefícios da gestão do cel. Paulo René de Andrade, que, em dois anos de administração, ampliou o equipamento, adquiriu novos veícu-

los, aumentou o quadro de pessoal com a criação da 3.a Cia., elevando o efetivo da corporação para 466 homens, criou o curso para candidatos a oficiais, de aperfeiçoamento para sargentos e formação para cabos e soldados, bem como a biblioteca da unidade. Puseram ainda em relêvo aspectos da sua administração relacionados com a construção do novo pavilhão, com ampla garagem, correspondente a um gasto de um milhão e 800 mil cruzeiros.

UM MILICIANO NO PROGRAMA «HONRA AO MÉRITO»

Num dos últimos programas «Honra ao Mérito», transmitido pela Rádio Nacional, sob o patrocínio da Esso Standard do Brasil, foi homenageado o ten. cel. da Polícia Militar, Manoel José de Almeida.

A radiofonização da vida daquele jovem oficial mineiro no conhecido programa foi motivada pelo trabalho que o cel. Almeida tem realizado em prol da recuperação de menores desvalidos e sua fixação em núcleos rurais, além da grande obra de renovação de métodos educacionais, empreendida quando comandou o Departamento de Instrução da Polícia Militar.

A entrega da medalha do mérito ao cel. Almeida foi feita pelo ministro do Supremo Tribunal Federal, Hermenegildo de Barros, filho de Januária, como o homenageado, e que também já tivera seu nome divulgado no programa «Honra ao Mérito».

PARAIBA

PROMOÇÕES DA LEI FEDERAL 1267

O governador João Fernandes de Lima assinou, em data de 19 de ju-

nho p.p., atos tornando sem efeito os anteriores, datados de 27-XII-53, que haviam promovido ao posto imediato vários oficiais, sargentos e praças reformados da Polícia Militar, que, invocando os benefícios das leis federal 1267, de 9-XII-50 e estadual 569, de 10-X-51, obtiveram mandado de segurança em primeira instância e, portanto, a execução imediata do julgado, a despeito mesmo do recurso interposto pelo procurador fiscal, dr. Francisco de Paula Pôrto. Tomando, porém, conhecimento do recurso (agravo de petição cível n.º 2157, da Capital) o Tribunal de Justiça do Estado, por decisão unânime de sua 2.ª Câmara, deu-lhe provimento, de acôrdo com o parecer do Procurador Geral, reformando a decisão agravada sem manifestar-se sôbre o mérito do direito ainda submetido ao pronunciamento do Governador do Estado (resenha do Tribunal, órgão oficial de 27 de maio p. findo). Dê-se acórdão houve recurso extraordinário para o Supremo, destituído, porém, de efeito suspensivo.

Assim, pois, anulando as promoções feitas, dá o Executivo apenas cumprimento à decisão judicial de superior instância, havendo ainda tomado providências correlatas quanto à devolução, por via administrativa, de importâncias recebidas, pelos impetrantes, no Tesouro do Estado, a título de atrasados.

Um outro pequeno grupo de reformados (5) que havia obtido a promoção pelo reconhecimento do seu direito na alçada administrativa, mas preferia conformá-la aos moldes da decisão do Juiz Suplente, teve os atos de reajuste também neutralizados, a fim de ser mantida a situação ante-

rior de promovidos a contar da data da reforma e com os vencimentos vigentes naquela época, critério adotado em quantos casos idênticos despatchou o Chefe do Governo.

RIO DE JANEIRO

ESCOLA DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS PARA A P.M.

Está em tramitação na Assembléia Legislativa do Estado a mensagem do governador Amaral Peixoto, criando a Escola de Formação de Oficiais da Polícia Militar. A êste projeto foram oferecidas quatro emendas, três das quais foram aprovadas juntamente com o projeto, em primeira discussão.

VOLUNTARIADO PARA A POLÍCIA MILITAR

Acha-se aberto o voluntariado para preenchimento dos claros da Polícia Militar. São estes os documentos e requisitos exigidos aos candidatos: certificado de reservista; certidão de idade; atestado de conduta, fornecido pela Delegacia de Polícia ou subdelegacia do lugar em que residir o candidato; saber ler, escrever e fazer as quatro operações de aritmética; possuir robustez física, mediante exame médico na corporação; possuir de 18 a 30 anos de idade, completos. Poderão se apresentar candidatos reservistas e não reservistas do Exército, inclusive já alistados, pois em todos os casos será solicitada autorização à C.R. para inclusão, conforme aviso do Ministério da Guerra, em vigor.



RIO GRANDE DO NORTE

JANTAR DE CONFRATERNIZAÇÃO

Como já noticiamos, compareceram às solenidades de inauguração do quartel da Polícia Militar do Rio Grande do Norte delegações de oficiais de Alagoas, Paraíba, Minas Gerais e São Paulo.

No último dia de permanência dos visitantes em Natal, a oficialida-

de potiguar, com o cel. Luciano Veras Saldanha à frente, num gesto de nímia gentileza e camaradagem, ofereceu lauto jantar aos companheiros que se despediam.

A reunião, marcante de cordialidade e afeição, por certo inesquecível para os que dela participaram, possibilitou a manifestação do mais puro espírito de solidariedade que une as polícias militares do Brasil.

Saudando as delegações policiais-militares profêriram expressivas orações os majores José Reinaldo Cavalcanti e Altino Cordeiro de Paula, êste em nome do comandante geral da corporação, cel. Veras Saldanha.

Agradecendo, em nome dos homenageados e ressaltando a fidalga e hospitaleira acolhida a êles dispensada pelas autoridades, povo e colegas do Rio Grande do Norte, falou o major Bento Barros Ferraz, da Fôrça Pública de São Paulo.

Os clichês assinalam aspectos do festivo ágape.



RIO GRANDE DO SUL

EXERCÍCIO DE GRANDE INCÊNDIO, PELO CORPO DE BOMBEIROS

Na Chacara das Bananeiras, onde se situa o quartel do Regimento Bento Gonçalves, realizou-se, no dia 28 de maio p.p, um completo exercício do Corpo de Bombeiros, ante a simulação de um grande incêndio numa fábrica de produtos químicos.

Atendendo ao convite do ten. cel. Tisiano Felipe de Leoni, comandante do C.B., ali compareceram o governador Ernesto Dorneles, os deputados Joaquim Duval e Peracchi Barcelos, representando a Assembléia Legislativa: srs. Teobaldo Neumann e Júlio Marino de Carvalho, secretários do Interior e da Educação: srs. Carlos Dutra e Joaquim Soter, representando os secretários da Agricultura e da Fazenda; sr. Ildo Meneghetti, prefeito municipal de Pôrto

Alegre; cel. Venâncio Batista, comandante geral da Brigada Militar, acompanhado de comandantes de corpo e oficiais da sua corporação; vereadores Fernando Ortiz Schneider e Martim Aranha, além de outros elementos oficiais e dirigentes de companhias de seguros.

Recebidos à frente do quartel que serviu de base para o exercício, o cel. Tisiano expôs aos presentes que o trabalho seria desenvolvido em torno da suposta «Fábrica Imprevidente S.A.», tendo em vista demonstrar a deficiência da aparelhagem, especialmente das bombas, num «grande incêndio». Durante êle, acrescentou, se veriam os incidentes dali decorrentes e que exigem o emprêgo de todos os recursos técnicos e materiais especializados.

Exposta a situação das diversas secções da «fábrica», foi dado o

«alarme» do incêndio, com a queda de um «garrafão de bissulfeto de carbono» ocorrido no centro da secção de embalagem. Seguiu-se o esforço inicial dos chefes e empregados para dominar as chamas mas, diante da inutilidade de seus esforços, resolveram, então, chamar o Corpo de Bombeiros.

Explicado pelo tenente-coronel Leoni como se deve agir, nesse caso, veio incontinentemente o primeiro socorro, para, dali a poucos momentos chegarem os vários serviços do Corpo de Bombeiros, iniciando-se o salvamento dos operários feridos e dos outros já «mortos», mediante o emprego da escada mecânica, recentemente recebida da Inglaterra.

Em cada uma das fases de trabalho o comandante discorreu sobre o material com que pode contar os Bombeiros para um serviço eficiente, fazendo sentir ao mundo oficial a deficiência de ação de bombeiros devido à falta absoluta de uma aparelhagem necessária à extinção de um grande incêndio, como poderá, talvez, um dia ocorrer em Pôrto Alegre.

Salientou então o tenente-coronel Leoni que a carência de meios adequados fez com que o «fogo» ocorrido na «fábrica», só amainasse depois de ter consumido toda a essência «química» ali existente. A «fábrica» estava completamente destruída e restava, agora, somente realizar o rescaldo e a remoção, com os próprios homens que haviam trabalhado na extinção.

Concluídas as várias fases de trabalho num incêndio dessa natureza, na qual os bombeiros demonstraram seu adestramento e disciplina, o

tenente-coronel Leoni fez um apêlo ao governador do Estado e às demais autoridades para que voltem sua atenção para o Corpo de Bombeiros, dotando-o dos elementos necessários à função.

Sob uma prolongada salva de palmas, concluiu-se sua exposição recebendo, tanto êle como a sua officialidade, cumprimentos de todos os presentes.

REGULAMENTO INTERNO DA COMISSÃO DE PROMOÇÃO DE GRADUADOS

O comando da Brigada Militar, por ato administrativo de 26 de maio p.p., aprovou o Regulamento Interno da Comissão de Promoções de Graduados, destinado a estabelecer as normas a serem observadas e a regular o funcionamento normal da referida Comissão, no desempenho das suas atribuições.

ELEIÇÕES PARA O MONTEPIO DA B.M.

Foram bastante concorridas as eleições para esta entidade de assistência social da Brigada Militar, realizadas 5 de junho último, mas somente decidida por meio de votação de desempate, feita em sessão extraordinária, no dia 11. Assim ficou constituída a diretoria do Montepio, já empossada:

Diretoria administrativa

Diretor, - ten. cel. Antônio Martins - sub-diretor, cap. Silanus Monteiro Seferin - 1.º tesoureiro, cap. Ney da Silva Bueno - 2.º tes., 1.º ten. Raul de Oliveira.

Conselho deliberativo

Comandante geral da Brigada Militar (presidente nato), cel. Adonis Ventura Homem, caps. Samuel Franz Wagner, Pedro Marcelino Alves de Oliveira, Plínio de Figueiredo Pinto, cel. Osvaldino Bica, cap. Ladmiro Corrêa, major Raul Santamariense Mesquita, 1.ºs tens. Vasco Melo Leiria e Inácio Leite Portugal, 2.ºs tens. Nelson Amoreli Viana e Daisson Gomes da Silva, majores João Lúcio Marques e Horizonte Luiz Fernandes, cap. Ruy da Cunha Paim, 1.º ten. Otacilio Barbosa da Silva, 2.ºs tens. Emilio João Pedro Neme e José Francisco Schaedler, majores Antão Gonçalves Pinheiro e Lourival Rodrigues Sobral e 1.º ten. Moisés Brito Coelho.

Conselho Fiscal — Major Gerson Borges, cap. Heitor de Oliveira, 1.º ten. Martins Francisco de Vasconcelos, cap. Otacilio Rodrigues da Silva e 1.º ten. Salvador Teixeira Sofia.

Suplentes ao C.D. — cap. Cirilo Santana, 1.º ten. João Efraim Wagner, major Dorival Muniz dos Reis, 1.º ten. Manoel Gonçalves Brochier, 2.º ten. Carlos Henrique Kunert, cel. Júlio Danton Canabarro Trois, caps. João Artur da Fonseca e Fábio Pereira Gomes, ten. cel. Olavo João Uriqueia Castagna, 2.º ten. Carlos Napoleão Zettermann, 1.º ten. Vitor Hugo Martins, 2.º ten. Walter Costa Cruz, ten. cel. José Martins, 2.º ten. Bromeu Maciel Trindade, cel. Nicomedes Moreira Rohrig, 1.º ten. Apio Pereira de Vasconcelos, asps. a of. Orlando Menezes da Silveira e Helion Teixeira de Azevedo, ten. cel. Aarão de Souza Guterres e 2.º ten. Darcy Ventura Homem.

HOMENAGEM A UM BRAVO

Conforme a imprensa riograndense divulgou amplamente, tombou herôicamente no interior do Estado, no dia 29 de maio último, o soldado José Silva, do Regimento Cel. Pilar.

Ao cel. Venâncio Batista, comandante geral da milícia sulina, o ten. cel. Antônio Gonçalves Leirias, comandante daquela unidade, endereçou o seguinte radiograma:

"Comunico-vos que o soldado José da Silva, ontem assassinado, foi velado no alojamento de sua subunidade. Seu sepultamento, hoje realizado, constituiu uma verdadeira consagração, pois fomos confortados e honrados com a presença de Ss. excias. Gal. Osvaldo Ferreira Alves, comandante da 3.ª Divisão de Infantaria, drs. juizes de direito da Comarca; promotores públicos; auditor da 3.ª Auditoria, srs. Prefeito Municipal, membros do Legislativo municipal, diretor dos Correios e Telegrafos, s. excia. reverendissima, bispo diocesano e vários párocos, comandantes de corpos e chefes de estabelecimentos militares da guarnição federal, representantes de entidades de classe, delegado de policia e funcionários dessa repartição, comissões representativas das unidades militares aqui aquarteladas, representantes de estabelecimentos de ensino municipal, estadual e particular e grande massa popular, que levaram suas derradeiras despedidas e homenagens ao camarada que tão bravamente foi roubado ao nosso convívio".

Promovido "post mortem"

Determinando a exclusão do sd. José Silva das fileiras da Brigada Militar, o cel. Venâncio Batista, promovendo-o "post mortem", fez inserir em

boletim da corporação as seguites palavras:

"Em face das circunstâncias especiais que cercaram a morte do soldado José Silva, tombado herôicamente em defesa da sociedade, resolvo, antes mesmo, da conclusão do I.P.M. que se está procedendo sobre o fato, promovê-lo "post mortem", de acôrdo com o art. 7.º do R.P.G.B.M. É com profundo pesar que, cumprindo o doloroso dever de chefe, determino a exclusão do soldado José Silva, assassinado fria e covardemente, quando, no cumprimento de seu dever, efetuava a prisão de um perigoso bandido internacional. O nome de José Silva incluiu mais uma página tarjada de negro no livro dos fatos da Brigada Militar, onde sua figura de soldado exemplar servirá de exemplo a seus camaradas, como modelo de bravura, desprendimento e abnegação. Será êle mais um símbolo a figurar no brazão de nossa centenária Fôrça, tantas vêzes sacrificada com a perda de seus filhos, imolados em defesa das nossas instituições de nossa sociedade e da nossa família. Infelizmente não será o soldado José Silva o último a tombar em plena luta, dessa trágica maneira. Na árdua missão que nos é atribuída, por certo, muitos ainda terão de se haver em situações idênticas à sua. Que, nesse momento angustioso, lembremo-nos de seu nome e de seu feito heróico, para com seu exemplo, tranqüilos cumprirmos o nosso dever. E a sociedade ser-nos-á grata. Na tristeza de seu luto, a Brigada Militar aponta aos seus integrantes o nome de José Silva como modelo digno de ser imitado, não pelo seu fim trágico, mas pela soma de virtudes que demonstrou até o último momento de sua vida quando, tomban-

do com glória no cumprimento do dever, elevou bem alto o nome de nossa Fôrça. Em consequência, seja excluído do estado efetivo da Brigada Militar e do 1.º R.C., o cabo acima referido".

*Sugestão aprovada pelo comando da
Brigada*

Por iniciativa do sr. Arno Pupe, foi iniciado um movimento em Pôrto Alegre, através da "Folha da Tarde", para melhor amparar a família do sd. José Silva.

O 1.º ten. Afonso Wellausen Pôrto, em documento encaminhado ao comando da Brigada Militar, sugeriu e obteve a aprovação para a doação de dois cruzeiros "per capita", por todos os elementos da milícia, para auxiliar a construção da casa para a família do camarada imolado no cumprimento do dever.

Das considerações do ten. Wellausen destacamos o seguinte trecho:

"Confortados porque vimos que os nossos concidadãos estão alertas na apreciação dos fatos que dizem respeito à atuação da Brigada Militar; emocionados por vermos que a idéia lançada no sentido do bem e do humano, encontrou guarida no coração do povo.

Êsse companheiro de farda deixou espôsa e filhos menores.

Conhecemos a legislação vigente e sabemos que o Estado ampara seus servidores imolados em defesa da ordem e da sociedade. Todavia, o movimento esboçado no meio civil visou, antes de tudo, dar um teto à família, possibilitando à viúva mais recursos para educar melhor os menores órfãos. Nada mais é que a gratidão da sociedade que per-

dendo um membro ilustre, sentia-se ameaçada na sua segurança e integridade.

José Silva pagou com a vida, o direito de muitas outras, no seu primeiro e único contato com os assassinos de Waldir Franzoli.

Seus filhos crescerão ao abrigo desse teto amigo, doado pela sociedade. Muitos colegas de farda talvez já concorreram ou irão concorrer para essa oportuna e meritória obra.

Precisamos, e isso nos permitirá, por certo, o idealizador desse movimento, que nos unamos a êle para que o monumento a ser erigido a êsse herói receba o nosso apôio, e a família de José Silva, juntamente com a gratidão do Povo, sinta também o calor amigo do espirito de classe".

SANTA CATARINA

SERVIÇO DE BOMBEIROS PARA OS MUNICÍPIOS

Vem encontrando a mais simpática repercussão no interior catarinense o projeto de lei do deputado Enori Teixeira Pinto, destinado a permitir convênios entre os Municípios e o Estado, para a manutenção, naqueles, de núcleos do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar, devidamente aparelhados para o combate às chamas e para o serviço de salvamento. A sua aprovação, como se vê, solucionará um dos problemas mais difíceis das comunas, na maioria impossibilitadas de criar um serviço exclusivo de combate aos incêndios e de salvação. E' o seguinte o teor do projeto de lei:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a auxiliar os municípios

na instalação e manutenção de serviços de bombeiros.

Art. 2.º — O auxilio a que se refere o artigo anterior será prestado desde que o município interessado o requeira e disponha de máquinas, aparelhagem e equipamentos apropriados, previamente aprovados pelo governo do Estado, por intermédio do órgão competente.

Art. 3.º — O auxilio se constituirá na construção do alojamento para o pessoal especializado da Fôrça Policial do Estado, pessoal êsse que será posto à disposição do município, de acôrdo com as exigências das máquinas, aparelhagem e equipamentos adquiridos pela Municipalidade.

Art. 4.º — O Município, para obtenção do auxilio de que trata a presente lei, deve, além de possuir as máquinas e aparelhamentos adequados, doar ao Estado as áreas de terra necessárias à construção do alojamento do pessoal.

Art. 5.º — A preferência para a obtenção do auxilio será estabelecida pela ordem cronológica da entrada dos requerimentos, até 15 de julho de cada ano, na Secretaria de Segurança Pública, não podendo exceder de dois requerimentos deferidos no respectivo exercício.

Art. 6.º — Para cumprimento da presente lei serão anualmente incluídos na Lei de Fixação da Fôrça Policial, os contingentes necessários à cobertura do efetivo das guarnições requeridas pelos municípios.

Art. 7.º — Revogam-se as disposições em contrário.

José Silva - Tecidos, S. A.

(Casa fundada em 1885)



Enq. Telefónico «SILVIUS»

CAIXA POSTAL, 445

TEL. 43-28-95 (REDE)

RIO DE JANEIRO, D. F.

TECIDOS E ARTEFATOS DE TECIDOS EM GERAL
— IMPORTADORES E EXPORTADORES —

FORNECEDORES DAS FÓRCAS ARMADAS, INCLUSIVE
DA FÓRÇA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

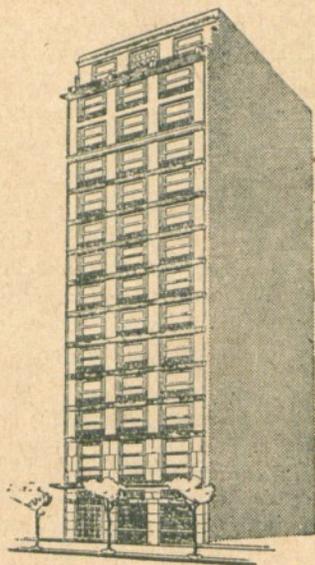
Departamento de vendas
em SÃO PAULO (Capital)

Av. Nova Anhangabaú, 702-3.º, Sala 32

Caixa Postal, 3021 —

En. Telefónico, "SILVIUS"

Telefone: 33-2662



Sede no Rio de Janeiro

AS ATIVIDADES DA CAIXA — BENEFICENTE EM 1952 —

As Carteiras de pensões, imobiliária e de empréstimo simples — Boa
a situação financeira — Outros dados

MILITIA recebeu o Relatório Administrativo, do ano de 1952, da Caixa Beneficente da Força Pública, e constatou, com muita satisfação, que tudo corre bem nesse setor assistencial de nossa Corporação. Vamos transmitir aos leitores alguns dados que dizem da pujança daquela instituição, cuja receita alcançou a respeitável importância de Cr\$ 28.728.431,20, em 1952.

Carteira de Pensões

Nesta Carteira foi empregada a soma de Cr\$ 9.144.406,90, distribuída entre 3.170 pensionistas. Em relação ao exercício de 1951, houve um aumento de Cr\$ 2.289.161,30, em consequência da Lei n.º 1684, que fixou no mínimo de Cr\$ 300,00 mensais, as pensões concedidas há muitos anos e que se situavam abaixo dessa importância. Com relação a este mínimo, hoje também quantia irrisória, pretende a Diretoria da Caixa elevá-lo a Cr\$ 500,00.

Carteira Imobiliária

Houve no exercício de 1951 um saldo de Cr\$ 19.143.299,30, que foi empregado nas carteiras de empréstimo simples e imobiliária.

A desvalorização contínua da nossa moeda, com a conseqüente valorização dos bens móveis e imóveis, tem assegurado grande êxito a esta Carteira e maior satisfação aos que dela se serviram. Assim, em 1952 foram concedidos 139 empréstimos hipotecários, que totalizaram a importância de Cr\$ 20.608.258,80.

Carteira de empréstimo Simples

Estes empréstimos, limitados ao máximo de Cr\$ 30.000,00, foram concedidos a 1.243 contribuintes, atingindo a importância de Cr\$. 10.535.420,00, distribuída a 298 oficiais, 57 subtenentes, 341 sargentos, e 547 cabos e soldados.

A Caixa conta atualmente, com 15.412 contribuintes.

Situação Financeira

E' muito boa a situação financeira da Caixa, segundo tivemos oportunidade de salientar linhas atrás. E' interessante frizar que a Caixa dispense com o seu funcionalismo apenas 3% da receita, sendo do interesse dos contribuintes que tais gastos se conservem nessa proporção, para que advenham, daí, maiores benefícios a todos.



Direção do cap. Francisco A. Bianco Jr.

TIRO AO ALVO

CARABINEIROS DA FÔRÇA PÚBLICA

Prova 3 x 20 — Três posições — 50 metros — Vencedor o cap. Bianco, com 497 pontos.

Realizou-se no dia 23 de junho último, no estande do Barro Branco, com início às 9,00 horas, uma prova estímulo, de carabina cal. 22, nas três posições regulamentares, em que tomaram parte oficiais da Capital e do Interior.

Objetivando a formação de uma equipe representativa para as disputas futuras, essa prova constituiu a primeira da série a ser desenvolvida em diversas épocas, visando a seleção de turma especializada nessa difícil modalidade de tiro ao alvo.

Com a presença do ten. cel. Rubens Teixeira Branco, presidente da Federação Paulista de Tiro ao Alvo e com a supervisão da Diretoria Geral de Instrução, que vem facilitando o treinamento dos representantes das diversas equipes de tiro da Fôrça, deu-se início à competição.

A prova teve um desenrolar bastante interessante e, levando-se em conta o desconforto atual do estande,

que prejudica, sem dúvida, o tiro de carabina de precisão, os índices foram satisfatórios, o que vem pro-



Da direita para a esquerda: cap. Mesquita (3.º lugar); cap. Bianco (1.º) e ten. Altmann (2.º).

Da esquerda para a direita, em pé: cap. Cálío de Campos Montes, cap. Milton Ciríaco, major Aútilio G. de Oliveira, ten. Aluísio Borges, cap. Bianco Jr. e 1.º Ajoelhados, 2.º ten. Altmann e cap. Mesquita.



gnosticar melhores resultados para o futuro.

Venceu a disputa o cap. Francisco Antônio Bianco Jr., colocando-se na segunda classificação o 2.º ten. Alvaro J. Pilush Altmann.

Resultados gerais

1.º - cap. Francisco A. Bianco Júnior - (E.E.F.) - 497 pontos; 2.º -

2.º ten. Alvaro Júlio Pilush Altmann, (Btl. Tobias Aguiar) - 489 pontos; 3.º - cap. Jorge Mesquita de Oliveira - (S.E.) - 488 pontos; 4.º - major Aútilio Gomes de Oliveira - (Q. G.) - 464 pontos; 5.º - 1.º ten. Aluísio Borges - (8.º B.C.) - 433 pontos; 6.º - cap. Cálío de Campos Montes - (8.º B.C.) - 275 pontos.



1 PACOTE DE 400 GRAMAS

CUSTA MENOS

DO QUE 2 DE 200 GRAMAS!

AMIDO DE MILHO

MAIZENA

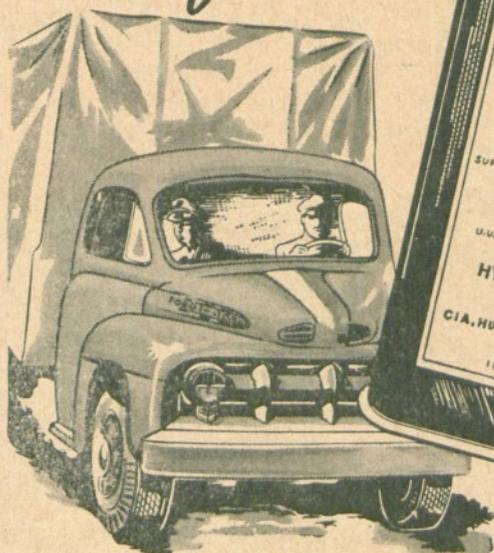
MARCAS REGISTRADAS

DURYEA

TRIANGULO

MAIOR SEGURANÇA

— nos freios —



“HUDSON HIDRAULIC BRAKE FLUID-HEAVY DUTY”

O óleo pesado para breque HUDSON, lançado agora, pela primeira vez no Brasil, virá satisfazer plenamente às Companhias de Transportes Rodoviários, às Empresas de Ônibus e Terraplenagens, como também aos donos de Tratores e Máquinas Agrícolas, proporcionando-lhes um produto indispensável para a maior durabilidade e eficiência dos breques de veículos pesados e sujeitos a altas temperaturas.

A CIA. HUDSON DISTRIBUIDORA DO BRASIL, a maior fabricante de óleos para freios da América Latina, graças à sua aparelhagem de enlatamento mecânico, está apta a fornecer este produto, com preços especiais para revendedores.

COMPANHIA HUDSON DISTRIBUIDORA DO BRASIL S. A.

Rua Faustolo, 666/676 - Tel. 5-0905 - Telg. Otílur - S. Paulo



Cabos Luiz Gonzaga Rodrigues e Joaquim Gonçalves da Silva, 1.º e 2.º classificados.

Este ano mais uma vez a Fôrça Pública participou da maior prova de pedestrianismo carioca, a «Corrida da Fogueira», realizada na Capital Federal na noite de 23 de junho, véspera de São João. Estiveram representados, para maior brilho da prova, os melhores clubes e associações, Unidades das Classes Armadas de diversos Estados, além de uma representação do Paraguai.

A prova foi disputada com grande classe e o entusiasmo animou os atletas que, pelo seu preparo, se empregaram a fundo, fazendo vibrar a numerosíssima assistência estacionada por todos os 9.600 metros de trajeto, aplaudindo-os calorosamente.

O atleta Luiz Gonzaga Rodrigues, em confronto direto com os me-

CORRIDA DA FOGUEIRA

Belíssima vitória do pedestrianismo da Fôrça Pública — campeã absoluta da grande corrida carioca.

lhores fundistas do Brasil, mostrou ainda desta feita sua alta forma, constituindo-se no ponto alto da nossa equipe. Totalizou o percurso da Praia Vermelha à Praça Mauá, no tempo de 27' 14" e 5/10.

Dois fatos merecem registro, nessa memorável prova. O primeiro concernente à classificação da equipe Btl. «Tobias de Aguiar», como 2.ª colocada nas classificações militares e a 5.ª na classificação geral. Essa equipe vencendo outras bastante categorizadas, realizou grande feito, pois constituída de elementos novatos ainda, alguns estreantes, logrou a magnífica classificação, representando sua Unidade condignamente.

O segundo feito, muito significativo, foi a surpresa da grande vitória de Joaquim Gonçalves da Silva, obtendo o vice-título da carreira. Todos sabem que o veterano e campeoníssimo Gonçalves fez uma pausa em suas atividades atléticas, sempre

pontilhada de vitórias, isto devido em grande parte à sua idade. Porém, lutando contra ela e por amor à sua Corporação, sentiu-se moço e exigiu dos seus órgãos o máximo. Ultrapassou à expectativa. Joaquim Gonçalves é ainda um sério concorrente e sente-se bastante jovem para continuar. Continua sendo um grande estilista e embora não se afirme ter sido esta a sua última grande vitória, permanecerá porém, inesquecida, pois foi em verdade uma belíssima corrida para êle que, arancando nos derradeiros 300 metros, recebeu aplausos dos que apreciaram seu feito grandioso. Todos enfim, satisfizeram plenamente. Com as duas equipes representando a Fôrça

Pública, colocamos 50 atletas, o que constitui um grande acontecimento desportivo nacional. As equipes da Escola de Educação Física e a do Btl. «Tobias de Aguiar», as nossas efusivas congratulações.

Manteve a turma chefiada pelo 1.º ten. Fernando Thiele de Figueiredo, instrutor da matéria na Escola, as notáveis «performances» conseguidas nos anos anteriores, pela representação da Fôrça Pública, sabendo elevar, mais uma vez, o renome e as tradições da nossa centenária Corporação. Ao ten. Thiele e ao seu esforçado sgt. Furlaneto, as nossas felicitações pela orientação, preparo e conduta das suas equipes, nessa magna corrida carioca.



Equipes da E.E.F. e do Btl. "Tobias de Aguiar"

Obtivemos na prova as seguintes classificações:

- 1.º lugar — cabo Luiz Gonzaga Rodrigues - E.E.F.
- 2.º lugar — cabo Joaquim Gonçalves da Silva - E.E.F.
- 4.º lugar — 3.º sgt. Laudionor Rodrigues da Silva - E.E.F.
- 14.º lugar — sd. Floriano Avelino Cordeiro - E.E.F.
- 16.º lugar — sd. João da Silva - E.E.F.
- 19.º lugar — 3.º sgt. Antônio José Alves - E.E.F.
- 21.º lugar — sd. José Nunes de Brito - Btl. «Tobias de Aguiar»
- 24.º lugar — sgt. Osvaldo Gonçalves Mendes - Btl. «Tobias de Aguiar»
- 27.º lugar — sgt. Paulo Sebastião - E.E.F.
- 34.º lugar — sd. Aluísio Bezerra de Lima - Btl. «Tobias de Aguiar»
- 39.º lugar — sd. Gabriel Cândido - Btl. «Tobias de Aguiar»
- 51.º lugar — sd. Elias Mariano de Azevedo - Btl. «Tobias de Aguiar»
- 44.º lugar — sgt. Lino Rosa Gaia - E.E.F.
- 48.º lugar — José Vitoriano - Btl. «Tobias de Aguiar»
- 49.º lugar — sd. Nelson Muniz de Souza - Btl. «Tobias de Aguiar»
- 52.º lugar — sd. Benedito Teodoro - Btl. «Tobias de Aguiar»
- 53.º lugar — sd. Alício Alves de Lima - Btl. «Tobias de Aguiar».

Classificação Geral

- 1.º lugar — Campeã geral - Equipe da E.E.F. F. Pública - 37 pontos
- 2.º lugar — Clube de Regatas Vasco da Gama - 56 pontos
- 3.º lugar — São Paulo Futebol Clube - 62 pontos
- 4.º lugar — C. R. Flamengo - 79 pontos
- 5.º lugar — Btl. «Tobias de Aguiar» - Fôrça Pública - 159 pontos.

Classificações militares (por equipe)

- 1.º lugar — Escola de Ed. Física - Fôrça Pública - 37 pontos
- 2.º lugar — Btl. «Tobias de Aguiar» - Fôrça Pública - 159 pontos
- 3.º lugar — Polícia Militar do Distrito Federal - 279 pontos
- 4.º lugar — 2.º Regimento de Infantaria - 316 pontos
- 5.º lugar — 3.º Regimento de Infantaria - 330 pontos
- 6.º lugar — 2.º Batalhão de Carros de Combate - 554 pontos
- 7.º lugar — Batalhão de Guardas - 847 pontos.

N.B. — Participaram da referida prova, mais de 300 atletas, inclusive 8 (oito) paraguaios.

Comércio e Indústrias Arguiso Ltda.

FORNECEDORES DA FÔRÇA PÚBLICA
EXÉRCITO E REPARTIÇÕES PÚBLICAS

Rua Duque de Caxias, 925

Caixa Postal, 4062

Fone 36-2397

— End. Teleg. «ARGUIISO»

— SAO PAULO



DÔR - GRIPE - RESFRIADOS
RHODINE
CAFEINADA

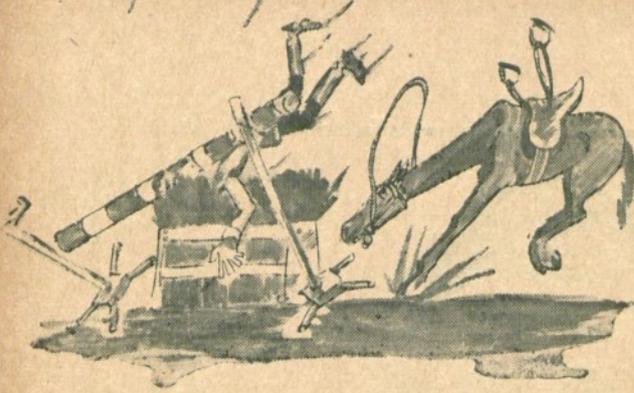
A boa enfermeira



The advertisement features a central illustration of a nurse in a white uniform and cap, holding a glass of water in her right hand and a small box of Rhodine in her left. Below the nurse, a dark, rounded banner contains the text 'DÔR - GRIPE - RESFRIADOS' and 'RHODINE' in large, bold letters, with 'CAFEINADA' underneath. Below the banner, the phrase 'A boa enfermeira' is written in a cursive script. At the bottom, there is a logo for Rhodia (a stylized 'R' in a circle) and an illustration of the product packaging, including a box, a blister pack, and several pills.

PANAM — Casa de Amigos

HIPISMO



Capitão

Plínio

Desbrousses

Monteiro

Prova “Major Hugo Bradaschia”

Patrocinada pela Federação Paulista de Hipismo, realizou-se, em 21 de junho último, no magnífico pica-deiro do Clube Hípico de Santo Amaro, uma prova de adestramento (1.º grau), a qual, em homenagem ao subcomandante do R.C., tomou o nome dêsse renomado cavaleiro que há longos anos labuta valorosamente, e com sucesso, pelo aprimoramento das lides hípicas em nossa sociedade — major HUGO BRADASCHIA.

Prova de ímpar beleza e interesse para os conhecedores da arte equestre, reuniu grande número de concorrentes e assistentes, chegando ao fim com êste resultado:

1.º lugar - José Loid (E.E.S.P.);
2.º lugar - ten. Raul Humaitá Vila Nova (F.P.S.P.), montando «Marambaia»; 3.º lugar - Bento José de Carvalho (S.H.P.) com «Amancai».

Provas hípicas em Campinas

Foram realizados em Campinas, na Sociedade Hípica local, os concursos abaixo, nos quais os oficiais do R.C. obtiveram boas classificações, superando enormes dificuldades em relação aos demais concorrentes; é que os cavaleiros civis dispõem de cavalos de melhor linhagem e de mais tempo para o imprescindível treinamento.

Obteve o R.C. os seguintes resultados:

— Na prova «50.º Ano da Fundação do Inst. Educação», classe «T», percurso normal, realizada no dia 30-V-53, o 2.º ten. José Gorainho da Costa, conduzindo «Borracha», classificou-se honrosamente em 2.º lugar, no tempo apreciável (de 58”).

No mesmo dia, o 2.º ten. Humaitá, conduzindo «Sonâmbulo», conquistou a 4.ª colocação na prova classi-

se «B» «Dr. João de Souza Coelho», também de percurso normal.

— Dia 3-VI-53, correu-se a «Prova de Energia», «Joquei Clube de Campinas», para cavalos de classe «C», na qual o ten. Raul Humaitá Vila Nova, obteve um 4.º posto, montando «Marambáia».

Encerrou-se brilhantemente a temporada campineira, no dia 4 de junho, quando foi levada a efeito uma prova de classe «B», com barragem obrigatória, denominada «Diretoria Geral de Remonta e Veterinária do E.B.»; em renhido desempate, com o estupendo tempo de 57", classificou-se o 2.º ten. Humaitá Vila Nova no 1.º lugar, montando com segurança «Sonambulo». O 1.º ten. Roldão Nogueira de Lima, na condução de «Shangai», obteve o 4.º lugar.



F I L I A I S :

SANTA EFIGENIA

R. Santa Efigênia, 627 - Tel. 34-6409

SÃO JOAO

Av. São João, 989 - Tel. 34-7679

SANTANA

R. Vol. Pátria, 2094 - Ten. 33-8211

ESPECIALIDADE EM:

TALHERES — ARTIGOS PARA
PRESENTES — LOUÇAS — POR-
CELANAS - CRISTAIS - VIDROS
— BRINQUEDOS — FERRAGENS
— TINTAS.

EDUARDO CINELLI & CIA. LTDA.

CASA MATRIZ

AV. RANGEL PESTANA, 1281

TEL. 32-9316

SÃO PAULO

SEDE E SECÇÃO DE ATACADO

RUA VASCO DA GAMA, 43

TEL. 32-5986

NOSSOS REPRESENTANTES

Representam MILITIA no Exterior, nos Estados e Territórios

- BOLÍVIA** (Cuerpo de Carabineros)
— Dirección General de Policía (La Paz) — cap. Saul Herbas Casanovas.
- CHILE** (Cuerpo de Carabineros)
— Avenida Portales, 940 - Depto. 35 - San Bernardo - capitán Efraim de la Fuente Gonzáles.
— Prefectura General (Valparaiso) — capitán Franklin Troncoso Bachler.
— IV Zona de Carabineros (Concepción) — capitán Moysés Suty Castro
- ACRE** (Guarda Territorial)
— Q.G. (Rio Branco) — ten. Carlos Martinho Rodrigues Albuquerque.
- ALAGOAS** (Policia Militar)
— Q.G. (Maceió) — cap. José Cavalcante Maranhão.
- AMAPA** (Divisão de Segurança e Guarda)
— Séde (Macapá) — Raimundo Walter Luz.
- AMAZONAS** (Policia Militar e Corpo de Bombeiros)
— Major Caetano Felix do Nascimento
- BAHIA** (Policia Militar)
— Q.G. (Salvador) — cap. Gestsemani G. da Silva.
- CEARA** (Policia Militar)
— B.I. (Fortaleza) — 1.º ten. Antônio Nilson Rodrigues.
- DISTRITO FEDERAL** (Policia Militar)
— Q.G. (Rio de Janeiro, D.F.) — major Darcy Fontenelle Castro
— R.C. (Rio de Janeiro, D.F.) — ten. Manoel Apolinário Chaves.
— 6.º B.I. (Rio de Janeiro, D.F.) — cap. Hélio Miranda Quaresma
— Escola Técnica do E.B. — cel. pe. João Tenei de Camargo e Silva.
- ESPIRITO SANTO** (Policia Militar)
— Q.G. (Vitória) — 1.º ten. Alfredo P. Barroca.
- GOIAS** (Policia Militar)
— Q.G. (Goiânia) — 2.º ten. Brasil Coury
- MARANHAO** (Fôrça Policial)
— Q.G. (São Luiz) — major Arlindo Faray.
- MATO GROSSO** (Policia Militar)
— Q.G. (Cuiabá) — ten. cel. Gonçalo Romão de Figueiredo.
— 2.º B.C. (Campo Grande) — ten. cel. Hermenegildo T. do Nascimento.
- MINAS GERAIS** (Policia Militar)
— Batalhão de Guardas (Belo Horizonte) — cap. Antônio Norberto dos Santos.
- PARA** (Policia Militar)
— Q.G. (Belém) — cap. Walter Moreira Cals.
- PARAIBA** (Policia Militar)
— Q.G. (João Pessoa) — 1.º ten. José Belarmino Feitosa Filho.
- PARANA** (Policia Militar)
— Q.G. (Curitiba) — Cap. Washington Moura Brasil.
— Guarda Noturna (Curitiba) — sr. Floriano José da Costa.

RIO DE JANEIRO (Policia Militar)

— Q.G. Capitão Walter Zulmilo Pereira de Castro

RIO GRANDE DO NORTE (Policia Militar)

— Q.G. — cap. Antônio Moraes Neto

RIO GRANDE DO SUL (Brigada Militar)

— Q.G. (Porto Alegre) — 2.º ten. Ernani Pereira de Aquino.

— 4.º B.C. (Pelotas) — cap. Renato Moro Ramos

— 2.º R.C. (Livramento) — 2.º ten. Carlos Cravo Rodrigues.

SANTA CATARINA (Policia Militar)

— Q.G. (Florianópolis) — 2.º ten. Manoel Gomes

SÃO PAULO (Força Pública)

— Q.G. (Capital) — cap. Nelson Agostinho Ferreira.

— C.F.A. (Capital) — 1.º ten. Osvaldo Hildebrand.

— B.G. (Capital) — 1.º ten. João Vieira de Lima

— R.C. (Capital) — 2.º ten. Gumercindo Guimarães.

— C.B. (Capital) — 1.º ten. Samuel Rubens Armond

— B.P. (Capital) — 2.º ten. Hélio Guacuru de Carvalho.

— Btl. Tobias de Aguiar (Capital) — 2.º ten. Jorge Pais Leme.

— 2.º B.C. (Capital) — 1.º ten. Ricardo Gonçalves Garcia.

— 3.º B.C. (Ribeirão Preto) 1.º ten. Odilon Spínola Neto.

— 4.º B.C. (Bauru) — 2.º ten. Alaôr de Souza Campos

— 5.º B.C. (Taubaté) — 2.º ten. Mário Ferreira

— 6.º B.C. (Santos) — 1.º ten. Luiz Nobrega e Silva

— 7.º B.C. (Sorocaba) — ten. Alvaro Parreiras

— 8.º B.C. (Campinas) — 1.º ten. Osvaldo Teixeira Pinto

— S.M.B. (Capital) — cap. Olívio Franco Marcondes.

— S.E. (Capital) — cap. Augusto de Abreu.

— S.I. (Capital) — 1.º ten. José Picelli

— S.F. (Capital) — 2.º ten. Mário Costa e Silva

— S.Subs. (Capital) — ten. Tiago Vilaverde Prior.

— E.E.F. (Capital) — 1.º ten. Ademar Ferreira.

— S.T.M. (Capital) — 1.º ten. Hildebrando Chagas da Silva

— S.S. - H.M. (Capital) — 1.º ten. Iraní Paraná do Brasil

— S.Trns. — cap. Joaquim Gouvêa Franco Júnior

— 1.ª Cia. Ind. (Mogi das Cruzes) — 1.º ten. Manoel Molicca

— 2.ª Cia. Ind. (S. José do Rio Preto) — 1.º ten. José Ribeiro de Godoi

— 3.ª Cia. Ind. (Presidente Prudente) — cap. Divo Barsotti

— 4.ª Cia. Ind. (Araraquara) — cap. Antônio Augusto de Souza Filho.

— 1.ª C.I.B. (Santos) — cap. José Limongi França

— Rádio Patrulha (Capital) — sr. Epaminondas Caldas Camargo.

— Cia. Policiamento Rodoviário (Capital) — 1.º ten. Jalmir C. Costa

— Policia Florestal (Capital) — cap. Alfredo Costa Júnior

SERGIPE (Policia Militar)

— Q.G. (Aracaju) — 2.º ten. José Félix da Silva

Além dos supra mencionados, mantemos agentes em todas as cidades do interior do Estado de São Paulo e ainda em numerosas outras cidades do Brasil.

SECÇÃO DE ÉDIPO

DIRETOR: - AESSE

3.º TORNEIO DE 1953

JULHO — AGOSTO — SETEMBRO

REGULAMENTO

Nossos torneios compreenderão os trabalhos publicados em três números de "MILITIA".

Cada trabalho decifrado valerá um ponto.

São aceitas charadas antigas, novíssimas, casais, auxillares e sincopadas.

São também aceitos problemas de palavras cruzadas, logogrifos em prosa e verso e enigmas charadísticos, figurados e pitorescos.

Os trabalhos enviados deverão ser organizados pelo "Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa", de Hildebrando de Lima e Gustavo Barroso, "Breviário do Charadista" de Silvio Alves, "Dicionário Prático Ilustrado", de Jaime de Segnier. (Última parte - História, geografia, etc.) e Dicionário monossilábico enciclopédico de Paulo Japaissu.

Em cada torneio serão conferidos os seguintes prêmios: ao 1.º classificado, um dicionário dos adotados na secção; aos que decifrarem mais de 50% dos problemas, uma obra literária mediante sorteio.

O prazo para a remessa das soluções será de 60 dias, contados do último dia do mês a que se refere a revista.

Tôda colaboração referente a esta secção deverá ser dirigida à redacção de "MILITIA" e endereçada a "Aesse".

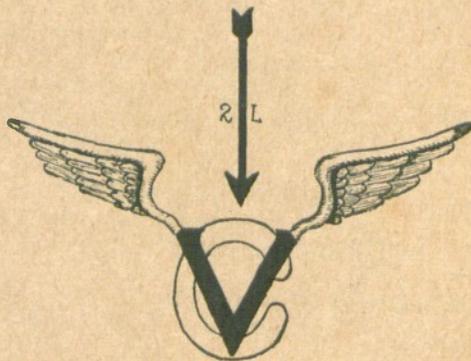


LOGOGRIFO

- 1 — Com raiva de sua filha - 1-8-7-2.
Mulher de língua afiada - 3-6-7-8.
(Exceto para o Padilha) - 3-4-5-2.
por não ser frouxo, o Louzada -
3-5-6-4.
Intimou-lhe; não repete!
Nunca vi tanto topete.

Paulista Velho

2 — ENIGMA PITORESCO



VETERANO

CHARADA AUXILIAR

- 3 — + NA = Raça bovina
+ DA = Culpa
+ NA = Cabocla
+ DO = Suspenso.

Conceito — BICHO-de-PE'

K.D.T.

CHARADAS NOVISSIMAS

- 4 — Ao primeiro **ensejo**, vendi meu barco de pesca com **grande vantagem** - 1-2.

Cel. S.O. Silva

- 5 — Um **mapa** atualizado nos oferece uma idéia nitida do terreno com um simples golpe de vista - 2-1.

K.D.T.

- 6 — A menina dança e vive alegre porque, para os folguedos, tem **propensão** - 3-2.

X.P.T.O.

- 7 — Nota frouxa é nota para negligente - 1-2-1.

CON Y TRA

.. CHARADAS SINCOPADAS

- 8 — Ascensorista querido - 4-2.

K.D.T.

- 9 — Homem lerdo não quebra vaso de barro - 3-2.

CON Y TRA

- 10 — E' preciso **cuidado** com o homem canhoto - 3-2.

Cel. S. O. Silva

- 11 — O **contrabando** de gêneros não muda de domínio - 3-2.

P. Q. Nino

CHARADAS CASAIS

- 12 — **Atenção!** Não se afogue na banheira - 2.

Cel. S. O. Silva

- 13 — Um **círio** não é feito com **lã** de carneiro - 2.

CON Y TRA

- 14 — Onde está a tua **dignidade**, pedaço de gente - 2.

Cel. S. O. Silva

- 15 — Quem corrige prova, faz emenda - 3.

Pompeu Junior

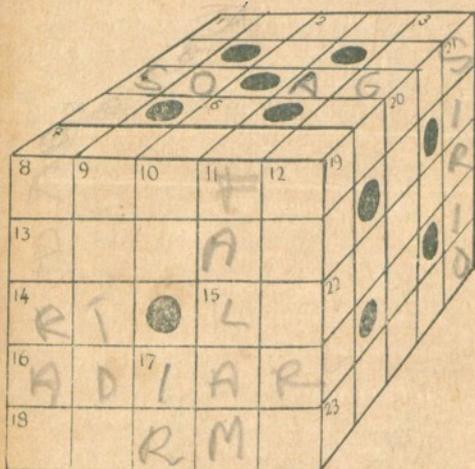
PALAVRAS CRUZADAS

Problema de Plínio D. Monteiro

Horizontais: — 1 - Galão que guarnece a frente de um vestuário (pl.); 9 - A neve congelada; 10 - O mesmo que arariba (pl.).

Verticais: — 1 - mau cheiro; 2 - Lugar da cosinha onde se acende o fogo; 3 - Pedra de altar; 4 - Imensidão; 5 - Goste; 6 - Acusado; 7 - Pronome; 8 - Socorro.





Problema de Té

Horizontais: — 1 - Aparelho emissor ou receptor de telegrafia; 4 - Único; 5 - Rei de Basan; 7 - Mesquinho; 8 - Hábito de frade (pl.); 13 - Mete em dificuldade; 14 - Graceja; 15 - Mover-se; 16 - Transferir para outro dia; 18 - Doença do gado cavalari e asinino; 19 - Mobília de uma casa (pl.); 22 - Atordoar; 23 - Que não tem nós.

Verticais: — 1 - Tôdas as peças de vestuário; 2 - Contração da preposição com o artigo; 3 - Jornal; 6 - Denominação geral para os anuros pequenos; 8 - Corrigem; 9 - Polvilho; 10 - Filha do Rei Inacho; 11 - Combinam; 12 - Saburra; 17 - Partir; 19 - Viga; 20 - Safda; 21 - O natural ou habitante da Siria.



NOSSA CAPA

Na Avenida 9 de Julho, gorbosamente, desfila o Centro de Formação e Aperfeiçoamento.



militia

Revista de assuntos técnicos, policiais,
militares e culturais em geral.

ÓRGÃO DO CLUBE MILITAR DA FÔRÇA
PÚBLICA DE SÃO PAULO

Redação e Administração:

RUA ALFREDO MAIA N.º 106

Fones { externo 34-6488
 { interno 142

SÃO PAULO, S. P. _____ Brasil

ANO VI ————— Julho de 1953 ————— N.º 38

DIRETOR GERAL cel. José Anchieta Torres

DIRETOR RESP. E GERENTE :— cap. Francisco Vieira Fonseca

REDATOR-CHEFE: — maj. Bento Barros Ferraz

SECRETARIO · — 1.º ten. Hildebrando Chagas (E.J.C.L.)

TESOUREIRO : — major Manoel Pereira da Silva

REDADORES :

- ten. cel. mons. Paulo A. Cavalheiro Freire
- maj. Milton Marques de Oliveira
- cap. Felix de Barros Morgado
- cap. Paulo Monte Serrat F.º
- cap. Ari José Mercadante
- cap. Francisco Antônio Bianco Jr.
- 1.º ten. Miguel M. Sendin
- 1.º ten. Antônio Silva

ILUSTRAÇÃO :

- cap. Félix Barros Morgado
- 2.º ten. Olavo Soares
- Aspirante Iraf Vieira Catalano

FOTOGRAFIA :

- Ludovico Paraschin

ASSINATURAS .

Por 12 números Cr\$ 50,00

Número avulso Cr\$ 5,00

AOS COLABORADORES E LEITORES

- A colaboração nesta revista é franca a todos; porém, não será possível a publicação de trabalhos político-partidários ou religioso-sectários, os quais não se enquadram em seu programa.
- Toda a matéria deve ser datilografada com espaço duplo, num só lado do papel, não devendo ultrapassar seis páginas de papel almasso. Os desenhos e esquemas ilustrativos referentes aos trabalhos deverão ser feitos a nanquim, sobre cartolina ou papel branco forte.
- Os originais não serão devolvidos, mesmo quando não publicados, nem mantemos correspondência sobre a sua publicação.
- A Revista não assume responsabilidade por conceitos formulados pelos autores em trabalhos assinados.

• Desejamos estabelecer permuta

• Deseamos establecer el cambio

• Desideriamo stabilire cambio

• On désire établir échange

• We wish to establish exchange

• Austausch erwünscht



Para que esta marca esteja em

BOAS MÃOS

pagamos o que custa o serviço!

O serviço de nossos aviões é levado ao máximo antes de cada vôo, graças aos recursos de que dispomos e à comprovada experiência do nosso pessoal técnico. Para que a milhares e milhares de nossos passageiros seja proporcionado em tôdas as ocasiões o *Confôrto Aerovias*, mantemos uma equipe de homens e de máquinas rigorosamente selecionados.

Recife? Belém?

Sirva-se dos luxuosos

"Skymaster" da

AEROVIAS BRASIL

R. Libero Badaró, 370

Fones: 32-5133 e 34-6000

Encomendas:

Fones: 36-2960 e 36-4302

AEROVIAS BRASIL

PANAM - Casa de Amigos

Chave dos bons caminhos